



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CCE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO - PPGCOM  
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS E PRÁTICAS EM JORNALISMO

KAROLENE VERAS DA SILVA

**ATAQUES A JORNALISTAS NEGRAS: UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DO  
DISCURSO DE ÓDIO E DO FENÔMENO DA DESINFORMAÇÃO NAS REDES  
SOCIAIS**

TERESINA-PI

2025

KAROLENE VERAS DA SILVA

**ATAQUES A JORNALISTAS NEGRAS: UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DO  
DISCURSO DE ÓDIO E DO FENÔMENO DA DESINFORMAÇÃO NAS REDES  
SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Mestrado) da Universidade Federal do Piauí como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Processos e Práticas em Jornalismo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Regina Barros Rêgo Leal.

TERESINA-PI

2025

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação  
Serviço de Representação da Informação

S586a Silva, Karolene Veras da

Ataques a jornalistas negras : uma interpretação a partir do discurso de ódio e do fenômeno da desinformação nas redes sociais / Karolene Veras da Silva. – 2025.

145 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Teresina, 2025.

“Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Regina Barros Rêgo Leal.”


1. Desinformação. 2. Discurso de ódio. 3. Jornalistas Negras.  
I. Leal, Ana Regina Barros Rêgo. II. Título.

CDD 070.43


**KAROLENE VERAS DA SILVA**

**ATAQUES A JORNALISTAS NEGRAS: UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DO DISCURSO DE  
ÓDIO E DO FENÔMENO DA DESINFORMAÇÃO NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS**


**Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação da  
Universidade Federal do Piauí, em cumprimento  
às exigências para obtenção do título de Mestre  
em Comunicação**

Documento assinado digitalmente  
 ANA REGINA BARROS REGO LEAL  
Data: 20/05/2025 10:46:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**PROFA. DRA. ANA REGINA BARROS REGO LEAL**  
**Presidente**

Documento assinado digitalmente  
 MARIALVA CARLOS BARBOSA  
Data: 20/05/2025 11:52:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**PROFA. DRA. MARIALVA CARLOS BARBOSA**  
**Examinadora**

Documento assinado digitalmente  
 PAULO FERNANDO DE CARVALHO LOPES  
Data: 26/05/2025 19:54:42-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**PROF. DR. PAULO FERNANDO DE CARVALHO LOPES**  
**Examinador**

*A todas as mulheres negras que lutam  
diariamente contra a opressão da  
branquitude.*

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o resultado de uma caminhada desafiadora, marcada por muito aprendizado, esforço e pelo apoio inestimável de pessoas que, de diferentes formas, contribuíram para que este momento se tornasse possível. Agradeço a mim mesma por ter seguido com uma pesquisa que aborda as opressões enfrentadas pelas mulheres negras. O principal motivo para essa escolha foi a certeza de que este estudo faz parte da minha identidade e me constitui enquanto sujeita.

Já são quase oito anos dedicados à comunicação. Decidir sair de Parnaíba para iniciar a graduação em Teresina foi a melhor escolha que poderia ter feito, pois foi fundamental para que hoje eu tenha convicção de que estou no caminho certo, me dedicando ao estudo de temáticas que entrecruzam gênero e raça. No entanto, nada disso seria possível sem o apoio e o incentivo dos meus pais, Lúcia e Geneziano, e do meu irmão, Lyan. Juntos, realizamos um dos nossos maiores sonhos: a conclusão do ensino superior. A eles, sou eternamente grata por tudo o que sou e por tudo o que conquistei até aqui.

Apesar das ausências em muitos momentos, sempre fui compreendida por eles, especialmente pela minha tia Antônia, com quem convivo diariamente. Agradeço também pelo suporte do meu tio Paulo e da minha prima Aline. Essa conquista também é de vocês.

Um dos maiores desafios deste processo foi vencer o cansaço físico e mental. Sou imensamente grata aos meus amigos por toda a ajuda durante essa trajetória. Na reta final da dissertação, contei com o apoio de pessoas muito queridas: minha amiga Layza, que já decorou os conceitos de ódio e desinformação tanto quanto eu; meu amor, Loy, por todo incentivo e suporte na finalização deste trabalho tão especial; e meus colegas de trabalho, especialmente Aline e Larissa, que sempre torceram por mim, além dos meus colegas do Senac Piauí, pelo constante incentivo.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Ana Regina, por toda paciência, incentivo e conhecimento compartilhado ao longo desses quase quatro anos de parceria. Sou grata também ao Prof<sup>o</sup> Paulo, que acompanhou desde o início o amadurecimento desta pesquisa e aceitou o convite para participar da banca examinadora, assim como à Prof<sup>a</sup> Marialva, pela disponibilidade em contribuir com este estudo.

Por fim, agradeço a Capes pelo fomento da bolsa que auxiliou minha permanência e conclusão do mestrado, e a Universidade Federal do Piauí por ter me proporcionado algumas das melhores experiências da minha vida acadêmica, profissional e pessoal.

*“O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra.”*

*Grada Kilomba.*

## RESUMO

Em um cenário onde o discurso de ódio ganha força e a desinformação se espalha de maneira vertiginosa, as mulheres negras se tornam os principais alvos de ataques nas redes sociais digitais. Diante desse cenário, o presente trabalho tem o objeto de compreender como os desdobramentos dos discursos de ódio são direcionados a jornalistas negras diante do fenômeno da desinformação. Para isso foi selecionado os casos das jornalistas negras Bianca Santana, Maju Coutinho e Gabi Coelho. A análise das narrativas será realizada de modo interpretativo com caráter qualitativo, tendo como suporte teórico-metodológico a Hermenêutica em Profundidade (HP) de John Thompson (1995), realizado em três etapas de análise, o contexto sócio-histórico, a análise discursiva e o processo de interpretação/reinterpretação. Além disso, a Roleta interseccional de Fernanda Carrera (2020), nos auxiliará na segunda etapa. A pesquisa se justifica, a partir da necessidade de estudos que desvelem o discurso de ódio vinculado ao fenômeno da desinformação, direcionados as mulheres negras, especialmente as profissionais da instituição jornalística, uma vez que esses ataques atingem não somente as vítimas, mas todas que compõem esse grupo que seguem marginalizado na sociedade contemporânea. Diante disso, o trabalho apresenta seis capítulos divididos em capítulos teóricos, aporte metodológico e análise das narrativas. O primeiro capítulo apresenta a introdução do estudo, pontuando os objetivos e a justificativa. No segundo, conceituamos o ódio e sua propagação nas redes sociais digitais, além da relação entre discurso de ódio, desinformação e *adversarial desinformation*. No terceiro capítulo, destacamos o fenômeno da desinformação e seus desdobramentos na contemporaneidade, pontuando os impactos na instituição jornalística e o acionamento de afetos. No quarto capítulo, apresentamos as mulheres negras como os principais alvos do discurso de ódio nas redes sociais digitais. No quinto capítulo, analisaremos os casos das jornalistas que foram vítimas de discursos de ódio de cunho racista e misógino, sendo descredibilizadas como jornalistas, além de sofrerem também com a disseminação de narrativas desinformativas. Ao final, os resultados obtidos apontam que o discurso de ódio é potencializado por meio da desinformação tendo como finalidade determinar a invisibilidade e o silenciamento das mulheres negras. No entanto, as mulheres negras seguem resistindo mesmo diante dos inúmeros ataques, xingamentos e agressões.

**Palavra-Chave:** Discurso de ódio. Desinformação. Ataques. Jornalistas Negras. Hermenêutica em Profundida.

## ABSTRACT

In a context where hate speech gains strength and misinformation spreads rapidly, Black women become the primary targets of attacks on digital social networks. Given this scenario, this study aims to understand how the developments of hate speech are directed at Black female journalists in the face of the misinformation phenomenon. To achieve this, the cases of Black journalists Bianca Santana, Maju Coutinho, and Gabi Coelho were selected. The analysis of narratives will be conducted interpretatively with a qualitative approach, using John Thompson's (1995) Depth Hermeneutics (DH) as a theoretical-methodological framework, applied in three stages: socio-historical context analysis, discourse analysis, and the process of interpretation/reinterpretation. Additionally, Fernanda Carrera's (2020) Intersectional Roulette will assist in the second stage. This research is justified by the need for studies that unveil the connection between hate speech and misinformation targeting Black women, particularly those working in journalism. These attacks affect not only the victims but also all members of this group, which remains marginalized in contemporary society. The study is structured into six chapters, covering theoretical discussions, methodological approaches, and narrative analysis. The first chapter introduces the research, outlining its objectives and justification. The second chapter conceptualizes hate and its spread on digital social networks, as well as the relationship between hate speech, misinformation, and adversarial disinformation. The third chapter examines the phenomenon of misinformation and its contemporary implications, highlighting its impact on journalism and the mobilization of emotions. The fourth chapter presents Black women as the primary targets of hate speech on social media. The fifth chapter analyzes the cases of journalists who have been victims of racist and misogynistic hate speech, discredited as professionals, and subjected to the spread of misleading narratives. Ultimately, the findings indicate that hate speech is amplified through misinformation with the intent of rendering Black women invisible and silencing their voices. However, despite the numerous attacks, insults, and aggressions, Black women continue to resist.

**Keywords:** Hate speech. Misinformation. Attacks. Black Female Journalists. Depth Hermeneutics.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Quadro ilustrativo dos episódios de ataques contra Maju Coutinho .....	104
--	-----

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Prints dos comentários racistas de estrangeiros contra a jornalista Luciana Barreto no vídeo de divulgação da reportagem da apresentadora .....	74
Figura 2- Prints dos comentários racistas de brasileiros contra a jornalista Luciana Barreto no vídeo de divulgação da reportagem da apresentadora .....	75
Figura 3- Roleta Interseccional como proposta metodológica para os estudos de comunicação .....	93
Figura 4- Print da postagem da jornalista Bianca Santana no Instagram com comentários depreciativos.....	99
Figura 5- Print da postagem da jornalista Bianca Santana Instagram com comentário ofensivo. ....	100
Figura 6- Print da postagem da jornalista Bianca Santana no Instagram com comentários misóginos, chamada de “prostituta” por um dos usuários.....	101
Figura 7- Print da checagem realizada pelo G1 sobre a circulação de fotos de Maju.....	105
Figura 8- Prints dos comentários nas publicações do perfil do Instagram de Maju Coutinho no realizadas no mês de março de 2020 .....	106
Figura 9- Prints dos comentários nas publicações do perfil do Instagram de Maju Coutinho realizadas no mês de março de 2020 .....	107
Figura 10- Prints dos comentários nas publicações do perfil do Instagram de Maju Coutinho realizadas no mês de maio de 2020 .....	108
Figura 11- Prints dos comentários nas publicações do perfil do Instagram de Maju Coutinho realizadas no mês de maio de 2020 .....	109
Figura 12- Print da publicação feita por Jair Bolsonaro em seu perfil no Twitter .....	110
Figura 13- Print do compartilhamento da publicação feita por Jair Bolsonaro no Twitter por um de seus seguidores realizada em de 25 de agosto de 2020 .....	111
Figura 14- Prints dos comentários na publicação do Instagram de Maju em 25 de agosto de 2020 .....	112
Figura 15- Prints dos comentários na publicação do Instagram de Maju em 25 de agosto de 2020 .....	113
Figura 16- Prints dos comentários na publicação do Instagram de Maju em 25 de agosto de 2020 .....	114
Figura 17- Print do compartilhamento das fotos de Maju no Rio de Janeiro no Facebook ...	115

Figura 18- Prints dos comentários na publicação do Instagram de Maju publicadas em 25 de dezembro de 2020.....	116
Figura 19- Print da publicação feita por Eduardo Bolsonaro em seu perfil no Twitter em 18 de março de 2021 .....	117
Figura 20- Prints de publicações com a hashtag #MajuMentirosa feitas após a postagem de Eduardo Bolsonaro no Twitter em 17 de março de 2021 .....	118
Figura 21- Prints dos comentários na publicação de Maju publicada em 25 de dezembro de 2020, relacionados a sua declaração em 17 de março de 2021 .....	119
Figura 22- Prints dos comentários na publicação realizado por Maju publicada em 4/1/2021 , relacionados a sua declaração em 17 de março de 2021 .....	119
Figura 23- Prints dos comentários na publicação realizado por Maju publicada em 25 de dezembro de 2020, relacionados a sua declaração em 17 de março 2021.....	121
Figura 24- Print da matéria verificada por Gabi Coelho .....	126
Figura 25- Print dos comentários na publicação do Instagram de Maju Coutinho sobre ser fake que ela tinha concedido entrevista à TV Portuguesa.....	128
Figura 26- Print dos comentários na publicação de Bianca Santana sobre Bolsonaro tê-la acusado de espalhar desinformação.....	129

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. PROPAGAÇÃO DO ÓDIO E A DESINFORMAÇÃO .....</b>	<b>18</b>
2.1 O conceito de ódio .....	19
2.2 O discurso de ódio: a presença do ódio no ambiente virtual .....	26
2.3 A relação entre discurso de ódio, desinformação e <i>adversarial desinformation</i> .....	33
<b>3. O FENÔMENO DA DESINFORMAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>39</b>
3.1 A ascensão da desinformação: exemplos ao longo da história até a contemporaneidade ..	41
3.2 Impacto da desinformação na instituição jornalística.....	55
3.3 Desinformação e o acionamento de afetos .....	60
3.4 Desinformação e o discurso de ódio contra grupos marginalizados nas redes sociais.....	68
<b>4. MULHERES NEGRAS: OS PRINCIPAIS ALVOS DO DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS.....</b>	<b>78</b>
4.1 Violência e colonialidade: a formação da identidade da mulher negra na época colonial e na contemporaneidade .....	78
4.2 Gritos que ressoam: desvelando os ataques contra as mulheres negras nas redes sociais digitais .....	87
<b>5. SENTI NA PELE: JORNALISTAS NEGRAS VÍTIMAS DO DISCURSO DE ÓDIO .....</b>	<b>94</b>
5.1 O impacto do discurso de ódio e da desinformação na vida de jornalistas negras.....	94
5.2 Bianca Santana .....	95
5.3 Maju Coutinho.....	102
5.4 Gabi Coelho.....	123
5.5 A potência de resistência das jornalistas negras frente aos ataques .....	127
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>136</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As jornalistas Bianca Santana, Maju Coutinho e Gabi Coelho, são mulheres negras, profissionais atuantes na instituição jornalística brasileira, que compartilham experiências singulares, uma vez que foram alvos de discursos de ódio e sofreram também com as consequências do fenômeno da desinformação. Além disso, são jornalistas com visibilidade midiática diante dos trabalhos desenvolvidos. As profissionais fazem parte das estatísticas que apontam um aumento significativo de ataques sofridos por jornalistas no período de 2019 a 2022, que corresponde ao mandato do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

Em 2020, o levantamento realizado pelo pesquisador Júlio Lubianco aponta que foi o ano mais perigoso para ser jornalista no Brasil, sendo registrados 580 casos de violência pela ONG Repórteres Sem Fronteiras<sup>1</sup>. O estudo destaca que as mulheres foram as principais vítimas de ataques. A ONG Repórteres sem Fronteiras, ao longo dos quatro anos, computou mais de 2,8 milhões de ataques contra a imprensa no início da campanha eleitoral de 2022, pontuando que o foco principal são as profissionais mulheres, cerca 88% dos conteúdos agressivos foram direcionados a jornalistas. Esses ataques são mais incisivos as mulheres negras, uma vez que além de ser colocada em prova sua capacidade profissional, ainda são apontadas questões raciais.

Além dos ataques ocorrerem no ambiente físico, as violências contra jornalistas também são proferidas no âmbito virtual. Quando são resultantes de narrativas desinformacionais, frequentemente os ataques aumentam, uma vez que conteúdos desinformativos têm uma capacidade maior de circulação em comparação a uma notícia verdadeira.

Com a vertiginosa utilização das redes sociais virtuais, os discursos de ódio são observados constantemente, de acordo com alguns pesquisadores, entre eles (Brugger, 2007; Brown 2017; Trindade, 2022), que definem essa prática como uma ação sistêmica cheia de violência e agressividade, ligado ao aspecto do ser, das práticas e convicções individuais ou coletivas. Sendo externalizadas por atos discriminatórios, sejam eles de caráter religioso, racial, sexual, ético e de classes, homofóbicos e misóginos.

A população mais suscetível a ser vítima desses ataques são as pessoas que compõem os grupos marginalizados da sociedade, principalmente as mulheres negras. Desse modo,

---

<sup>1</sup> Balanço completo disponível em: [https://abracji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication\\_info/details\\_file/7db571b6-efd0-46a0-a8c7-9e6836f185cc/RSF\\_Balanc\\_o\\_de\\_ataques\\_do\\_sistema\\_Bolsonaro\\_a\\_imprensa\\_em\\_2020\\_1\\_.pdf](https://abracji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/7db571b6-efd0-46a0-a8c7-9e6836f185cc/RSF_Balanc_o_de_ataques_do_sistema_Bolsonaro_a_imprensa_em_2020_1_.pdf). Acesso em: 20 fev. 2025.

muitas sofrem com violências sistemáticas, sejam físicas ou psicológicas, realizadas no espaço físico ou virtual. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) que responde a análise dos dados de 2023, aponta que houve crescimento de todos os modos de violência contra a mulher, sendo as mais atingidas as negras.

No âmbito das redes sociais digitais, as mulheres negras são o principal grupo que sofre com comentários depreciativos, o sociólogo Valério Trindade (2022) realizou um levantamento, e constatou que 81% das vítimas de discursos de ódio são mulheres negras, entre elas os principais alvos são: jornalistas, médicas, advogadas e engenheiras. A ascensão desse grupo social rompe com os paradigmas do machismo e da misoginia, abalando as estruturas de poder, e causa revolta naqueles que cometem a disseminação dos discursos de ódio.

É necessário compreender também que a desinformação não é um fenômeno novo, conforme Furnival e Santos (2019) apontam o termo atravessa diversos períodos históricos, sendo constatado na Antiguidade. Conforme Darnton (2017), a prática de produção de notícias falsas perpassa a Antiguidade, uma vez que desde o século VI, há presença de circulação de histórias falsas com o intuito de atacar a reputação do outro. O autor pontua ainda o surgimento dos pasquins como meio de disseminar informações, geralmente falsas, sobre pessoas públicas, e enfatiza que a produção de notícias falsas, utilizadas para comprometer o outro, passaram a ser mais difundidas em Londres no século XVII, quando os jornais se popularizaram. Além disso, são capazes de acionar afetos, entre eles o ódio.

Nesse sentido, destacamos que a instituição jornalística ao longo dos últimos séculos tem passado por diversas transformações, uma vez que o jornalismo possui um papel social específico, que não é executado por outras entidades. Desse modo, conquistou historicamente uma legitimidade por produzir para diferentes públicos, uma “reconstrução narrativa do mundo”, tendo como base o sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e o cotidiano (Franciscato, 2005, P. 167).

As transformações na instituição jornalística se iniciaram na modernidade, no século XIX, período que o jornalismo se expandiu e sua atividade transformou-se em lucrativa e rentável (Traquina, 2001). Com o passar dos anos, o jornalismo começou a passar por crises. Conforme alerta Rêgo e Barbosa (2020), a instituição jornalística vem perdendo seu espaço de lugar de verdade, ou seja, o local de construção da verdade é contestado na contemporaneidade, de tal modo que o jornalismo é colocado em suspeição, diante do “empoderamento da sociedade nas redes sociais como pela implosão interna provocada pela visibilidade de seus reais processos e condutas” (Rêgo; Barbosa, 2020, p. 66). Fatos que resultam na constante crise

enfrentada pelo jornalismo, tornando ainda mais propício a disseminação de desinformações, principalmente no ecossistema virtual.

Além desses fatores apontados, há uma mudança no comportamento da população no que tange a busca pela informação. O relatório *Digital New Report* de 2023<sup>2</sup>, que divulga o consumo de notícias e a confiança na imprensa em diversos países, revelou que no Brasil as mídias sociais são o principal meio de acesso à informação dos brasileiros, em que 41% das pessoas entrevistadas evitam consumir informações dadas pela imprensa, os dados sobre a confiança dos brasileiros no jornalismo brasileiro caiu de 48% para 43%, diante da polarização política gerada pela eleição presidencial de 2022.

Esse cenário também contribui para a disseminação de desinformação, vale destacar que são frequentemente privilegiadas diante do modelo de negócios das plataformas digitais. O fenômeno da desinformação é uma prática capaz de gerar danos irreversíveis à sociedade. A sua propagação atinge diretamente a instituição jornalística, bem como aqueles que a constitui. Principalmente, as jornalistas mulheres, alvos constantes de ataques, iniciados frequentemente em decorrência dos debates sobre o cenário político, e disseminados rapidamente por meio das redes sociais virtuais, que se tornam um terreno fértil para a propagação de discursos de ódio, como ocorreu com Bianca Santana, Maju Coutinho e Gabi Coelho.

Diante disso, a pesquisa busca responder a seguinte indagação: como o fenômeno da desinformação potencializa o discurso de ódio direcionado a jornalistas negras? Para respondê-la temos como objetivo geral compreender como os desdobramentos dos discursos de ódio são direcionados a jornalistas negras diante do fenômeno da desinformação.

De modo específico, são objetivos deste trabalho: entender as tensionalidades dos discursos de ódio atreladas ao fenômeno da desinformação nas redes sociais digitais; analisar a presença dos discursos de ódio nos conteúdos veiculados nas redes sociais que apresentem desinformação relacionada a jornalistas negras; identificar as narrativas de cunho desinformativo relacionadas a jornalistas negras nas redes sociais digitais; e discutir sobre os conteúdos dos discursos de ódio e o impacto na vida pessoal e profissional das jornalistas negras que foram alvos de ódio e afetadas pelo fenômeno da desinformação.

De início, partimos de quatro hipóteses: a primeira delas é que as tensionalidades entre discurso de ódio e desinformação estão relacionadas, uma vez que os discursos de ódio podem ser potencializados pela desinformação. A segunda hipótese aponta que os discursos de ódio relacionados às jornalistas negras podem ser resultantes da desinformação. A terceira hipótese

---

<sup>2</sup> Relatório completo disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023>. Acessado em 20 de nov. 2023.

está relacionada ao fato do discurso de ódio e as narrativas desinformativas vinculadas às jornalistas negras legitimam o lugar de subalternidade das mulheres negras.

A pesquisa se justifica a partir da necessidade de estudos que desvelem o discurso de ódio vinculado ao fenômeno da desinformação, direcionados as mulheres negras, especialmente as profissionais da instituição jornalística, que sofrem constantemente com ataques por exercerem seu papel de informar os cidadãos. Uma vez que esses ataques atingem não somente as vítimas, mas todas que compõem esse grupo que segue marginalizado na sociedade contemporânea. Assim, é importante que estudos que trabalhem questões de modo interseccional sejam fortalecidos.

Quanto a estrutura deste trabalho, ele está organizado em seis capítulos. No primeiro, há a introdução, que tem como objetivo apresentar a justificativa do estudo, bem como o objetivo de pesquisa e o aporte teórico-metodológico escolhido para alcançá-lo. No segundo capítulo abordamos o conceito de ódio e como ocorre sua propagação no ambiente virtual. Além disso, traçamos a relação entre discurso de ódio, desinformação e *adversarial desinformation*.

No terceiro capítulo, apresentamos o fenômeno da desinformação e seus desdobramentos na contemporaneidade, apresentando um panorama de modo pontual sobre a ascensão das narrativas desinformativas além do impacto na instituição jornalística e o acionamento de afetos. Para compreender como a desinformação e o discurso de ódio são direcionados as mulheres negras, investigamos como esse fato ocorre direcionado a grupos marginalizados.

No quarto capítulo, trabalharemos para compreender as mulheres negras como os principais alvos dos discursos de ódio nas redes sociais digitais. Para isso, apresentamos como ocorreu a formação da identidade da mulher negra no período colonial e seu reflexo na contemporaneidade. Neste capítulo também desvelamos como é realizada a análise dos casos tendo como suporte teórico-metodológico da Hermenêutica em Profundidade de Thompson (1995) que nos auxilia na compreensão do contexto histórico para que assim cheguemos na análise discurso e a etapa final de interpretação/reinterpretação. Diante da compreensão que os ataques as mulheres negras acontecem de modo interseccional, utilizamos a Roleta Interseccional proposta por Carreta (2020), na segunda fase do processo de análise para entender os rastros de opressão presentes nos discursos.

No quinto capítulo, apresentamos os casos de Bianca Santana, Maju Coutinho e Gabi Coelho, que foram vítimas de discursos de ódio de cunho racista e misógino, além de terem sido descredibilizadas como jornalistas, sofreram também com a disseminação de narrativas desinformativas. Neste capítulo destacamos também que mesmo diante dos ataques, as

jornalistas seguem resistindo. Ao final, no sexto capítulo, apresentamos as considerações finais, sintetizando e discutindo os principais resultados obtidos, apontando as limitações dos estudos e a possibilidade para novos desdobramentos.

## 2. PROPAGAÇÃO DO ÓDIO E A DESINFORMAÇÃO

As experiências humanas acontecem no meio social a partir da influência do grupo ao qual o indivíduo pertence, de acordo com as crenças e valores que carregam, e assim, acabam por ser legitimados. Com a passagem da modernidade para a pós-modernidade, as experiências foram compartilhadas e transmitidas de modo cada mais veloz, unindo cada vez mais pessoas com os mesmos interesses. Essa nova conjuntura da contemporaneidade, para além das vantagens, também se tornou um terreno fértil para circulação de conteúdos desinformativos.

As narrativas desinformativas carregam a potência de acionar o ódio, um afeto inerente ao ser humano. No entanto, como apontam Sousa e Roure (2023), a problemática ocorre quando esse afeto se torna externo ao outro na forma de agressividade e hostilidade, sendo esse cenário observado constantemente no âmbito físico e virtual. Os casos das jornalistas negras Bianca Santana, Maju Coutinho e Gabi Coelho, que tratamos nesta pesquisa, são exemplos de como o ódio interligado a conteúdos desinformativos potencializa as consequências geradas pelo fenômeno da desinformação, além de ser capaz de legitimar discursos misóginos, racistas, sexistas e odiosos, atravessados por afetos que agredem a integridade humana.

Os desdobramentos do ódio são capazes de legitimar a certeza/crença de que não há espaço para a experiência do outro, sendo visualizado a sua destruição, uma vez que o outro deve ser neutralizado, destruído, diante do fato de que a diferença causa incômodo ao imaginário de felicidade que se atém (Rosa; Roure, 2023). O ódio, como paixão, retroalimenta a paranoia da acusação do outro. Logo, não existe entrada para o que se difere. Assim, quando a desinformação e o ódio se encontram, os resultados podem ser extremamente prejudiciais, não apenas para o indivíduo ou grupo o qual a narrativa foi direcionada, ou aquele que externalizou sua afetação, atinge o seio social, o coletivo.

Com as transformações da contemporaneidade, o modo de expressar o ódio também se modificou. Relembrando o que aconteceu na Itália em 1475, quando os judeus sofreram com a disseminação de informações falsas ao serem acusados de raptar uma criança cristã e beber o seu sangue, o ódio foi acionado pela recepção da informação falsa, ao ponto de Hinderbach expulsar a comunidade judaica da região, além de torturar e matar os acusados de cometerem tal crime.

Na contemporaneidade, por conta das regras sociais impostas pelo sistema jurídico e ético que regem as boas condutas que os cidadãos devem adotar diante da vivência em sociedade, há punições que tentam barrar os crimes de ódio. No entanto, além desse afeto causar danos brutais no âmbito físico, uma vez que pessoas já foram mortas por terem sofrido com narrativas fraudulentas, a desinformação no ambiente virtual aciona o ódio especialmente nas

redes sociais digitais, se legitimando e se sustentando por meio do discurso atingindo frequentemente as pessoas que ocupam o lugar de margem na sociedade.

Ao colocar em relação desinformação, ódio e as discussões de gênero e raça, de modo interseccional observamos que este afeto passa por processos de subjetivação e pelas estruturas sociais, sendo potencializados quando se resulta a partir de narrativas desinformativas. Assim, refletir sobre discurso de ódio e desinformação é tratar de uma dupla camada que, quando se encontram em congruência, se potencializam baseadas na justificativa de neutralizar e legitimar o local de subalternidade do outro. Essas questões serão discutidas neste capítulo, em que vamos nos ater especificamente ao discurso de ódio, bem como seus desdobramentos, além do potencial devastador da sua relação juntamente com a desinformação.

## **2.1 O conceito de ódio**

Com as mudanças da contemporaneidade, o modo como os indivíduos pensam, agem, sentem e expressam suas crenças e valores também foi sendo transformado. Com o advento das tecnologias da era da informação, especialmente da internet, externalizar para o coletivo aquilo que gera alegria, frustração, raiva ou ódio tornou-se comum para diversas pessoas. Outras tantas demonstram, por meio de comentários, compartilhamentos e curtidas que também se identificam ou não com as vivências e afetos do outro.

Nesse viés, além das facilidades que a tecnologia proporcionou ao estreitar laços e unir pessoas com as mesmas crenças e valores semelhantes, esse terreno tornou-se fértil para a circulação de diversos tipos de afeto, entre eles o ódio, um dos sentimentos mais prejudiciais às estruturas sociais. Segundo Sousa e Roure (2023), este é um afeto inerente à constituição do sujeito segundo, ou seja, este sentimento se faz presente na vida dos indivíduos ao longo da vida. No entanto, a problemática surge quando esse afeto se transporta do imaginário para o outro com agressividade e hostilidade, sendo observado constantemente no ambiente virtual, como nos ataques sofridos por Bianca Santana, Maju Coutinho e Gabi Coelho.

Em *o Mal-estar na Civilização* (1930/2011), Sigmund Freud ressalta que as pessoas não são favoráveis ao pensar de que o humano não se constitui apenas de suas características brandas, de amor ao próximo. A agressividade também emerge dos instintos do ser. Ele ainda aponta que “sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade” (1930/2011, p. 60).

Considerando a perspectiva de Freud, de acordo com as reflexões de Sousa e Roure (2023) o ódio faz parte da constituição da experiência humana. Nessa perspectiva Morin (2015)

indica que a dualidade do ódio e do amor é inerente ao indivíduo. Baseando-se no pensamento de Freud, Lemos (2019) indica que este afeto surge facilmente nas relações sociais. No exemplo tratado pelo autor, ele explica que é possível um indivíduo se relacionar com outro, mas ainda sim haver a presença do ódio, que não é admitido devido os impedimentos morais que emergem das relações sociais. No entanto, quando algo de mal acontece, o afeto é dissipado, e ocorre uma satisfação ao ver o outro receber uma punição justa. Desse modo, o ódio emerge da mudança de circunstâncias.

Em “Os instintos e destinos” (1915/2023), Freud trata o ódio como sendo mais antigo que o amor, compreendido com uma paixão primária ligando-se ao prazer e ao desprazer, uma vez que este afeto mantém um elo com o desprazer. De modo que, quando relacionado ao prazer, o Eu procura aproximação; quando relacionado ao desprazer, o Eu tende a se distanciar.

Para Freud (1915/2013), ainda no mesmo texto, o ódio ocorre devido ao vínculo do mundo exterior com a rejeição do Eu narcísico. Nesse sentido, na transferência do estágio narcísico para a priorização do objetivo, ocorre a relação do Eu com o objetivo, pois o Eu almeja a afirmação, muitas vezes por meio do ataque ao outro. Assim, há repulsa contra o objeto e o ódio, que pode posteriormente despertar a agressividade com o intuito de promover a destruição do objeto. Para Freud, o afeto desencadeia sentimentos de visam superar frustrações:

“O eu odeia, abomina e persegue, com intenção de destruir, todos os objetos que constituem uma fonte de sensação desagradável para ele, sem levar em conta que significam uma frustração quer da satisfação sexual, quer da satisfação das necessidades de auto-preservação” (Freud, 1915, p.160).

Kiffer e Giogi (2019, p. 12) sugerem que o ódio é “condensador e modulador de afetos diversos, que conjuga uma constelação de paixões que passa pela reprimenda, pela fúria, pela ira e pela indignação”. Nesse sentido, o ódio pode desencadear afetos que se potencializam, capazes de resultar em novas dinâmicas sociais guiadas por sentimentos disruptivos.

Diante dos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, Freud (1915/2010) evidenciou a tendência ao ódio, menosprezo, repulsa e o desprezo entre os indivíduos em momentos de paz, uma vez que na formação das massas, seus componentes empregaram atitudes agressivas. Assim, o indivíduo prioriza suas paixões em detrimento dos seus interesses, que guiam a racionalização para se alcançar o prazer dessas paixões.

No texto “Reflexões para os tempos de guerra e morte” (1917/1996), Freud reflete sobre a guerra, apontando que as nações civilizadas mantêm uma relação frágil e desconhecimento mútuo, capaz de se confrontarem com ódio e asco. Em períodos de instauração de disputas, torna-se nítido as atrocidades que os indivíduos são capazes de realizar. Lemos (2019) observa

que, além das marcas de destruição no território, ocorre uma descontinuidade nos laços sociais entre os lados opostos, que podem ser quase impossíveis de reestruturar. Freud (1917/1996) destaca que os impulsos humanos são determinados também pelos laços sociais que o indivíduo mantém:

“A natureza humana consiste em impulsos instintivos de natureza elementar, semelhantes em todos os homens e que visam à satisfação de certas necessidades primárias. Em si mesmos estes não são nem bons e nem maus.” (FREUD, 1917/1996, p. 290). Sendo resultante das “necessidades e exigências da comunidade humana” (Freud, 1917/1996, p. 290).

Um exemplo recente que pode ser observado é a guerra entre Israel e o Grupo Hamas, iniciada em outubro de 2023, em decorrência de conflitos por territórios que se estendem desde 1948 com a Declaração de Independência de Israel. Os conflitos decorrem da disputa pelo território que já foi ocupado por vários grupos sociais como os hebreus e filisteus, descendentes de israelenses e palestinos (Ferreira, 2023).

Durante esse período, inúmeros conflitos resultaram em muitas mortes, tornando evidente que as disputas políticas também são sustentadas por afetos, incluindo o ódio. Além da guerra que se instaurou fisicamente na região, os seus desdobramentos avançaram para o ambiente virtual. A agência de notícias AFP chamou a atenção para os ciberataques que derrubaram páginas e até sites envolvidos na arrecadação de ajuda humanitária.

Os ataques por terra, água ou ar são mais fáceis de identificar quanto a origem. No entanto, na batalha digital, as ofensivas ocorrem em diversas partes do mundo, colocando o Hamas em vantagem no ambiente virtual, uma vez que os grupos pró-palestina contam com maior número de apoio. Os ataques tem a finalidade de atingir todas as áreas estratégicas do país, como redes de energia e infraestrutura, sites de organizações públicos e civis, e também sistemas privados, mobilizando os agentes da batalha por aplicativos de troca de mensagens como o Telegram (Causin, 2023).

O exemplo da guerra entre Israel e Hamas torna evidente que a agressividade humana, envolta por afetos de ódio, transcende para o ambiente virtual, ocupando esse espaço importante na contemporaneidade. O objetivo de tais atitudes demonstra a necessidade de autopreservação e manutenção das necessidades, deixando o outro em um estado de fragilidade. A violência extrema que emerge desse conflito pode ser entendida ainda, como uma manifestação coletiva da pulsão de morte, onde ambos os lados se veem presos em um ciclo de destruição mútua.

Segundo Lemos (2019), baseado no pensamento de Freud, as modificações nas pulsões más e boas decorrem de fatores internos e externos, pois o ego age na tentativa de preservar e satisfazer os desejos de amor. De tal modo que no início da vida, o sujeito almeja o amor de

sua mãe e, ao seu desenvolvimento deseja ser amado pelos indivíduos que compõem seu grupo social. No entanto, para manter suas relações em determinado círculo social, o sujeito deverá seguir as lógicas exigidas a ele. Ou seja, para conseguir o objeto amado é necessário colocar em suspeição a sua satisfação pulsional imediata em prol da satisfação ao longo prazo.

No texto “Além do princípio de prazer” (1920), Freud apresenta o ódio como uma pulsão de morte, ocorrendo em dualidade desde o início da constituição do sujeito. Lemos (2019) aponta que um dos exemplos concretos dessa dualidade é a relação dos indivíduos que pertencem a um mesmo grupo. No texto “Psicologia de grupo e análise do ego”, Freud (1921) apresenta o caso das religiões, uma vez que as pessoas se conectam umas às outras por meio do amor, mas também pelo ódio àqueles que não seguem sua própria fé.

Além da religião, Freud ainda reflete que os indivíduos de um determinado grupo ou coletivo podem seguir os preceitos instituídos por um líder ou dividir as mesmas ideias. Para Dugnani (2016), o ódio é capaz de gerar uma dificuldade em desvelar os acontecimentos complexos e importantes da vida dos indivíduos.

Um exemplo prático das colocações de Freud é o Holocausto, em que Hitler disseminou o ódio aos judeus, persuadindo também diversos cidadãos alemães a acreditarem que os judeus precisavam ser exterminados para se estabelecer uma “raça pura”. Além do Holocausto, pode-se citar o movimento que a extrema direita realizou em diversos países, por meio da figura do líder nos Estados Unidos por Donald Trump e no Brasil pelo Jair Messias Bolsonaro, ambos carregam valores conservadores e frequentemente atacam aqueles que ocupam a margem da sociedade, e todos que não compactuam com suas crenças e são contra elas.

Desse modo, a ligação de afeto entre os indivíduos tende a crescer e se legitimar, uma vez que amam seus pares, se submetem as ordens e fundamentos de um mesmo líder e aos mesmos fundamentos, disseminando o ódio a quem se difere. As relações que emergem desses grupos são unidas pela pulsão de vida, diante da relação de identificação com o consentimento entre quem lidera e também pelo afeto, que se expressa por atitudes agressivas, atos violentos e discursos de ódio (Lemos, 2019).

Considerando as reflexões de Lacan, o ódio se sustenta em três paixões do ser: o amor, o ódio e a ignorância. Em seu Seminário 20, Lacan (1975) aponta que na paixão da ignorância, o ser não quer saber de nada, e o ódio relaciona-se ao ser. Diante disso, Rosa et al. (2016, p. 17), de acordo com o Lacan em: Os escritos técnicos de Freud (1953, p.309); destaca que a “junção do simbólico e do imaginário, essa linha de intersecção que se chama o amor — na junção do imaginário e do real, o ódio — na junção do real com o simbólico, a ignorância.”

Diante disso, o não querer saber coloca o ódio como uma paixão da ignorância que não se interliga ao modo de pensar. Para Rosa e Roure (2023, p.17) “o ódio é o triunfo do significado”, desse modo estabelece o contentamento da convicção, bem como a desvinculação com as identificações com os semelhantes. Ou seja, o ódio está relacionado a um estágio de ignorância em que se torna difícil tomar consciência.

Nota-se isso no ambiente virtual, em que os usuários envolvidos em narrativas que instigam ódio, continuam a externalizar o sentimento por meio de ofensas, mesmo diante de fatos que não comprovem sua ligação com a realidade. Como ocorreu com a jornalista Bianca Santana que após ser acusada de disseminar desinformação e, posteriormente, houve a retratação por parte do autor da ofensa, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, os ataques de ódio não encerraram.

Com uma perspectiva semelhante à de Freud, Lacan, em Seminário 20, aponta que o ódio se direciona na dimensão da destruição, sendo compreendido como algo além de querer o mal do outro. Nesse sentido, as reflexões lacanianas indicam que o ódio se refere a uma experiência real do sujeito, que reafirma a pulsão de morte, sendo indissociável do indivíduo resultante da agressividade em relação ao Outro.

A psicanalista Sandra Flanzer (2006, p.7) evidencia que o ódio também surge como desdobramento da “frustração do sujeito diante deste Outro”, que não corresponde às expectativas do Outro. Desse modo, a autora pontua que o ódio original é aquele que se refere ao Outro, compreendido por Freud como algo que remete à pulsão de morte. Assim, é distinto do ódio subsequente, que surge das relações objetais ligadas ao ódio pelo rival, pelo outro, e pelo semelhante.

Tanto o ódio original quanto o subsequente mantêm uma relação que perpassa o amor, promovendo mudanças nas relações humanas, o que Freud denomina como ambivalência, se utilizando do termo de Berna (1910), para tratar sobre a dualidade entre amor e ódio. Em um dos escritos, Freud (1919), ao tecer comentários sobre o “Homem dos ratos”, que trata sobre a luta de afetos entre amor e ódio, ele enfatiza que o amor não é capaz de eliminar o ódio. O que ocorre é uma repressão no inconsciente, “e no inconsciente o ódio, protegido do perigo de ser destruído pelas operações do consciente, é capaz de persistir e, até mesmo, de crescer” (1919, p.239).

Para ilustrar tais considerações de Freud, lança-se o olhar sobre as violências contra as mulheres, que são atravessadas por questões patriarcais e podem ser refletidas sobre a ambivalência de amor e ódio. Aqueles que cometem crimes contra as mulheres frequentemente fazem parte da sua convivência diária, como os esposos, que, ao firmar uma relação que se

sustente no amor, podem ter um ódio presente no inconsciente, que tende a crescer. Flanzer (2006) sugere que o este afeto é nutrido a cada desencontro com as demandas do outro. Isso faz com que esse afeto cresça diante da angústia de não ter seus anseios sanados de tal forma que são externalizados, por meio de ataques violentos.

No entanto, o ódio não é suprido pelo desaparecimento do outro, ou seja, mesmo evitando a presença do objetivo hostilizado, o afeto não permanece. Lacan (1953/2009) reflete que o ódio emerge de uma dimensão imaginária permeada pela ligação simbólica, que não permite a satisfação do ódio pelo desaparecimento do adversário. O psicanalista complementa:

“Se o amor aspira o desenvolvimento do ser do outro, o ódio quer o contrário, seja seu rebaixamento, seja sua desorientação, o seu desvio, o seu delírio, a sua negação detalhada, a sua subversão. É nisso que o ódio como o amor é uma carreira sem limite (Lacan, 1953/2009, p.360)

Ao refletir sobre essa questão na contemporaneidade, diante da virtualização das interações sociais, é cada vez mais fácil estar em contato com objetos que acionem o ódio, uma vez que a produção de conteúdo despertar afetos. Principalmente as narrativas desinformativas como discutido no capítulo 1, carregam o potencial de direcionar o afeto ao outro, de tal modo que o deslegitima. Como essas narrativas circulam rapidamente, o ódio ultrapassa a barreira individual e se torna coletivo.

Sob a ótica do filósofo romeno Gabriel Liiceanu, foi a partir do século XIX que o ódio passou a ser organizado, tornando-se algo impessoal e diretamente relacionado à formação da sociedade de massa. Nesse período, conforme Benda em 1927 destacado por Liiceanu (2015), três modos de ódio se consolidaram como “paixão política”: o de classe, de raça e o ódio nacional.

Assim, o ódio já não se concreta apenas em um único indivíduo, mas se estende a todo um grupo ou comunidade, sendo direcionado a uma pessoa, agente de uma categoria de acordo com classe, raça, nação, religião (Caldeira, 2016). De acordo com as perspectivas de Liiceanu, o ódio ainda se tornou “culto e cultivado”, de tal forma que passou a ser organizado como ideologia, sustentado na ideia de Benda que define como “organização intelectual dos ódios políticos”.

Desse modo, o ódio é pensado como conceito e caracterizado por Liiceanu como aquele em que a ideologia indica ao ódio o objeto que deve ser odiado, o enobrecimento do ódio que podem resultar em crimes. A ideologia eleva aquele que odeia ao patamar de herói, sendo recompensando e não punido, além de deturpar a verdade e legitimar a mentira. O autor ainda observa a remoção de certos grupos sociais de sua humanidade, como os judeus, os burgueses,

ciganos, negros, havendo o esvaziamento de suas subjetividades, caracterizando isso como um dos maiores atos de ódio articulado pelas ideologias.

Sob esse aspecto, o ódio como um afeto individual se fortalece e se legitima diante da socialização. De acordo com o filósofo francês Cornelius Castoriadis, há formas de revelar esse afeto, sendo o racismo um dos principais modos que aponta o outro como inconvertível e que precisa ser eliminado. Esse processo é resultante do que o autor chama de “ódio de si inconscientemente”, caracterizado como uma elaboração psíquica presente durante a existência do indivíduo.

O “ódio que si” necessita ser transferido para o outro. Castoriadis (1987/2007) discute que o ódio não pode ocorrer contra o próprio sujeito, mas com as mudanças de objeto, o indivíduo consegue preservar esse afeto insaciável, ao contrário de dissolvê-lo sobre o objeto inicial, ou seja, si mesmo. O ódio é transferido para o outro, que ele visa eliminar e destruir.

“É aí que podemos compreender a raiz da inconvertibilidade do outro, assim como sua eliminação: o sujeito não quer, antes de tudo, encontrar-se no objeto a ser destruído, está fora de questão, portanto, o judeu se converter, conhecer, por exemplo, a filosofia alemã melhor que ele, ser alemão da gema etc. Enquanto que, quando se trata da primeira forma de rejeição do outro, da simples desvalorização, ele em geral se satisfaz com o reconhecimento pelo outro, assumo ele a forma da derrota ou da conversão.” (Castoriadis, 1987/2007, p. 274).

O fator mais importante é o sujeito externalizar seu ódio desestruturando o outro, legitimando sua posição de inferioridade. O racismo se constitui como uma das formas extremadas de ódio, sendo transferido para o outro um ódio de si, diante da não aceitação das diferenças que constituem o outro como sujeito.

Para além do afeto individual, Barreto (2023) aponta dois fatores que desencadeia o ódio, o primeiro é ligado ao “inconvertível”, ou seja, intrínseco ao indivíduo, como raça, local de nascimento, aspectos físicos, e de classe social; e o segunda está atrelada ao ódio como um aparelho ideológico. A autora reflete que a junção desses dois aspectos resulta na problemática de que, para além de visualizar o outro em uma posição inferior, desprezo, se intensifica de tal forma que o ódio, a raiva leva à discriminação e ao desejo de eliminar o outro.

Essa problemática pode ser compreendida diante das discussões sobre diversas questões, incluindo as individuais, sociais, e também ideológicas. De acordo com Hannah Arendt (2012, p.148), o pensamento ideológico pode ser compreendido como “sistemas baseados numa única opinião suficientemente forte para atrair e persuadir um grupo de pessoas é bastante ampla para orientá-las nas experiências e situações da vida moderna”. Ao contrário da opinião, a ideologia visa ser reconhecida como detentora do domínio do conhecimento, capaz de apresentar soluções sociais tendo o controle da história.

Arendt (2012) aponta ainda que poucas ideologias conseguiram se sustentar diante da diversidade de pensamentos que estavam em disputa pela adesão social. Ela destaca que durante a “corrida para a África”, o pensamento racista disputava com outras ideias o consentimento da opinião pública. Aponta que duas ideologias conseguiram ser legitimadas pela opinião pública: a que se sustentam no ponto de vista de que a história é baseada em uma batalha econômica, de diferentes classes, e aquela em que a história é apresentada como uma luta entre raças. Ambas conseguiram envolver as massas de tal forma que as relações sociais foram moldadas por esses pontos de vista, sendo acolhidas pela opinião pública, que tende a rejeitar aquilo que se difere das visões dos posicionamentos ideológicos.

As transformações sociais consolidaram noções daquilo que pode ser enquadrado como superior ou inferior. Além das ideologias que perpassam questões econômicas, de classe e raça, há diversos pensamentos que envolveram a opinião pública como os posicionamentos em relação às questões de gênero, sexualidade, nacionalidade, entre outras, opostos as visões ideológicas predominantes, marcadas por posicionamentos patriarcais, brancos e europeus.

Com a modernidade, as disputas ideológicas se cristalizam com a aceitação da opinião pública, e os afetos, principalmente o ódio que constitui os sujeitos, passaram a emergir com novas configurações, diante as transformações da contemporaneidade em que é possível manter conexões com diversas pessoas ao redor do mundo. Esse cenário se tornou propício para a criação de laços sustentados por interesses em comum, incluindo o ódio, que ultrapassa a barreira individual e se estende para a coletividade, sendo transpassado por questões de afeto, pelas estruturas sociais e ideológicas de tal modo que se potencializam em um ódio coletivo, capaz de resultar danos irreparáveis.

No entanto, diante da ascensão da internet e a popularização das redes sociais digitais, as interações no âmbito virtual ocorrem por meio da ordem do discurso. Nesse sentido, no próximo tópico será apresentado como o ódio se apresenta no ambiente digital, além dos seus desdobramentos e suas principais vítimas, aquelas que estão na margem da sociedade, com o intuito de refletir como esse fenômeno é capaz de resultar em impactos desastrosos de modo individual e coletivo.

## **2. 2 O discurso de ódio: a presença do ódio no ambiente virtual**

Com a contemporaneidade, é possível observar o ódio para além da sua presença em guerras, ele está presente também no Holocausto, na necessidade de controle político sobre um país, no controle sobre determinado tipo de corpo, entre familiares. Ou seja, é um afeto que, no cotidiano pode passar despercebido por muitos, mas está presente em todos os âmbitos da

sociedade. Assim, é possível observar que o ódio se projetou também no ambiente virtual, de acordo com a perspectiva de Caldeira (2016), isso acontece uma vez que o ódio se reconfigura diante das mudanças sociais, buscando novos canais para se instalar.

O entendimento sobre o surgimento do ódio foi abordado para esclarecer questões relacionadas à sua presença nas redes sociais. Com a popularização das plataformas, as interações humanas passaram a ocorrer também no ambiente virtual, tornando-se parte integrante do cotidiano, exigindo uma adaptação na forma como os afetos são expressados. Nessa perspectiva, Tiburi (2016) reflete que o ódio atravessado pelo ápice da tecnologia se expandindo para a esfera digital, é porque faz parte da sociedade.

O desenvolvimento das tecnologias da informação levou a diversos modos de interação e compartilhamento de informações entre sujeitos de lugares e culturas diferentes, o qual Jenkins (2009) chama de cultura participativa. Em contrapartida, Castells (2005), reflete sobre a “sociedade em rede”, que tem como característica uma estrutura baseada em redes intermediadas por tecnologias que facilitam a comunicação e a circulação de informações tendo como base as redes digitais de computadores responsáveis por gerar, processar e distribuir as informações a partir do conhecimento contido na rede. Assim, todas as interações que ocorrem no ambiente virtual são intermediadas pela lógica das redes.

No entanto, isso não significa que sejam seguidas as lógicas das redes determinadas pela tecnologia sem a participação humana. Nesse sentido, Castells (2005) aponta que a sociedade é responsável por dar forma a tecnologia a ser utilizada de acordo as necessidades de quem as utilizam e também daqueles que detém o seu poder de controle sobre elas. Assim, o uso social das tecnologias influencia as lógicas das redes digitais.

Vale pontuar de acordo com Recuero (2017), que rede social é a relação estabelecida entre indivíduos que estão inseridos em grupos sociais em diferentes ambientes, seja na família, no trabalho, na escola, entre outros. Além disso, a autora reflete que as relações acontecem pela interação entre esses atores que atuam como produto e produtores, de modo que a “rede influencia e é influenciada pela posição dos usuários” (Recuero, 2017, p.9.). Desse modo, a troca entre os indivíduos ocorre entre os próprios pares.

Usualmente as ferramentas de redes sociais digitais como por exemplo: *Instagram*, *Tiktok*, *Youtube*, *Facebook*; são chamadas de redes sociais, mas seguindo a perspectiva de Recuero (2017), há diferenças significativas entre esses entendimentos, uma vez que as ferramentas são capazes de tornar público e influenciar as estruturas sociais de uma determinada rede social. Assim, o *Instagram* ou *Tiktok* são plataformas que, sem a presença dos grupos

sociais, não podem ser compreendidas como uma rede social, uma vez que a estrutura formada pelos indivíduos que interagem configura essa perspectiva.

Nesse sentido, Recuero (2017) aponta ainda que a apropriação dos indivíduos pelo uso dessas plataformas faz com que exista a rede social diante das estruturas sociais das quais os atores participam. Além disso, o funcionamento pode ocorrer diferente do previsto pela própria ferramenta, uma vez que cada indivíduo que se torna usuário construirá suas redes sociais. No entanto, as plataformas são criadas baseadas em algoritmos com o intuito de que os usuários passem cada vez mais tempo consumindo os conteúdos das redes sociais digitais, o que propicia aos usuários receberem apenas informações que sejam mais relevantes de acordo com o conteúdo que costumam consumir, baseados frequentemente em seus valores, desejos, classe social, raça, sexualidade, entre outros.

Nas redes sociais digitais, a troca de informações acontece pelo intermédio de um computador ou smartphone, ou seja, a interação física passa a ocorrer no ambiente virtual, onde a comunicação bem como a troca de afetos, passa a ocorrer por meio do discurso, seja ele por texto, imagens, áudios. Para além da facilidade comunicacional das redes sociais digitais, Moura (2016) reflete que esse é um terreno fértil para a expansão de conflitos do âmbito físico, bem como do relacionamento social, como o ódio e as suas demais manifestações.

Assim, o ódio não pode ser manifestado por ataques físicos, por exemplo. Desse modo, é enunciado por meio do discurso que, assim como nos atos violentos, é carregado de agressividade, hostilidade, raiva e desprezo. As palavras e expressões substituem os golpes e, com grande potência conseguem ser propagadas rapidamente, atingindo milhões de pessoas que também podem ser afetadas pelo ódio.

Os afetos, especialmente o ódio o qual tratamos aqui diretamente, são transmitidos pela via do discurso no ambiente virtual. Para Foucault (2002, p. 9), o “discurso é esse conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro”, perpassado pelo desejo e pelo poder. O autor acrescenta que o discurso, além de ser um instrumento que traduz lutas e sistemas de dominação, é “aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder”. Ou seja, quem o detém exerce o poder de dominação sobre o outro.

Nessa perspectiva, a ordem do discurso pode ser compreendida como uma instância de poder legitimada por seus mecanismos e pela exclusão. Diante disso, Foucault (1970/1996) parte do pressuposto de que, em toda sociedade, o discurso é controlado, selecionado, organizado e redistribuído com o intuito de preservar poderes e exorcizar perigos. Assim, a transmissão das narrativas não ocorre de maneira aleatória; há intrinsecamente elementos sustentados no poder.

Na contemporaneidade, mesmo diante da oportunidade de se proferir discursos, nem todos são legitimados pela opinião pública. Pereira (2009) pontua que em sociedades, como a nossa, são criados mecanismos para a interdição e exclusão de determinados discursos. Sobre essa problemática, Foucault (1970/1996) determina o tabu do objeto, uma vez que “não se tem o direito de dizer tudo”, ou ainda que, “não se pode falar sobre tudo, em qualquer situação”, diante dos lugares de privilégio daquele que toma posse da fala.

Os sistemas de exclusão os quais estão relacionados ao discurso são: “a palavra interdita, a partilha da loucura e a vontade de verdade”. O último fator apontado por Foucault é atravessado pelos dois primeiros sistemas, já que a dualidade entre verdadeiro e falso se organiza em torno da história para legitimar a vontade de verdade. Nesse sentido, a verdade refere-se a “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (Foucault, 1984, p. 11), o qual funciona aliado a sistemas de poder, que a produzem e a apoiam, bem como “a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem”, resultando no que denomina de regime da verdade, e que não é definido como ideológico, responsável pelo avanço do sistema econômico baseado no lucro e a acumulação de riquezas, predominante na maior parte das sociedades contemporâneas.

Ao longo da história, o discurso verdadeiro era aquele proferido por quem ocupava lugar de destaque social, anunciado por uma ordem ritual. No entanto, esse cenário foi sendo modificado à medida que a verdade foi deslocada para o enunciado, ou seja, o seu objeto e sua forma. Assim, o rito da enunciação perdeu espaço para o enunciado (Pereira, 2009). Esse é um dos modos que levam à compreensão da relação entre discurso e poder, uma vez que, por carregar a vontade de verdade, resulta em uma coerção e legitimação das instituições sociais.

Com a popularização das redes sociais digitais as reflexões de Foucault tornam-se ainda mais evidentes, pois qualquer indivíduo pode ser um enunciador de discursos, sendo levado em consideração o teor do enunciado e não mais sua posição. No entanto, a lógica de legitimação dos discursos permanece a mesma, uma vez que aqueles que detêm o poder direcionam e pautam os discursos que são legitimados por um grande número de indivíduos, o que ocorre na sociedade contemporânea é que esses posicionamentos conseguem atingir diversas pessoas em um curto período de tempo, seja pela distribuição do conteúdo e também, pelo compartilhamento dos discursos.

Em “A Microfísica do Poder”, Foucault (1984) destaca que não há verdade fora dos aspectos de poder, sendo produzida pelas múltiplas coerções ocasionando “efeitos regulamentados de poder”. Desse modo, cada sociedade possui o que se entende por “política geral” de verdade, ou seja, determina os tipos de discursos que são caracterizados como

verdadeiros, bem como os métodos e as técnicas para diferenciar os enunciados e os modos para o alcance da verdade. Assim, não faz parte unicamente da tomada de decisão dos indivíduos, mas sim dos aspectos estabelecidos por meio dos aparelhos sociais.

Os mecanismos sociais fazem com que o discurso faça parte do jogo entre o desejo e o poder. Para a compreendê-lo como verdadeiro é necessário desvelar a vontade de verdade que o atravessa. Com o intuito de não direcionar o olhar apenas para o lado benéfico, mas visualizar que a vontade de verdade carrega a potência da exclusão (Foucault, 1970/1996).

Nesse sentido, o discurso dominante se relaciona com uma vontade de verdade que incluem e exclui determinadas falas, como aqueles que abrangem questões de gênero, raça, sexualidade, classe, nacionalidade, entre outros, sendo capazes de despertar e fortalecer afetos. Quando relacionado com o ódio, o discurso tomado pela vontade de verdade, se potencializa em prol da exclusão do outro.

Para a compreensão do fenômeno do discurso de ódio, a filósofa Judith Butler (2021), propõe uma reflexão sobre como um enunciado se torna efetivo. Para isso, ela aciona os pensamentos de J.L Austin, que traz dois conceitos para diferenciar os atos de fala, o “ilocucionários” que são aqueles atos que correspondem ao falar e ao dizer no momento em que é proferido e o “perlocucionários”, os atos de fala que geram consequências, ou seja, efeitos após ser proferidos.

A autora pontua que este último ocorre em tempos em tempos distintos, que são o oposto ao ato da fala, sendo “o que nós produzimos ou obtemos ao dizer algo” (Butler, p.23, 2021). Assim, são os produtos que resultam dos enunciados, com potencialidades que reverberam no futuro e acionam o passado.

Nesse sentido, compreendemos que o discurso de ódio se relaciona aos atos perlocucionários, uma vez que gera consequências ao outro, seja individual ou ainda de forma coletiva, de acordo para quem está sendo direcionado, capaz ainda de acionar temporalidades. Butler (2021) reflete que, para o ato de fala ser um performativo de sucesso, deve ocorrer um conjunto de efeitos decorrentes do ato performatizado.

As reflexões de Butler podem ser visualizadas no caso dos ataques sofridos por mulheres negras, que enfrentam ofensas direcionadas a seu gênero, sua raça e profissão. Um exemplo é o episódio em que a jornalista Maju Coutinho, após ser vítima de conteúdos desinformativos, sofreu com discursos de ódio, de cunho racistas e sexistas, sendo legitimado o discurso de subalternidade que envolve as mulheres negras.

Com essa perspectiva, Butler (2021) aborda o pensamento de Mari Matsuda, no qual a autora aponta que o discurso de ódio, além de ser compreendido como perlocucionário, tendo

uma ação sobre o outro, contribui para a constituição social do destinatário (e, por consequência, como parte de um processo de interpelação social). A autora sinaliza ainda que, dependendo da posição social que o ouvinte ocupa, ele é atingido pelas consequências desse discurso.

Diante disso, Mari Matsuda articula que o discurso além de indicar uma relação de dominação social estabelece a ação de dominação. Butler (p.25, 2021) diante das reflexões de Matsuda, estabelece que o discurso de ódio é responsável pela constituição do destinatário assim que é enunciado, sendo a própria performatização da injúria, uma vez que é entendida como uma subordinação social.

Em consonância às discussões propostas por Butler, o discurso de ódio para além de causar danos posteriores, carrega a própria potência do afeto disposto no ódio, que se utiliza da injúria para promover uma subordinação social. Esse fator é responsável também por legitimar o sujeito em uma posição de inferioridade na sociedade. No livro “Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano”, Grada Kilomba (2019) apresenta, por meio de discursos racistas, a legitimação do domínio do sujeito branco, reinserindo o sujeito negro em um cenário colonial de subalternidade.

A prática do discurso de ódio tem gerado alguns questionamentos sobre sua definição e quais enunciados de fato são característicos desses atos de fala. De acordo com Brugger (2007), o discurso de ódio pode ser compreendido como um conjunto de palavras que tem o objetivo de insultar, intimidar ou assediar determinadas pessoas ou grupos por questões de raça, cor, sexualidade, religião, nacionalidade, entre outros, e que ainda carregam um potencial de ódio, discriminação ou violência. É entendido também como uma prática de comunicação pública que degrada simbolicamente grupos que sofreram opressão ao longo da história e seguem sendo discriminados (Delgado; Stefancic, 2004). Nesse sentido, os discursos de ódio visam desestabilizar suas vítimas.

O sociólogo Luiz Valério Trindade (2022) em seu livro *Discurso de ódio nas Redes Sociais*, esclarece que esses discursos estão ligados à disseminação de ideologias preconceituosas que carregam pensamentos misóginos, xenófobos, homofóbicos, entre outros, contra pessoas ou grupos marginalizados. Segundo o pesquisador, esses ataques são caracterizados como discurso de ódio, que surge da expressão em inglês *hate speech*. Além disso, ele revela que o público mais atingido por discursos de ódio são os grupos marginalizados da sociedade contemporânea, sendo as mulheres negras as principais vítimas. Essa é uma problemática que retoma questões coloniais, uma vez que a mulher negra é frequentemente vista como objeto de submissão, diante de uma supervalorização da branquitude.

Sob essa ótica, Sponholz (2020) destaca que o discurso de ódio pode ser compreendido como uma maneira intencional ou consciente de provocar a exclusão simbólica entre os indivíduos, de acordo com a categoria coletiva à qual pertence seja raça, religião, gênero, orientação sexual, entre outros. O intuito por trás da prática pode ser resultante da expressão dos afetos, que se apresenta como xingamentos, pela defesa de ideologias como o racismo, o sexismo, machismo, crenças religiosas, ou na busca de visibilidade na mídia, ou ainda com o intuito de promover ataques violentos no ambiente físico, entre outros.

O discurso de ódio é uma prática que se utiliza da comunicação para promover mensagens preconceituosas. Para Moura (2016) este é um fenômeno social e midiático, que essa prática social se utiliza da linguagem e de fatores comunicacionais para promover violência a determinados grupos ou classes de indivíduos, relacionado a intolerância das diferenças identitárias. O autor reforça que, no ambiente das redes sociais, o objetivo é difundir o ódio por meio de estigmas sociais, atingindo principalmente as vítimas por ofensas que ressaltam seu pertencimento a um grupo marginalizado. Desse modo podemos compreender que o ódio pode ser resultado das desigualdades e dos preconceitos sociais.

O discurso de ódio tem se tornado uma problemática que acarreta diversas consequências para quem sofre com a injúria que esses atos de fala carregam. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) determinou o Dia Internacional de Combate ao Discurso de Ódio, que ocorreu em 18 de junho de 2023. O secretário-geral da ONU, António Guterres, enfatizou que o discurso de ódio é utilizado para promover o medo e acentuar a polarização, gerando ganhos políticos, ele afirmou: “incita a violência, exacerbando as tensões e impede os esforços para promover a mediação e o diálogo. É um dos sinais de alerta de genocídio e de outros crimes atrozes”<sup>3</sup>(BRASIL ONU, 2023).

Na mesma ocasião, Guterres, aponta que o discurso de ódio atinge os grupos vulneráveis da sociedade, com o intuito de legitimar a discriminação, o estigma e a marginalização. Entre eles encontram-se as mulheres negras, migrantes, pessoas com diversas identidades e orientações sexuais. Trindade (2022), já havia mapeado nos seus estudos que as mulheres negras são as que mais sofrem com os discursos de ódio nas redes sociais, sendo as jovens que possuem 18 até 35 anos os alvos frequentes de ataques racistas, sexistas, misóginos, LGBTfóbicos, entre outros.

O ambiente das redes sociais digitais é um terreno fértil para a propagação dos discursos de ódio. Além disso, o fenômeno da desinformação também se relaciona com os afetos, de tal

---

<sup>3</sup> Veja mais em: <https://brasil.un.org/pt-br/236831-o-discurso-de-%C3%B3dio-%C3%A9-um-dos-sinais-de-alerta-de-genoc%C3%ADdio-e-de-outros-crimes-atrozes-alerta>. Acessado em: 20 jan.2024.

modo que aciona e potencializa o ódio. No próximo tópico traçaremos a relação entre discurso de ódio e desinformação, uma vez que conforme destacado pelo Relatório de Riscos Globais 2025 <sup>4</sup> publicado pelo Fórum Econômico Mundial, a desinformação é o maior perigo a curto prazo para a humanidade. Esse entendimento se deu por meio da pesquisa da *Global Risks Perception Surgey* (GRPS), em que foram entrevistados mais de 900 líderes internacionais da área empresárias, governamental e científico, e a sociedade civil.

A partir daí, foi possível chegar ao ranking dos principais desafios a serem enfrentados ao redor do mundo ao que tange ao aspecto econômico, geopolítico, ambiental, social e tecnológico. De acordo com o relatório, a desinformação que está e a informação incorreta estão relacionadas a inovação tecnológica, por sua rápida circulação, pode causar instabilidade, dificultando o processo de confiança na governança, além de dificultar o processo de resolução de conflitos partilhados. Desse modo, pensar o fenômeno da desinformação e do discurso de ódio torna-se ainda mais complexo. Como apontam Rêgo e Barbosa (2020), a sociedade tende a acreditar com uma crença cega em narrativas que se relacionem com suas experiências e valores pessoais, não pela consciência em si, mas por questões relacionadas às crenças e valores, que será aprofundado mais adiante.

### **2.3 A relação entre discurso de ódio e desinformação**

O discurso de ódio se manifesta na pós-modernidade dentro do contexto da era da informação e a popularização da internet e das redes sociais digitais. Esse fenômeno é marcado por expressões que visam desqualificar e inferiorizar indivíduos, reduzindo-os a condição de objeto (Silveira, 2008), seja por sua raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, entre outros.

Quando o discurso de ódio se funde à desinformação, ambos os fenômenos são capazes de serem prejudiciais a todas as esferas do nível social, pois impactam não apenas um indivíduo, mas todos que compõem a sociedade. Um dos pontos do discurso de ódio, é a intolerância ao diferente, em que não há margem para o outro. Como citado anteriormente, uma das grandes ameaças à estabilidade da sociedade contemporânea, a médio prazo, são as narrativas desinformativas, que possuem um enorme potencial de minar a confiança nas esferas que compõem os pilares da sociedade, como os regimes democráticos, a saúde, a educação e a ciência.

---

<sup>4</sup> Confira o relatório completo em: [https://reports.weforum.org/docs/WEF\\_Global\\_Risks\\_Report\\_2025.pdf](https://reports.weforum.org/docs/WEF_Global_Risks_Report_2025.pdf). Acessado em: 17 jan.2025

Como aponta Schneider (2022), a desinformação pode ser compreendida como a notícia falsa que se espalha como pragas, mascaradas como verdadeira, disfarçada frequentemente de notícia jornalística, com o objetivo de favorecer determinados grupos. Essa prática é realizada constantemente pela extrema direita, o que acaba gerando muita confusão, ou seja, um verdadeiro caos informacional.

No entanto, nem sempre a desinformação é disseminada com a intenção de promover a circulação de uma informação falsa. Schneider (2022) reflete que há uma junção perigosa entre desinformação e *misinformation*, termo que, segundo Wardle e Derakhshan (2017) ocorre quando é espalhada informações com erros mais ou menos graves, de modo não intencional. O autor destaca que a *misinformation* potencializa o poder da desinformação ao ampliar a circulação e o poder de persuasão, principalmente quando circula entre pessoas que cultivam a confiança entre si como grupos de amigos, familiares, colegas de trabalho, entre outros. Dessa forma, essas narrativas ganham legitimidade reforçando crenças, valores e preconceitos.

Wardle e Derakhshan (2017) caracterizam a desordem informativa em três dimensões: *desinformation* (desinformação), *misinformation* (informação errada) ou *mal-information* (informação maliciosa). A última baseia-se na realidade, mas é utilizada para causar danos a uma pessoa, grupos sociais, organizações ou país. Essa desordem pode resultar em danos a sociedade, principalmente no que tange a disseminação de informações jornalísticas, uma vez que as narrativas desinformativas com ou sem intenção de causar danos podem ser legitimadas por diversas pessoas, corroborando para que a circulação de notícias seja minada por informações falsas.

A desordem informativa cria um ambiente propício para a propagação do discurso de ódio nas redes sociais digitais, na medida em que as narrativas desinformativas acionam os mais diversos afetos, inclusive o ódio, a violência, o desprezo, entre outros, transformando o âmbito digital em uma zona de preconceitos. No entanto, enquadrar uma desinformação como tal, ou ainda como *misinformation* ou uma *mal-information* conforme as classificações de Wardle e Derakhshan (2017), é uma tarefa difícil, assim como definir claramente o que é discursos de ódio.

É fundamental reconhecer que as narrativas desinformacionais possuem um alto potencial de acionar discursos de ódio, uma vez são capazes de convocar afetos. Porém, nem toda narrativa desinformativa desencadeia discursos de ódio, e nem sempre estes discursos surgem a partir da desinformação.

A dinâmica do ambiente digital é complexa assim como os acontecimentos que perpassam o seio social. Diante das narrativas que circulam no âmbito desinformacional, há

aquelas que não se encaixam como desinformação, mas são extremamente prejudiciais, uma vez que acontecem com base na realidade e nem tão pouco podem ser enquadradas como discurso de ódio, pois não visam explicitamente inferiorizar indivíduos ou grupos com base em questões de gênero, raça, sexualidade, nacionalidade, entre outros. Ainda assim, podem enganar, assediar e gerar danos tão nocivos quanto a desinformação e o discurso de ódio.

Considerando os abusos cometidos no ambiente digital, a pesquisadora Renée Diresta (2024) trabalha com o conceito *adversarial abuse online*, que caracteriza as diversas maneiras que as pessoas tentam manipular, assediar ou atingir uma ou um grupo de indivíduos dentro das plataformas digitais. Para a pesquisadora esse fenômeno ocorre com o intuito de moldar a opinião pública por meio do uso das tecnologias a ponto de influenciar os mais diversos campos sociais, como a política, a economia, a cultura e a sociedade.

O *adversarial abuse online* é caracterizado por jogos de poder, nos quais o objetivo, frequentemente, é beneficiar um determinado grupo, seja agentes de estado, golpistas, ou pessoas más intencionadas. Para isso, se utilizam de spams, trolls e recursos de inteligência artificial generativa, disseminando narrativas manipuladas que acionam afetos, e consequentemente os abusos no ambiente virtual.

Nessa perspectiva, o pesquisador Ben Decker (2019) trabalha com o conceito de *adversarial narratives*, ou seja, narrativas adversariais que podem ser caracterizadas por narrativas distribuídas intencionalmente sem seguir uma ordem cronológica ou uma sequência completa, dificultando o seu sentido pleno. Além disso, têm a finalidade de acionar afetos de ódio, fúria, a fim de dividir e promover a polarização entre os usuários das plataformas das redes sociais digitais, uma vez que essa prática nociva consiste no recorte de trechos de informações factuais, que são manipuladas para gerar conflitos entre os grupos.

Um exemplo emblemático foi o caso da jornalista negra Bianca Santana, alvo de uma narrativa desinformativa veiculada pelo ex-presidente da República, Jair Bolsonaro. Tendo como base um artigo publicado por Bianca, Bolsonaro a acusou de divulgar informações falsas. A declaração acionou ódio e fúria em seus seguidores, que passaram a proferir discursos de ódio contra a jornalista. Da mesma forma, a jornalista Maju Coutinho, foi alvo de manipulação quando uma foto sua na praia, tirada antes da pandemia de covid-19, voltou a circular durante o período pandêmico. A publicação alegava que a jornalista não estava seguindo as recomendações do uso de máscara, tema recorrente em sua fala na apresentação do telejornal “Jornal Hoje”, o qual apresentava na época.

Decker (2019) destaca que as narrativas adversariais podem se propagar nas plataformas digitais por meio de memes, vídeos, pesquisas on-line, mercadorias, anúncios, influenciadores.

Desse modo, essas narrativas podem ser reconfiguradas para serem propagadas pelos diversos modelos de circulação no ecossistema virtual, tornando sua identificação e contenção ainda mais complexa, assim como seus prejuízos.

As novas tecnologias são capazes de reconfigurar problemas antigos, pois a internet é um ecossistema onde os acontecimentos ocorrem de modo interconectado (Diresta, 2024). Tomamos como exemplo os rumores, que antes da popularização da internet, eram transmitidos entre um grupo de pessoas, de forma que a informação circulava apenas em determinados círculos sociais. Com a popularização das redes sociais, esses rumores evoluíram, e hoje são compreendidos como desinformação, capaz de se espalhar pelo ambiente virtual em fração de segundos, expandindo significativamente o impacto das informações falsas.

Para além da desinformação, o ambiente virtual vem se tornando cada vez mais complexo e repleto de problemáticas que envolvem comportamentos abusivos e prejudiciais. Para Decker (2019) as narrativas adversariais são capazes de intensificar as tensões sociais e maximizar o alcance de queixas percebidas por determinados grupos e instituições, sendo bem sucedidos no objetivo de promover conflitos em diversas esferas sociais. Quando as narrativas adversariais são produzidas e disseminadas ocorre um conflito em rede, com efeitos profundos no âmbito social, político e econômico a longo prazo.

Nesse sentido, para compreender as narrativas adversariais é importante destacar que elas frequentemente apresentam traços de manipulação, mas são baseadas em informações factuais que surgem ao longo do processo de circulação (Decker, 2019). Quando há o afastamento da informação original, é possível observar elementos falsamente fabricados sendo acionados. Assim, para compreender o fenômeno é necessário observar o conteúdo e o contexto das narrativas.

Além de gerar conflitos entre os usuários das plataformas digitais, as narrativas adversariais também visam influenciar comportamentos. Para isso, a fonte ou agente fabricante desses conteúdos deve ter conhecimento comunicacional para transmitir as narrativas, a fim de impactar no comportamento dos usuários que serão atingidos pelas informações. Como consequência, pode ocorrer um conflito em rede, no qual aspectos como a fonte, o domínio, a mensagem e o impacto auxiliam na análise da magnitude do embate gerado (Decker, 2019).

Outra característica fundamental das narrativas adversariais é que elas não surgem de modo isolado, são legitimadas por um grupo de pessoas que tenham interesse no conteúdo propagado. A pesquisadora Renée Diresta (2024) reflete que a internet pode se tornar o espaço para que pessoas sejam quase embaixadoras de determinadas agendas, especialmente ligadas à extrema direita. Com um grande alcance, a ponto de criar diversos conteúdos e ser legitimado

por diversos usuários, esse cenário se torna propício para que os produtores de conteúdos sejam monetizados em diversas plataformas.

Há diferentes problemáticas que dificultam a identificação de narrativas adversariais, que envolvem informações manipuladas, capazes de provocar múltiplos conflitos. Para além da identificação, há o interesse das plataformas que os usuários passem mais tempo consumindo e interagindo com elas, independente do teor do conteúdo, ou dos diversos ataques que emergem dessas trocas de informação e afetos

Diresta (2024) aponta que a validação da influência por parte desses embaixadores vem acompanhada de recompensa financeira, bem como psicológica e egóica por quem produz e, ou compartilha as narrativas adversariais. Embora algumas plataformas eventualmente removam conteúdos, perfis e até canais, é comum que muitos criadores retornem a disseminar informações por meio de outra conta ou perfil.

As narrativas adversariais são marcadas pela presença de manipulação, bem como o objetivo de gerar conflitos. Sua identificação requer atenção tanto à mensagem como ao contexto em que é divulgada. Essa problemática acaba dificultando o trabalho de checagem, e também a retirada do conteúdo das plataformas. Assim, permanece circulando e impactando novos usuários.

O discurso de ódio, a desinformação e as narrativas adversariais, possuem particularidades, mas todos permeiam os conflitos que ocorrem no ecossistema virtual. A presença do discurso de ódio ocorre quando há falas violentas, preconceituosas, que podem ou não estão ligados à desinformação e, ou narrativas adversariais. De acordo com Yuan, Maronikolakis, Schütze (2022), é um desafio lidar com a ambiguidade entre discurso de ódio e narrativas adversariais, pois ambas usam uma linguagem ofensiva. Segundo os autores classificar um discurso de ódio como meramente uma narrativa que contém ofensas, pode ser ainda mais nociva aos grupos alvos.

Ressaltamos que ambos os fenômenos podem ocorrer de forma independente ou ainda de forma simultânea. No entanto, os conceitos foram apresentados tendo em vista a necessidade da compreensão de que, embora distintos, fazem parte do mesmo escopo, cada um com suas particularidades, mas com alto grau de nocividade ao tecido social. Os três conceitos contribuem para a compreensão dos casos apresentados neste trabalho.

Para aprofundar as discussões, no próximo capítulo discutiremos sobre o fenômeno da desinformação na contemporaneidade, bem como seus impactos na instituição jornalística, e sua relação com o acionamento de afetos que resultam na legitimação por parte dos usuários

das redes sociais digitais. Ao final será abordada a relação da desinformação e do discurso de ódio direcionado a grupos marginalizados da sociedade.

### **3. O FENÔMENO DA DESINFORMAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE**

Ao longo dos séculos a sociedade passou por diversas transformações, o período moderno caracterizado pelo progresso em prol do avanço da civilização, surgiu após o fim do movimento renascentista e emergiu uma nova maneira de pensar, sendo caracterizada por dois caminhos filosóficos: o empirismo, responsável por certificar ao objeto a verdade do conhecimento; e o racionalismo que designa o sujeito, que mesmo sendo passível aos erros no mundo dos objetos, é capaz de atingir a verdade, uma vez que siga a razão de acordo com os métodos (Ferreira; Silva, 2017). Há um consenso entre alguns pesquisadores que aponta René Descartes como o primeiro filósofo responsável por fazer essa distinção.

A modernidade também pode ser entendida como o período em que o ser moderno é o supremo valor, uma vez que o tempo segue uma linearidade e aqueles que estão adiante do movimento estão mais próximos da razão esclarecida da sociedade ideal (Pecoraro, 2003). Já a pós-modernidade pode ser entendida como uma extensão da modernidade, porém segue lógicas distintas. Para Vattimo (1996), o prefixo ‘pós’ de pós-moderno indica exatamente essa despedida da modernidade, pois se deseja alcançar a fuga das lógicas de desenvolvimento, principalmente da ideia de “superação”.

No entanto, assumir o posicionamento de que a pós-modernidade encontra-se em um momento posterior a modernidade, pressupõe a aceitação do ponto de vista da modernidade, bem como a concepção de história, a noção de progresso e superação. Assim, o pós-moderno estaria na mesma linha da modernidade (Vattimo, 1996). Nesse viés, o autor caracteriza a pós-modernidade além da novidade em relação ao moderno, pela dissolução da categoria do novo, comparando ao fim da experiência da história, contudo, mais evoluída ou mais retrógrada da própria história.

O fim da história, apontado por Vattimo (1996), não diz respeito ao termo utilizado no século XX, ligado ao sentido de catástrofe. O que o caracteriza na pós-modernidade é que, enquanto na teoria, a ideia de historicidade é problemática, na prática historiográfica e em sua autoconsciência metodológica, a ideia de uma história como processo unitário se dissolve, se instaurando condições efetivas, de modo técnico e informacional, que oferecem certa imobilidade não histórica.

Assim, a pós-modernidade se desprende do ideal de história unitária retratada por um único ponto de vista. A dissolução dessa ideia favorece o protagonismo de outras sem que haja limitações sobre os seus processos de construção nos termos da história, fator que influencia

também na cientificidade, utilizada não apenas para desvelar as diversas dúvidas do período anterior a modernidade, mas sim como um dos principais agentes do novo progresso.

De acordo com Shinn (2008), conforme destaca Forman (1971), durante a modernidade, a ciência ocupava um lugar de superioridade, já na pós-modernidade a tecnologia passa a ocupar o local de destaque, antes ocupado pela ciência. O autor ressalta que a ciência na pós-modernidade se encontra enfraquecida, uma vez que a confiança no seu domínio foi perdida.

Na pós-modernidade a ciência já não carrega a mesma credibilidade, vista na modernidade, sendo utilizada como meio para impulsionar inúmeros desastres, além de ser usada de modo fraudulento para legitimar narrativas que não possuem relação com a realidade. Além de seguir uma lógica de disciplinaridade acadêmica, na certeza epistemológica, diante da linearidade e no determinismo, não estando na mesma via da pós-modernidade que não segue a linearidade, caracterizada pela descrença e pelo ceticismo. Nesse contexto, um dos principais pontos de ruptura entre modernidade e pós-modernidade é a relação entre ciência e tecnologia.

Um dos principais pontos que difere a história contemporânea da moderna é a dissolução da história. A contemporaneidade em questão diz respeito ao período que ocorre o aperfeiçoamento dos meios de coleta e transmissão de informação, em que seria impossível se alcançar uma história universal (Vattimo, 1996).

Para Rose conforme aponta Heidegger (2007, p. 02), a condição vivenciada na contemporaneidade resulta em “certas possibilidades de ser e estar no mundo uma vez que os dispositivos de produção de sentido produzem experiência”, ou seja, oportunidades novas a partir também desses mecanismos. Rose observa que a pós-modernidade, na visão do período contemporâneo, emerge da ruptura e o advento de uma nova ordem que promove transformações ocorridas na sociedade. Por meio do uso dos novos meios de comunicação, proporcionada pela expansão da utilização do rádio, telefone, televisão e, posteriormente da internet, o uso dos smartphones e das redes sociais.

Assim, criou-se a necessidade de se ter acesso instantaneamente aos fatos. Na contemporaneidade há diversos centros de histórias que produzem novas experiências constantemente, sendo possível ser conhecida por outras pessoas na medida em que estão ocorrendo, não há um espaço temporal entre a ocorrência dos fatos e o saber, mas sim a simultaneidade entre eles.

Essa conjuntura que envolve a pós-modernidade contribuiu com a comunicação dos indivíduos, com a popularização do uso da internet e o advento das redes sociais digitais, assim, a troca de informações passou a ocorrer de maneira quase instantânea. Milhões de informações circulam constantemente em todo mundo e a alguns cliques dos usuários, uma vez que basta ter

acesso a um smartphone e conexão com a internet para conseguir navegar pelo mar de conteúdos.

Para além dos benefícios comunicacionais que emergem na contemporaneidade, há problemáticas que se acentuaram ainda mais diante da potencialidade do compartilhamento de informação, a disseminação de desinformações, como as que causaram danos profundos nas vidas das jornalistas negras: Bianca Santana, Maju Coutinho e Gabi Coelho, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, sendo essa problemática ainda marcada com questões de gênero, raça e classe social, de modo interseccional.

Portanto, para compreender como esse fenômeno se instala na sociedade contemporânea, neste capítulo será abordado alguns acontecimentos ao longo dos séculos com o intuito de exemplificar a ascensão da desinformação. Para além disso, será refletido sobre o impacto do fenômeno na instituição jornalística, bem como sua capaz de acionar afetos por meio de narrativas falsas ao ponto de se legitimar e circular nas mídias digitais, mesmo diante de evidências que apontam a falta de ligação com a realidade. Para finalizar será discutida a relação do discurso de ódio e a desinformação direcionados a pessoas marginalizadas.

### **3.1 A ascensão da desinformação: exemplos ao longo da história até a contemporaneidade**

Em 28 de maio de 2021, uma sexta-feira, a vida da jornalista Bianca Santana sofreu uma grande reviravolta. O então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, acusou Bianca de propagar informações falsas durante uma transmissão ao vivo no *Youtube*, visualizada por mais de 200 mil pessoas em apenas duas horas. O fato ocorreu na mesma semana que Bianca havia escrito uma reportagem indicando a relação de familiares e amigos de Bolsonaro com os acusados do assassinato da ex-vereadora, Marielle Franco. Não apenas Bianca, mas a jornalista Maju Coutinho, sofreu com as consequências das narrativas falsas disseminadas a seu respeito durante a pandemia de covid-19, quando foi acusada de participar de aglomerações e não utilizar máscara. Já a jornalista Gabi Coelho, teve seu trabalho descredibilizado por conta da circulação de informações falsas resultante da checagem de posts no *Twitter*, atual X, sobre a eficácia da Coronavac.

Tais acontecimentos emergem do fenômeno da desinformação, caracterizado pela disseminação de fatos que não condizem com a realidade. Para Wandle e Derackhshan (2017), a desinformação pode ser compreendida como uma informação falsa que tem o objetivo de prejudicar alguém ou um grupo de pessoas. Os autores ainda pontuam que esse não é um fenômeno da contemporaneidade, mas que ascendeu e ganhou novos desdobramentos com ela.

Nesse viés, Ribeiro e Ortellado (2018) apontam que o termo informação falsa, passou a ser amplamente utilizado em 2016, durante o período da eleição presidencial americana em que Donald Trump e Hillary Clinton disputavam o poder. Os autores destacam que a expressão nomeava a estratégia de divulgação de informações irreais sobre Clinton, que teria contribuído para a Trump conquistar a posição de presidente. De acordo com Schneider (2022), *Fake News*, está atrelada as informações falsas que se camuflam como notícias jornalísticas de modo sensacionalista, disseminadas intencionalmente com o intuito de manipular em prol dos interesses de determinados grupos.

Os vestígios das informações falsas podem ser observados sendo utilizados para descredibilizar o outro desde a Antiguidade em prol do próprio benefício, como ocorreu no período romano. Em 44 a.C quando Marco Antônio se aproximou de Cleópatra, Posetti e Matthews (2018) apontam que Otávio foi o responsável por disseminar informações que corroboraram para arruinar a reputação de Marco Antônio. Para isso, Otávio gravou em moedas de bronze pequenas frases que diziam que Marco Antônio era um mulherengo, bêbado, mero amante de Cleópatra. As autoras citam que a prática se assemelhava ao que hoje conhecemos aos *twittes* – conteúdos produzidos na rede social X, antigo *Twitter*. Após um tempo de circulação das informações, Otávio passou a ser o primeiro imperador romano Augusto, ao que tudo indica a tática de produção de notícias falsas favoreceu a conquista do poder.

As autoras Santana e Simeão (2019) chamam a atenção para o meio de propagação das informações no império romano. Criado a partir do desejo do imperador Júlio Cesar de manter os cidadãos informados ou desinformados, surge o *Acta Diurna*, uma espécie de jornal em que as notícias eram escritas em grandes placas brancas espalhadas em locais de maior circulação de pessoas em Roma. No entanto, os assuntos divulgados estavam diretamente ligados aos interesses do imperador. As autoras revelam que a técnica do “falseamento da realidade do passado”, utilizada desde a Antiguidade, ainda pode ser observada em campanhas de marketing político para manter posições, partidos e políticos.

A prática de disseminação de notícias falsas não cessou, e conseqüentemente, os objetivos de favorecimento em detrimento do outro permaneceram. Nesse sentido, Santana e Simeão (2019) recordam que no século VI, durante o império Bizantino, Procópio, um historiador, resolveu produzir informações falsas para prejudicar a imagem do imperador Constantino. Os textos escritos se transformaram no livro “Anecdota”, publicado depois de sua morte.

Um ponto importante no período moderno que impulsionou a disseminação de informações falsas foi o surgimento da imprensa com Gutemberg em 1450. Na mesma

intensidade que as informações começaram a ser difundidas na sociedade, esse acontecimento foi propício para a divulgação de conteúdo, em que passaram a ser cada vez mais replicadas. Nessa perspectiva, Kai Shu et al. (2017) indicam que as notícias falsas já se faziam presentes na sociedade há um longo tempo, que retoma o período em que as notícias passaram a ser divulgadas diante da invenção da tipografia em 1439.

Uma notícia falsa foi disseminada em Trento, na Itália, na Páscoa de 1475, por um pregador franciscano. Bernardino da Feltre alegou que uma criança de dois anos e meio chamada Sinonino teria desaparecido, pois foi assassinado pela comunidade judaica, que teria drenado sangue e bebido para celebrar a data. A narrativa logo se espalhou por toda cidade, pois o pregador alegava que o corpo da criança estava no porão de uma casa judaica. O príncipe-bispo de cidade, Johannes IV Hinderbach, deu ordem para que toda a comunidade judaica sofresse com a prisão e a tortura. Entre eles, 15 foram condenados e queimados na fogueira. Diante de uma narrativa falsa, o papado da época tentou intervir na decisão de Hinderbach, que se sentiu pressionado e passou a disseminar mais informações falsas sobre judeus bebendo o sangue de crianças cristãs. Diante dos rumores, a população apoiava narrativas antissemitas (Soll, 2016).

Observando as estratégias do uso de informações falsas, o historiador americano Darnton (2017) cita o fato que ocorreu no século XVI, em que o poeta Pietro Aurentino produziu sonetos com informações inverídicas sobre a escolha do Papa em 1522. Ele escreveu fatos irreais sobre todos os candidatos, menos sobre Giulio de Médici, seu patrono, porém, as ações de Pietro não resultaram na vitória de Médici, e sim na de Adriano VI. O autor indica que Aurentino ficou conhecido pelo o fato de recitar seus sonetos próximo a uma estátua de Pasquino, localizada próximo ao centro de Roma, e a partir daí que surge o termo “Pasquim” para determinar jornais que divulgavam informações irreais ou sensacionalistas.

Os pasquins ganharam espaço na Europa e também no Brasil, mas com o passar dos anos e das transformações sociais, os “*canards*” foram surgindo. Santana e Simeão (2019) contam que essa publicação era uma gazeta impressa, produzida em tamanho grande, cheio de gravuras, criado para chamar atenção dos leitores. Assim como os pasquins, as páginas dos canards eram repletas de informações falsas e boatos, que durante vários anos circulou por Paris.

Durante o século XVIII, diante da eminente Revolução Francesa, as disseminações de boatos produzidos por meio de poemas e canções resultaram na queda do Conde de Maurepas em 1749. Darnton (2017) aponta que a circulação desses rumores foi um dos principais fatores para que ocorresse a Revolução Francesa em 1789. Nessa época, os *canards* estamparam o

rosto da rainha Maria Antonieta nas publicações. O autor indica que não há como determinar o real impacto disso na vida da rainha, mas contribuiu para a sua impopularidade, e consequentemente, sua execução em outubro de 1793.

Já no século XIX, a sátira passou a fazer parte de algumas publicações, entre elas a do jornal *New York Sun*. Em 1835, o periódico divulgou seis artigos sobre a existência de vida na lua baseado em informações irreais, com a finalidade de desacreditar o astrônomo John Herschel. Para além de prejudicar a trajetória de Herschel, o objetivo era promover uma maior circulação da notícia. Nesse caso, podemos observar essa estratégia sendo utilizada na contemporaneidade, uma vez que conteúdos desinformativos são apropriados por fatos que chamam a atenção dos usuários nas redes sociais digitais para que circulem mais rapidamente.

A partir do século XX, com a Primeira Guerra Mundial, os dois grupos rivais, Potências Centrais e os países da Entente, travaram uma batalha movidos pela corrida armamentista, as relações políticas de alianças, e o nacionalismo exagerado. Diante desse cenário, as inverdades passaram a circular com o objetivo de atacar e enfraquecer os adversários, preservando o nacionalismo.

Durante esse período, segundo Posetti e Matthews (2018), os britânicos passaram a disseminar informações falsas como modo de propaganda para atacar os alemães, desacreditando sua reputação. Nesse viés, Altares (2018) argumenta que os britânicos acusavam os alemães de cometerem inúmeras atrocidades, entre elas, de utilizar os corpos dos soldados para extrair gordura e também para alimentar os porcos.

Essas narrativas falsas impactaram diretamente os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, uma vez que houve demora em acreditar nas barbaridades cometidas por Adolf Hitler durante o Holocausto. Altares (2018) reflete que desacreditaram nos primeiros agentes poloneses que levaram informações sobre o extermínio dos judeus. Desse modo, a falta de credibilidade em fatos verdadeiros foi invisibilizado pela circulação de notícias falsas.

A Segunda Guerra Mundial emergiu a partir da ascensão do nazismo, caracterizada pela criação do Ministério da Propaganda e do Esclarecimento criado por Joseph Goebbels, para divulgar informações irreais que favorecessem o partido nazista. As autoras Santana e Simeão (2019) esclarecem que o intuito era ressaltar a supremacia alemã, estimulando o ódio contra os judeus, e para isso produziam narrativas irreais de tal forma que os atos brutais cometidos aconteciam com o apoio popular, com o objetivo ainda de deslegitimar a gravidade do Holocausto. Já para Soll (2016), a produção de propagandas por parte do partido nazista tinha como base os mesmos tipos de narrativas falsas sobre o ritual judaico de banho de sangue que

fez com que o príncipe-bispo Hiderbach, no século XV, disseminasse informações falsas e cometesse atrocidades.

O partido nazista ficou à frente do governo alemão entre os anos de 1933 e 1945 utilizando recursos de manipulação para permanecerem no poder. A iniciativa foi criada de modo tão eficaz que ainda há que não acredita nas atrocidades cometidas pelo governo de Hitler.

Após a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, em 1955, iniciou a Guerra do Vietnã, que emergia dos conflitos da Indochina, em que o líder vietnamita se colocou contra o Japão e a França. Na busca pela independência, a Liga da Independência do Vietnã buscou inspiração na União Soviética. Houve a divisão do país em norte e sul, onde norte era liderado pelo Partido Comunista do Vietnã e no Sul, os franceses passaram o poder para o Estado do Vietnã.

No entanto, os Estados Unidos iniciaram uma campanha militar para combater o avanço comunista no território da Ásia. Nesse contexto, Posetti e Matthews (2018) destacam que as iniciativas americanas se utilizaram de narrativas e propagandas para causar medo naqueles que se opusesse a guerra, dando ênfase para a narrativa de que os países que seguiam os preceitos socialistas também cairiam.

Já durante a Guerra Fria, caracterizada por um conflito político e ideológico entre Estados Unidos e União Soviética, que iniciou em 1947 e se estendeu até 1991, as informações circulavam com o objetivo de acentuar a polarização dos países, em que as inverdades circulavam com motivações ideológicas, para preservar interesses políticos. Esse movimento dividiu o mundo no bloco dos países alinhados ao capitalismo e outro ao socialismo.

Santana e Simeão (2019) refletem sobre o movimento realizado pela Rússia no século XX, que desenvolveu uma organização denominada de “*troll factory*”, responsável por disseminar diversas mensagens e fazer publicações em redes sociais com o objetivo de desacreditar a veracidade do sistema eleitoral. As autoras apontam que havia o incentivo para a criação de grupos opositores com o intuito de minar a opinião pública. Esse que seria o início da circulação de informações falsas em processos de escolha política, sendo potencializado pelo terreno fértil da internet (Santana; Simeão, 2019).

O século XX foi marcado por grandes guerras, os resquícios dos conflitos impulsionaram os confrontos do século XXI, marcados pela era da informação. Diante desse cenário, a guerra do Iraque passou a ser motivo de preocupação mundial com o ataque ocorrido no dia 11 de setembro de 2001, em que a organização terrorista Al-Qaeda foi apontada como responsável. Em 2003, o país foi invadido por uma força de coalizão gerenciada pelos Estados Unidos. Esse cenário fez com que o presidente na época, George W. Bush sancionasse uma lei

patriótica que daria permissão ao país para investigar pessoas e organizações ligadas ao terrorismo. Além disso, determinava a “Guerra ao Terror”, que visava interromper e derrotar os grupos terroristas (Martinez, 2019).

Diante desse cenário, antes do embate entre Estados Unidos e Iraque, o jornal *The New York Times* publicou uma série de reportagens sobre o surgimento de um acampamento de produção de armas biológicas, porém não foi verificada a veracidade da sua existência. Os artigos circularam sem a confirmação do fato. Posetti e Matthews (2018) revelam que isso gerou consequências graves para os EUA, pois foi citado pelos funcionários do então presidente Bush como uma das principais razões da declaração de guerra contra o Iraque. Diante disso, ainda há o debate sobre os veículos de comunicação acreditarem nas informações de suas fontes sem realizarem verificações dos fatos, o que abre espaço para a disseminação de desinformações.

Vale ressaltar que em 2004, o jornal publicou uma nota de retratação com um pedido de desculpas, alegando que seus editores, responsáveis por supervisionar as produções dos repórteres, talvez estivessem focados em dar o furo da reportagem, além de carregarem a vontade de derrubar Saddam Hussein. Essa postura do veículo de comunicação mostra que a desinformação necessita ser desvelada, uma vez que ela é disseminada com a intenção de validar as convicções de quem as produzem. As guerras no período contemporâneo seguem a lógica das transformações advindas da modernidade, que propiciaram o surgimento dos meios de comunicação de massa, o rádio, a televisão, e posteriormente a popularização da internet. Essas mudanças impactam na forma como as guerras se sustentam como já visto anteriormente.

No Brasil um dos casos mais emblemáticos ocorreu em maio de 2014 no litoral de São Paulo. Fabiane Maria de Jesus, mulher de 33 anos e mãe de dois filhos, sofreu as consequências do fenômeno da desinformação, ao ter sua vida ceifada. Fabiane foi confundida com uma suposta sequestradora, que raptava crianças para “rituais de magia negra”<sup>5</sup> após a informação falsa circular em uma página no *Facebook* chamada “Guarujá Alerta”. Na publicação, o responsável pelo conteúdo divulgou uma imagem que não tinha ligação com o caso, feita dois anos antes da circulação do boato. A vítima foi confundida com a suposta sequestradora, o que gerou uma fúria coletiva e resultou em um linchamento realizado por quase 100 pessoas e presenciada por tantas outras. Fabiane carregava um livro preto, logo apontado como um livro de satanismo pelos agressores (Fogaça, 2023).

---

<sup>5</sup> Esta expressão deve ser evitada, pois é utilizada para associar rituais e práticas religiosas de forma negativa, reforçando preconceitos sobre a palavra “negra”, representando neste contexto algo pejorativo.

Além da hostilidade e da violência, Posetti e Matthews (2018) revelam que existe uma guerra de narrativas em que grupos disseminam desinformações sobre seus adversários nas redes sociais e outros canais de comunicação com o intuito de desacreditar. O relatório da Anistia Internacional de 2017, afirmava que entre 2011 e 2015, aproximadamente 13 mil pessoas que se opuseram ao governo, foram enforcadas. Ao comentar sobre o caso, o presidente da Síria Bashar Assad utilizando a ideia de “*fake news*” popularizada por Donald Trump em 2016, disse que “vivemos em uma era de notícias falsas”.

A disseminação de desinformação e informações acompanha o progresso da sociedade desde a Antiguidade, passando pela modernidade e se instalando na contemporaneidade. No entanto, com as transformações sociais, as articulações de circulação desses fatos se moldam de acordo com as dinâmicas sociais. Nesse cenário de ascensão do uso da internet em que as informações circulam velozmente por todo o mundo, a disseminação de narrativas irreais ganha outros significados.

O uso do termo “*fake news*” se popularizou em novembro de 2016, mesmo mês da campanha eleitoral dos Estados Unidos, que levou Donald Trump a vitória. De acordo com Posetti e Matthews (2018), Trump passou a utilizar a expressão para atacar os jornalistas e os meios de comunicação que publicavam notícias de cunho negativo sobre ele. O uso do termo alcançou uma escala global, sendo utilizado por diversos líderes mundiais, que também se referiam a imprensa diante da divulgação de notícias que apontavam pontos negativos sobre suas personalidades.

Trump, antes mesmo de concorrer à presidência, já possuía uma relação controversa com a verdade. A relação do político com narrativas falsas, aponta para advogado Roy Cohn, ex-promotor público chefe nas audiências anticomunistas, com ele o ex-presidente aprendeu que a marca é mais importante que as contas públicas, e que a publicidade deve ser buscada incessantemente se sobrepondo a cobertura objetiva dos fatos. O advogado de Trump, auxiliou no desenvolvimento de mecanismos para gerenciar as notícias divulgadas sobre suas ações, ajudando na “criação de um mito moderno” que ocupa um lugar onde os fatos estão inseridos em um espaço irrelevante. Esses ensinamentos repassados a Trump serviram de alicerce para que pudesse traçar estratégias, responsáveis por contribuir diretamente para que alcançasse o poder (D’ancona; 2018, p.25),

Diante desse contexto, o ex-presidente foi criando a base de sua campanha em 2016, tendo como um dos principais pilares a ideia de que as histórias eram mais relevantes que os fatos. O autor D’ancona (2018) reflete que Trump utilizou uma narrativa de imposições sobre a contemporaneidade, retomando pensamentos e atitudes presente na modernidade ao que tange

ao protecionismo, como proibir a imigração de mulçumanos e um enorme muro na fronteira dos Estados Unidos com o México.

A intenção era unir a massa de eleitores formada por pessoas brancas, com o ideal de conseguir dominar a América novamente, se utilizando de uma comunicação narcotizante e narrativas irreais, que de fato, conseguiu adeptos em prol de uma causa de valores conservadores. Em muitos casos esse cenário resultou em atos violentos, Soll (2016) recorda que em dezembro de 2016 um homem armado disparou um tiro dentro de um restaurante em Washington, D.C, pois afirmava que estava investigando uma narrativa falsa de que o assessor de Clinton, John Podesta, estava à frente de uma rede de abuso infantil.

Para que essa narrativa se consolidasse, era necessária uma figura principal e Trump ocupou esse espaço. Após ser eleito, o presidente acreditou que poderia se utilizar de narrativas irreais para auxiliar na legitimação do seu papel enquanto presidente de uma das grandes potências mundiais. Logo na primeira coletiva de imprensa, D'ancona (2018) reflete que o presidente, alegou que sua vitória era a maior no colégio eleitoral desde Ronald Reagan, mas o repórter da rede NBC, Peter Alexander, corrigiu Trump, afirmando que Obama havia obtido mais votos que ele, e prontamente Trump se retratou dizendo que seria entre os republicanos, mas o repórter assegurou que George H.W. Bush conquistou mais votos. O repórter o indagou sobre como os americanos poderiam acreditar nele, já que se baseou em proposições falsas, e o mesmo alegou que havia recebido a informação por aí, e que a diferença entre ele e Bush era irrisória, e ainda destacou: “alguém se preocupa com isso?”

Outro acontecimento que teve seu destino traçado pelas consequências da desinformação foi a saída do Reino Unido da União Europeia, conhecido como Brexit. Em 23 de junho de 2016, após uma consulta popular, 51,9% dos cidadãos decidiram pela retirada dos britânicos do bloco econômico, o que acarretou diversas mudanças políticas e econômicas. Essa escolha foi concretizada diante de diversos debates intensos.

Diante de um cenário de desconfiança da população sobre o sistema político, após anos de crises financeiras, esse terreno se tornou fértil para a disseminação de informações falsas pelas redes sociais, e também em alguns casos, até pela própria imprensa. Na perspectiva do contexto das mídias digitais, Cadwalladr (2017) aponta que há indícios de que no Brexit, empresas foram contratadas para elaborar e fazer circular informações falsas sobre temas que estavam diretamente relacionados ao plebiscito.

A frequente falta de credibilidade por parte da população fez com que circulasse mais rapidamente informações irreais, no centro dessas narrativas estavam os imigrantes. Danzig (2011) destaca que essas pessoas foram desumanizadas, sendo acusadas de praticar violências

que nunca existiram contra cidadãos britânicos, alimentando sentimentos xenófobos. Os grupos favoráveis a saída da União Europeia, se muniram desses pensamentos para embasar seus argumentos. Marcílio (2018) relembra que foi disseminada a narrativa de que com a manutenção do bloco não seria possível realizar o controle das pessoas entrando nos países, e isso resultaria em um aumento na imigração causando danos incontroláveis para o futuro. Para além disso, Danzig (2011) ainda destaca que esse grupo que ocupa a margem europeia foi instrumentalizado para que a ideia de que a sua presença no espaço britânico era um fator de risco para a integridade dos países, e a única maneira de resolver a problemática criada seria a saída da União Europeia.

Para a legitimação das narrativas, as mídias digitais foram utilizadas com o objetivo de persuadir os cidadãos a acreditarem em um determinado ponto de vista que, no caso do Brexit, aqueles que defendiam a saída do Reino Unido, compactuam com ideais conversadores adotados pela direita em todo mundo. Pinto e Moraes (2020) reflete, baseada nos conceitos formulados por Dahl (1989), ao indicar pontos que as democracias devem privilegiar, que a liberdade de expressão e informação alternativa foram distorcidas para promover o interesse na saída do Reino Unido, indo na contramão dos preceitos ligados a democracia. As autoras ainda discutem que esse movimento gerou uma falsa ideia de participação política nos cidadãos, uma vez que estavam sendo persuadidos pelo uso de mecanismos psicológicos.

Tendo como uma das principais bases o mapeamento de dados por meio dos comportamentos humanos, a empresa *Cambridge Analytica* se tornou uma máquina potente em espalhar desinformações, sendo uma das principais responsáveis pelos resultados do Brexit e a eleição de Donald Trump, ambas ocorridas em 2016. A ideia de um investimento de sucesso fez com que o empresário Robert Mercer se aliasse ao estrategista Alexander Nix e a Steve Bannon para formar uma empresa de comunicação.

No entanto, conforme indica Rêgo e Barbosa (2020), a empresa agia guiada por estratégias de persuasão e convencimento dos usuários das redes sociais digitais por meio de softwares de captação de dados e informações sobre os traços de personalidade dos cidadãos nas redes sociais que estavam presentes. As autoras comentam ainda que a empresa se utilizava da “mineração de dados e perfis psicológicos com a intenção de definir e orientar a produção de conteúdo específicos para cada grupo” (Rêgo; Barbosa, 2020, p. 103), de acordo com perfil de cada grupo determinando aqueles de mais fácil manipulação.

O desvelamento dos processos de trabalho da *Cambridge Analytica* deixou evidente o modo que utilizaram dados privados dos cidadãos para mapear suas vulnerabilidades, e assim implementar suas estratégias de persuasão para alcançarem os objetivos específicos, como no

caso que apontamos, o Brexit e a eleição de Trump. Kaiser (2020), que fez parte da *Cambridge Analytica*, destaca que ao ter contato com Alexander Nix, ele falava da empresa como sendo capaz de gerar uma “nova revolução”, ligada ao *Big data* e análise de dados, indicando que possuíam uma nova riqueza nas mãos.

Na era digital, os dados eram “o novo petróleo”. A coleta de informações era uma “corrida armamentista”, segundo ele. A Cambridge Analytica havia amalhado um arsenal de dados sobre o público norte-americano de tamanho e escopo sem precedentes, o maior, até onde ele sabia, reunido por qualquer um até então. Os bancos de dados monstruosos da empresa continham de 2 mil a 5 mil pontos de dados individuais (ou seja, informações pessoais) de todos os indivíduos com idade superior a 18 anos nos Estados Unidos. Isso significava cerca de 240 milhões de pessoas (Kaiser, 2020, p. 19).

Ter os dados, o ponto chave para acontecer a revolução que Nix se referia, era necessário saber como utiliza-los. Desse modo, Rêgo e Barbosa (2020) indicam que houve a categorização dos cidadãos, e assim, foram enquadrados em grupos de acordo com seus traços psicológicos e, foram também colocados em lados apostos a outras categorias mapeadas.

É importante enfatizar que a *Cambridge Analytica* surgiu da *SCL Group*, uma empresa de comunicação que já utilizava a tecnologia para mapear os cidadãos por meio de métodos inovadores com uso da psicologia comportamental. Rêgo e Barbosa (2020) ressaltam que para além de uma empresa de marketing que atuava em campanhas políticas, a SCL captava e gerenciava recursos de apoio a iniciativas conservadoras. Com sua criação em 1993, a empresa já havia comandado mais de 200 campanhas políticas ao redor do mundo.

De acordo com Kaiser (2020, p.19) para se alcançar o patamar do negócio, foi recrutado um “exército” de cientistas e psicólogos especializados em dados, que descobriram uma maneira para determinar quais públicos gostariam de alcançar, além do tipo de mensagem ideal para atingir esses indivíduos por qualquer mídia digital, seja redes sociais digitais, plataformas de vídeo, áudio, utilizando o “*microtargeting*”. Desse modo, a empresa conseguia persuadir os cidadãos a pensarem, agirem e a votarem de acordo com o objetivo determinados pela empresa.

A *Cambridge Analytica* surgiu ainda, em um contexto propício para ocupar um lugar importante no nicho de mercado. Os espaços digitais já estavam sendo ocupados pelos democratas desde 2007, e conseqüentemente, os republicanos perderam espaço no que tange a presença nas mídias digitais, ocasionada pela inovação tecnológica e a ascensão da internet. Diante desse cenário, a empresa oferecia recursos para o partido republicano alcançar o que tanto almejava, o domínio da Casa Branca (Kaiser, 2020).

Nix ofereceu o caminho para a vitória dos conservadores, Rêgo e Barbosa (2020) evidenciam que a *SCL Group* e a *Cambridge Analytica* possuíam o ideal de promover mudanças significativas sobre o modo de fazer publicidade, que visava, além de gerar interações, a mudança no comportamento, uma vez que esse fator interfere no voto. Desse modo, para as autoras, o negócio deixava de ser uma simples empresa de comunicação, e passava a ser um empreendimento que impulsionava a mudança de comportamento.

Essas mudanças teriam como força motriz bilhões de dados pessoais. De acordo com Kaisar (2020), Nix comentava em utilizar as informações privadas dos cidadãos para influenciá-los, de tal modo que seria capaz de afetar os sistemas políticos e economias ao redor do mundo. A autora reflete a convicção de Nix sobre a persuasão dos eleitores de tomarem atitudes quase irreversíveis. O estrategista acreditava que o conteúdo produzido com a finalidade de atingir os grupos com tendências conservadoras seriam capazes de gerar mudanças significativas na sociedade.

Entre os anos de 2013 e 2018, Rêgo e Barbosa (2020) abordam que a Cambridge Analytica foi responsável pelo impulsionamento de práticas de produção de notícias falsas em diversos países. No período de atuação a empresa atuou em mais de 40 campanhas, as de maiores destaques foram a de Donald Trump e o Brexit. As autoras mencionam que a empresa coletou dados pessoais e perfis psicológicos de usuários do *Facebook*, em que aproximadamente 87 milhões de pessoas tiveram seus dados privados acessados e manipulados.

Ao longo de cinco anos, a *Cambridge Analytica* atualizou seus modos de captação de dados por meio de um questionário de personalidade, diretamente ligado a um software de mineração, foi capaz de mapear os dados psicológicos de quem o acessasse, sendo produzido para “definir os perfis políticos do público e transformar cada usuário do *Facebook* que chegou a acessar alguma pesquisa ou aplicativo nesse sentido, em alvo das campanhas em que estavam envolvidos” (Rêgo; Barbosa, 2020, p.105).

Diante desse cenário, o território das redes sociais digitais se tornou um espaço para a disseminação de desinformações, que frequentemente atingiam determinados grupos sociais como os imigrantes. Para além disso, a extrema-direita passou a utilizar narrativas alternativas para deslegitimar também instituições e círculos sociais que se encontram na margem da sociedade.

É possível observar tal constatação no discurso de Trump realizado durante a Convenção Republicana ocorrida em 21 de junho de 2016. O então candidato levanta questões a respeito da veracidade das informações veiculadas pela mídia e também do partido oposto, os democratas. Em um trecho da fala, ele afirma:

“Se vocês desejam ouvir as corporações, as mentiras cuidadosamente plantadas e os mitos da mídia, os democratas estarão fazendo a sua convenção na próxima semana. Mas aqui, na nossa convenção, não haverá mentiras. Nós honraremos o povo americano com a verdade e nada mais” (Agência Brasil, 2016).

Nesse episódio, Trump utilizou uma estratégia que o colocou na posição de detentor da verdade, e para isso descredibilizou a mídia e a oposição, pois são duas instituições vistas como ameaçadoras, capazes de confrontar e derrubar seus argumentos. Na mesma oportunidade, ele ataca sua rival, Hillary Clinton, alegando que grandes empresários e a elite midiática estavam por trás da campanha da sua oponente, pois destacou que ela visava manter o sistema fraudulento presente no país no mesmo lugar, ou seja, Hillary estava concorrendo a presidência para preservar os interesses da elite americana.

Ele se utilizou dessa narrativa, incorporando a figura de vítima e grande herói dos americanos, baseado em narrativas de deslegitimação, por meio de informações irreais. Nessa perspectiva, Burgos (2018) reflete que um dos principais pontos do discurso do republicano, utilizado durante toda sua campanha, mandato e segue como um dos pilares da sua campanha em 2024, é promover a deslegitimação das instituições, especialmente o sistema político e a mídia tradicional, contribuindo ainda para a suspeição da instituição jornalística, acentuando ainda mais a crise que os veículos de comunicação enfrentam desde a modernidade que resultaram em sua suspeição, além de impactar o trabalho dos profissionais do jornalismo.

Essas estratégias adotadas por Trump também foram incorporadas por diversos países, inclusive no Brasil. Em 2018, a extrema direita, com o anseio de assumir o comando do país, após uma crise política gerada antes mesmo do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, e a prisão do ex-presidente Lula, representantes da esquerda. Esse foi o cenário propício para a extrema direita se impulsionar e dominar o poder.

A figura emblemática escolhida para ser o representante da extrema direita foi Jair Messias Bolsonaro. Capitão reformado do Exército, conhecido por suas diversas falas polêmicas, carregadas de conservadorismo e estereótipos direcionados frequentemente as pessoas que estão à margem da sociedade, como as mulheres, pessoas negras, a comunidade LGBTQIA+. Falas marcadas de discursos de ódio, por declarações de apoio a tortura e os assassinatos que aconteceram durante a ditadura militar. Com esse perfil, Bolsonaro chamou a atenção da população brasileira, além de lideranças ao redor do mundo. Em agosto de 2016, com um discurso em defesa da economia de mercado, antissistema e defensor dos valores familiares, Bolsonaro inicia sua campanha presidencial.

Como um dos aliados de Trump, Bolsonaro utilizou estratégias ligadas a *Cambridge Analytica* adotadas pelo candidato americano. Rêgo e Barbosa (2020) indicam que um dos artifícios que se sobrepõe aos demais é a disseminação de informações falsas de difícil comprovação, além da criação de “bobos da corte”, que desviavam a atenção do público de temáticas importantes para questões irrelevantes. As autoras pontuam que Eduardo Bolsonaro, filho de Bolsonaro, se encontrou com Bannon, que declarou apoio a campanha do representante da direita no Brasil.

O apoio de Bannon alertou os meios de comunicação brasileiros e o sistema de Justiça do país, já que poderia haver a possibilidade do roubo de informações dos cidadãos. A revista Carta Capital publicou um artigo em outubro de 2018, no qual questiona se a *Cambridge Analytica* estava envolvida na campanha de Bolsonaro, uma vez que em 25 de setembro, o Facebook alertou que havia sido invadido por hackers, sendo constatado que cerca de 30 milhões de pessoas tiveram seus dados roubados. Para além disso, a notícia ainda aponta que o Ministério Público estava investigando um “esquema industrial” de disseminação de notícias falsas. Outro veículo de imprensa, a revista Veja, divulgou que empresários bolsonaristas pagavam até 12 milhões de reais para prejudicar a imagem da esquerda por meio do *Whatsapp*.

As estratégias semelhantes entre as duas campanhas não são meras coincidências, Rêgo e Barbosa (2020) destacam que André Torres, um publicitário brasileiro, foi procurado pela *Cambridge Analytica*, ainda durante a campanha de Trump, já mirando as eleições brasileiras em 2018. As autoras ressaltam que André foi apresentado ao método *ocean*, que categoriza os perfis de pessoas de acordo com sua personalidade, sendo possível desenvolver uma campanha personalizada tendo como base cada perfil.

No Brasil, como indica Rêgo e Barbosa (2020), de acordo com André Torrenta, ainda não existia um banco de dados consolidado, mas a partir de 2017 foi possível ter acesso a cerca de 70 informações sobre cada usuário. No entanto, André, que deveria trabalhar para a extrema direita ligada ao Movimento Brasil Livre, não atuou na campanha de Bolsonaro pela estratégia de disseminação de informações falsas a qual não compactuava.

Em uma entrevista cedida a Revista Veja em 2020, Kaiser analisa que a *Cambridge* além de utilizar o mecanismo de persuasão de acordo com cada perfil, divulgava conteúdos para promover a popularidade de Trump, mas atuava também para persuadir os cidadãos a não votarem em Hillary, a cientista ressalta que diversas “táticas chocantes e antiéticas” foram utilizadas.

Podemos notar que no Brasil ocorreu o mesmo, Bolsonaro promovia campanhas difamatórias impulsionadas por informações falsas. A reportagem da Revista Carta Capital

(2018) expõe que diversas mensagens foram disseminadas no *Facebook* e *Whatsapp*, alegando que Haddad tinha comportamentos depravados que não condiziam com os valores cristãos, o que fez com que o ex-presidente avançasse nas projeções de votos e a taxa de rejeição de Haddad aumentasse.

Diante desse cenário, para corroborar com as suspeitas levantadas pela Carta Capital em 2018, Kaiser afirma durante a entrevista à Revista Veja, que Bolsonaro usou mecanismos semelhantes à de Trump durante a campanha eleitoral, “é óbvio que o presidente Jair Bolsonaro se apoiou nessa estratégia para se eleger [...]. A campanha dele usou a internet para espalhar desinformação, viralizar notícias mentirosas, persuadir eleitores” (Revista Veja, 2020).

Diante de todas as polêmicas, a *Cambridge Analytica*, foi impedida de atuar no Brasil (Kaiser, 2020). No entanto, o modelo de negócio desenvolvimento por Nix e Bannon já havia se espalhado, resultando em outras empresas que fizeram com que Bolsonaro ganhasse a eleição de 2018. A cientista aponta a grande diferença entre a campanha de Bolsonaro e Trump, a mudança de plataforma. No Brasil, o ex-presidente utilizou o *Whatsapp*, enquanto o norte americano se concentrou no *Facebook*. Ambas com resultados satisfatórios para extrema-direita.

A ascensão deste espectro político nos Estados Unidos, na União Europeia, no Brasil e entre outros locais do mundo, evidenciou os riscos dos abusos do uso da tecnologia. Kaiser, ainda na entrevista à Revista Veja (2020), reflete que as táticas utilizadas por políticos populistas resultam em ataques aos direitos humanos, as noções de igualdade e justiça, além do acesso a serviços básicos universais, alertando que além de desestabilizar a democracia é um grande ataque a civilização, sendo observado essa fragilidade em diversos âmbitos sociais, entre eles no que tange questões de gênero e raça, e as práticas do trabalho jornalístico.

Diante desse cenário, observamos que a desinformação foi utilizada com o intuito de beneficiar os interesses de um determinado grupo político em detrimento de outro. Uma das principais estratégias adotadas, além da autopromoção é colocado em xeque a credibilidade do opositor e daqueles que podem representar uma ameaça a seus mecanismos.

Podemos observar isso durante a campanha de Bolsonaro, se estendendo ao longo do seu mandato, que ocorreu de 01 de janeiro de 2019 a 29 de dezembro de 2022. Nesse período o ex-presidente continuava incitando a circulação de informações falsas entre seus apoiadores. Nessa época ocorreu a pandemia de covid-19, em paralelo a crise sanitária, acontecia a infodemia e o aumento da circulação de narrativas desinformacionais, partindo principalmente de grupos aliados a valores da extrema-direita.

Em face desse momento, se tornou mais evidente a crise enfrentada por instituições que garantem uma sociedade livre e democrática, como a ciência e a instituição jornalística. Por meio da circulação de desinformações, esses dois importantes pilares sociais foram desacreditados constantemente pelo ex-presidente da república.

Um dos grupos mais atingidos por Bolsonaro foram os jornalistas. Durante o período que esteve à frente da presidência do país, Bolsonaro foi o principal agressor de profissionais e veículos de comunicação. Nesse contexto, cerca de 56% das mulheres jornalistas sofreram com ataques e violações a liberdade de imprensa no âmbito digital (ABRAJI, 2021). Os ataques sofridos pelas jornalistas negras Bianca Santana, Maju Coutinho e Gabi Coelho que compõem o corpus desta pesquisa, ocorreram dentro desse cenário de deslegitimação do trabalho jornalístico. No tópico seguinte será apresentada reflexões acerca do impacto causado pelo fenômeno da desinformação na instituição jornalística que passa por um processo de suspeição, se tornando um terreno fértil para que ataques contra mulheres jornalistas negras, especificamente contra Bianca, Maju e Gabi, ocorressem.

### **3.2 Impacto da desinformação na instituição jornalística**

A desinformação é um fenômeno que impacta os mais diversos âmbitos da vida social, entre eles, instituições que são pilares da contemporaneidade como o jornalismo, a ciência, e a educação. As consequências da circulação de informações falsas podem colocar no poder de um país, candidatos com interesses de defender seus próprios valores e de uma pequena parcela da população. Para além disso, causa danos irreversíveis na vida de quem sofre com a propagação de desinformação, como o caso da jornalista negra Bianca Santana que ao ser acusada de disseminação de informações irreais contra o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, teve que lidar com ataques a sua carreira, a sua posição na sociedade enquanto mulher negra e jornalista, além de enfrentar as ameaças contra sua integridade física e de sua família.

Bianca não é a única profissional do jornalismo que foi vítima do fenômeno da desinformação. Segundo uma pesquisa divulgada por Mazzote e Toste (2017) citada por Kebian (2024), cerca de 87% das jornalistas brasileiras relatam que já sofreram algum tipo de discriminação. Entre 2019 e 2022 ocorreram diversos ataques as profissionais, entre elas, Patrícia Campos Melo foi alvo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que sugeriu que a repórter havia se oferecido sexualmente em troca de informações (FENAJ, 2021). Daniela Lima, em 2021, repórter da CNN foi chamada pelo ex-presidente de “quadrúpede”. Quando analisamos as questões de raça, sexualidade e etnia, surgem outras camadas de insegurança, uma vez que são marcadas por questões interseccionais (Kebian, 2024). Bianca, Maju e Gabi,

para além de serem descredibilizadas por suas posições profissionais, o fato de serem mulheres negras também está relacionado com os ataques que sofreram.

A desinformação é um dos principais rivais do jornalismo na contemporaneidade, colocando-o em suspeição constantemente. O fenômeno emergiu acentuando as transformações e crises que a instituição jornalística sofreu ao longo dos séculos, que colocaram à prova a importância do jornalismo na pós-modernidade. A propagação de desinformação atinge diretamente o jornalismo bem como aqueles que os constituem, os jornalistas. Principalmente, as jornalistas, alvos constantes de ataques, que se iniciam frequentemente em decorrência dos debates sobre o cenário político, disseminados rapidamente por meio das redes sociais virtuais, que se tornam um terreno fértil para a propagação de discursos de ódio. De acordo com Kebian (2024), as violências sofridas por jornalistas causam danos além da vida profissional e pessoal, consequentemente afeta a manutenção da democracia e o exercício da cidadania.

Conforme alerta Rêgo e Barbosa (2020), a instituição jornalística vem perdendo seu espaço de detentora da verdade pela difusão do uso das redes sociais e a visibilidade real dos seus processos, práticas e condutas. Esses fatos resultam na constante crise enfrentada pelo jornalismo, uma vez que nesses moldes a “crítica encontrou terreno fértil para crescer e a crise, terreno aberto para se instalar” (Rêgo; Barbosa, 2020, p.66). Esse contexto se tornou propício para que houvesse uma maior disseminação de desinformações.

O jornalismo enquanto instituição é formulado na modernidade. No entanto, a prática da troca de informações que é uma questão central da atividade, já existia desde a Antiguidade, conforme aponta Sousa (2008), desde então esse compartilhamento de notícias se apresentava como um fator fundamental para a manutenção das rotinas sociais desse marco temporal. O fenômeno do jornalismo é resultado das transformações que ocorreram na sociedade, ocasionadas, principalmente, pela aparição da tipografia e do surgimento da imprensa na Europa.

As transformações e seus resultados ao longo desses processos fizeram com que a instituição jornalística modificasse suas práticas para encarar as mudanças advindas com as transformações sociais e tecnológicas, em que a verdade se estabeleceu como um dos principais valores sociais. Desse modo, o jornalismo enquanto instituição teve que se adaptar as mudanças que ocorriam na sociedade para que assim, pudesse legitimar seu espaço (Moura, 2018).

Essas mudanças começaram a ser notadas no século XIX, quando a expansão do jornalismo teve início, acompanhando o avanço da imprensa que ganhou destaque por dar visibilidade aos acontecimentos sociais, mediante a troca de informações entre os indivíduos (Benedetti, 2009). Diante disso, Habermas (2014), em sua obra “Mudança estrutural da esfera

pública”, destaca o papel importante da imprensa na formação do campo jornalístico, diante de um espaço que antes era público e que passou a ser regido pelos interesses privados. As mudanças na esfera pública levaram a sua reestruturação, sendo associada a uma de suas instituições mais relevantes, a imprensa, que contribui diretamente para desenvolvimento do jornalismo. No entanto, cada vez mais o espaço da esfera pública tornava-se guiado pelos ideais dos interesses da esfera privada (Habermas, 2014).

Diante disso, Dias (2018) reconhece que a instituição jornalística criou o conceito moderno de notícia. Como havia a necessidade de aumentar a circulação dos jornais impressos, o dia a dia da classe média passou a estampar as páginas dos periódicos ao exibir, de acordo com a realidade, os acontecimentos da sociedade firmados nos “fatos e preceitos da objetividade”. A opinião foi perdendo seu espaço para um jornalismo que retratava o cotidiano da classe média de tal modo que gerava visibilidade aos acontecimentos reais, mas de maneira direta e objetiva.

O jornalismo está diretamente vinculado com a ideia, a projeção e a busca da verdade, tendo como um dos pilares a objetividade. Logo, a prática jornalística direciona sua rotina de produção em torno da verdade alcançada por meio dos fatos que ocorrem no cotidiano social. O modelo de objetividade é entendido como principal valor que permeia a relação profissional do jornalismo, é aquele que efetivamente fundamenta o estatuto de verdade nas narrativas que produz. Essa verdade, como destaca o Dias (2018), é idealizada pela hipótese do afastamento da ideia de jornalismo subjetivo atribuído à notícia como “uma crença generalizada na orientação pelos fatos”, ou seja, a verdade é determinada como um elemento essencial que sustenta a instituição jornalística, orientada pelos fatos e acontecimentos.

Durante os últimos séculos, a sociedade passou por rupturas que também impactaram as transformações na instituição jornalística, com um olhar do ponto de vista histórico. Desse modo, propiciam o surgimento de crises que assim como aponta Rêgo (2018) baseada no pensamento de Reinhart Koselleck, a crise se revela da “perda do vínculo com o passado”, que consequentemente terá “distintos vínculos com o futuro”, ou seja, a perda com o passado gera diferentes ligações que poderão ocorrer no futuro.

Conforme alerta Rêgo e Barbosa (2020), a instituição jornalística vem perdendo seu espaço de detentora da verdade rapidamente por dois fatores principais: a difusão do uso das redes sociais e a pela visibilidade real dos seus processos, práticas e condutas. Fatos que resultam na constante crise enfrentada pelo jornalismo, uma vez que nesses moldes a “crítica encontrou terreno fértil para crescer e a crise, terreno aberto para se instalar” (Rêgo; Barbosa, 2020, p.66).

Rêgo e Barbosa (2020) citando D’Ancona (2018) destacam o desmoronamento do valor verdade, ou seja, diante do declínio das instituições já não há mais credibilidade por parte dos atores sociais nas instituições, que ocupavam um lugar de verdade. Diante desse escopo, é possível notar que as transformações no jornalismo ocorrem diante de diversos fatores que contribuem para a necessidade de mudanças estruturais no campo jornalístico, Dantas, Pinheiro, Silva, Beltrame e David (2018) caracterizam esse cenário como um “conjunto de transformações que incluem novas formas de produção da notícia, processos de convergência digital e a crise da empresa jornalística enquanto modelo de negócios”.

Além das mudanças estruturais, a instituição jornalística tem passado por um processo de suspeição, sendo colocada a prova a sua importância diante de uma sociedade contemporânea. Com o fenômeno da desinformação, esse cenário de transformações contribui para a circulação de narrativas irrealistas, por conta também do progresso social impulsionado diretamente pela popularização da internet, que contribuiu para a descentralização da produção de informações pelos veículos tradicionais.

Com o advento da internet, o jornalismo tradicional vê suas estruturas centrais sendo abaladas, uma vez que já não é mais visto como o detentor central de informações, assim, surgem vários meios para se ter acesso a grande parte dos conteúdos que envolvem as diversas áreas de conhecimento. Agentes externos ao campo jornalístico exercem um papel de produtores e disseminadores das notícias, além disso, a publicidade se expande para além dos meios tradicionais (Tavares, 2018). As transformações causadas pela popularização da internet fizeram com que os parâmetros norteadores da instituição jornalística fossem colocados à prova, assim, os principais pilares que sustentaram o campo por décadas já se mostravam ineficientes para manter a característica de principal fonte de informações.

Diante desse cenário de mudanças, se forma um terreno fértil para a ascensão da disseminação de desinformações. Para o filósofo Luciano Floridi (2010), a desinformação englobaria alguns conceitos entre eles a informação direcionada e a ação de enganar propositalmente. Já Pinheiro e Brito (2014) apontam que a desinformação também está ligada a produtos informacionais de baixo nível cultural, diante dessa concepção, os grupos que compõem a elite seriam responsáveis por propagar desinformações de modo a ter seu lugar de legitimidade no poder, alcançando facilmente seus direitos individuais.

A Comissão Europeia elaborou um conceito de desinformação em que se entende que essa prática diz respeito a fatos disseminados comprovadamente falsos ou enganadores que tem de alcançar benefícios econômicos ou burlar deliberadamente o sentido da narrativa para

enganar o público (Comissão Europeia, 2018). Esse entendimento tem sido bastante difundido por determinar aspectos claros e diversos que caracteriza o conceito de desinformação.

A desinformação também pode ser compreendida como um fenômeno social que vive por meio da informação, assim a “desinformação se coloca como o outro lado da informação” (Rêgo, p. 223, 2021). Desse modo, a desinformação utiliza o status de informação para que sejam propagadas com fatos falsos, diante da aceitação de receptividade na sociedade.

Para Fallis (2015) a desinformação pode causar danos em pessoas que foram enganadas por ela, desse modo o autor caracteriza a desinformação como uma informação que tem o objetivo de enganar. O autor aponta também que há casos que pessoas são enganadas sobre temáticas importantes sobre a vida cotidiana, como tratamento médico, oportunidades de estudo, propostas de líderes políticos dentre outros, pode gerar danos físicos, emocionais e financeiros.

Segundo Fetzer (2004) e Piper (2002) destacados por Fallis (2015) a desinformação não ocorre por acaso, essas narrativas surgem de pessoas que estão engajadas na busca do ideal de enganar o maior número de receptores. Segundo o autor, a desinformação é capaz de atingir diretamente e indiretamente as pessoas. Diretamente resultam em consequências drásticas, e contribuem indiretamente para que as pessoas percam a confiança em notícias que de fato são verdadeiras.

Diante do exposto, verifica-se que o terreno mais propício para a disseminação de desinformação é nas redes sociais. No Brasil, *Twitter*, *Instagram* e *Facebook* são os principais palcos de ataque as mulheres jornalistas, principalmente, o cenário político. Foi nesse contexto que Bianca, Maju e Gabi sofreram com os desdobramentos do fenômeno da desinformação, na medida em que as informações irreais foram lançadas nessas redes sociais digitais, como no caso de Bianca que foi acusada de disseminar desinformação em uma *live* no *Youtube*, rapidamente o conteúdo se expandiu para outras plataformas como o *Twitter* e o *Instagram*, fazendo com que a narrativa se espalhasse mais rapidamente por toda a rede.

Vale destacar que para a circulação do fluxo vertiginoso dessa desinformação tendo como base o caso de Bianca, só foi possível por conta do compartilhamento da narrativa, que ocorreu, em certa medida, pela crença do público na veracidade da informação, de fato é verdadeira. Porém, há outro viés, utilizando o caso de Bianca, a jornalista sofreu com declarações falsas partindo do então presidente da república, que pertencia a extrema-direita, seus apoiadores também foram responsáveis pelo aumento da circulação dessa narrativa falsa, alguns o fizeram por acreditar na veracidade das declarações e, muitos outros, nem tinham

consciência sobre o caso, e ajudaram na propagação da informação por serem apoiadores de Bolsonaro.

Vale ressaltar que os casos de Bianca, Maju e Gabi são marcados por três fatores que a extrema-direita costuma atacar: são mulheres, negras e jornalistas. Nesse sentido, as estratégias de aumento da circulação de desinformação perpassam pelo acionamento de afetos, uma vez que os usuários são mais propícios a interagir, seja comentando e compartilhando em outras plataformas, até mesmo deslocando as narrativas do âmbito virtual para o espaço físico, na medida em que são afetados, tendo seus valores e crenças legitimados por determinadas narrativas, que resultam frequentemente em discursos de ódio, assédio moral, racismo, sexismo, homofobia, entre outros. No próximo tópico, será apresentado como o fenômeno da desinformação se utiliza do acionamento de afetos para se propagar.

### **3.3 Desinformação e o acionamento de afetos**

A contemporaneidade é caracterizada pela era da informação. Com o advento da internet, a circulação de conteúdos informativos passou a ser propagada cada vez mais rapidamente, na medida em que é possível tomar conhecimento do que está acontecendo do outro lado do mundo: praticamente no instante em que elas acontecem. Desse modo, as pessoas são bombardeadas constantemente por um grande volume de informações, porém, esse panorama é um terreno fértil para a propagação de narrativas desinformacionais.

As estratégias de produção e circulação da desinformação são articuladas para que atinja uma maior quantidade de usuários, com o objetivo de que interajam e compartilhem esses conteúdos, uma vez que essas ações aumentam a disseminação dessas narrativas. No entanto, para que isso ocorra, a desinformação é produzida com a intenção de acionar afetos, na medida em que isso contribui de fato para que as pessoas acreditem e compartilhem conteúdos que são visivelmente falsos.

Para além das estratégias que visam atingir o maior número de pessoas pela produção das narrativas desinformacionais, há a lógica das plataformas que são projetadas para que os usuários passem mais tempo interagindo com conteúdo da sua rede, independentemente de serem ou não verdadeiras, já que seguem as lógicas de mercado. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto de Tecnologia de Massachussetts (MIT), as informações falsas possuem 70% a mais de chances de viralizar do que as notícias verdadeiras, o estudo aponta que essas narrativas que fogem da realidade, se propagam rapidamente pela internet de modo mais abrangente e profundo que as notícias verdadeiras.

Um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo, em entrevista cedida ao veículo de comunicação Estado de São Paulo, chama atenção pela falsa ideia de que os robôs são os principais responsáveis pela propagação dos conteúdos falsos. Porém foi constatado que tanto para informações verdadeiras como falsas, a inteligência artificial por trás desses *boots* entrega com o mesmo percentual, ou seja, as notícias falsas circulam com maior intensidade porque os humanos apresentam mais probabilidade em disseminar essas narrativas, que geralmente não podem ser comprovadas.

No entanto, para além do aspecto humano e taxa de entrega realizada pelos *boots*, as plataformas são responsáveis pelo envio dessas informações aos usuários. Segundo um estudo realizado pelo Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes), entre 2018 e meados de 2020, as plataformas das redes sociais como *Whatsapp*, *Instagram*, *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*, não possuíam políticas de combate a ações estruturadas que determinassem o tratamento de informações falsas. Vale destacar que dentro dessas plataformas é possível realizar o impulsionamento de publicações, ou seja, os usuários pagam para que seus conteúdos tenham a entrega potencializada para uma maior quantidade de pessoas.

Um caso emblemático que exemplifica essa questão aconteceu em 2023 com a votação do Projeto de Lei 2.630, conhecido como “PL das Fake News”, que iria entrar em votação em caráter de urgência na Câmara dos Deputados. As plataformas das redes sociais permitiram o impulsionamento de publicações que continham informações falsas sobre o Projeto de Lei, segundo o Relatório do Laboratório de Pesquisa da Escola de Comunicação (Netlab), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, publicações com desinformações começaram a circular nas redes, por meio de anúncios pagos por usuários nas vésperas da votação do projeto.

No entanto, não é apenas as redes sociais digitais que seguem esse modelo de potencialização de entrega de conteúdos diante do pagamento. Uma pesquisa desenvolvida em 2020, pela Universidade de Oxford, intitulada *Follow the Money: how the online advertising ecosystem funds covid-19 Junk News and Disinformation*<sup>6</sup>, alertou que a maioria dos sites que propagam conteúdos desinformativos depende de plataformas de publicidade online para obter lucro, e 61% utiliza anúncios do Google, ou seja, a plataforma financiava iniciativas desinformativas. Além disso, o estudo ainda indica que as principais fontes de desinformação se utilizam de um mecanismo chamado SEO, que auxilia na disseminação de buscas e mídias sociais, contribuindo para que os conteúdos desinformativos atinjam mais usuários.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://demtech.oii.ox.ac.uk/research/posts/follow-the-money-how-the-online-advertising-ecosystem-funds-covid-19-junk-news-and-disinformation/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Nesse viés, a ProPublica juntamente com o NetLab e com o veículo de comunicação Folha de São Paulo, desenvolveram um estudo sendo constatado que em 2022, o Google financiou 80% dos sites que divulgavam informações falsas sobre as eleições que ocorreram no mesmo ano, além de disseminar desinformações sobre covid-19 e vacinas. A pesquisa ainda pontua que esses sites estavam entre os mais compartilhados nos aplicativos de mensagem, *Whatsapp* e no *Telegram*. As políticas do Google alegavam que desde 2022 não permitiriam a monetização de conteúdos não confiáveis, contrário ao conhecimento científico e que prejudicasse o processo eleitoral.

Na grande maioria dos casos há evidências claras de que as narrativas desinformacionais são falsas, e assim, surge o questionamento: o que leva as pessoas a acreditarem em informações nitidamente falsas? Um dos pontos que necessita de atenção é a reflexão sobre a vulnerabilidade humana em acreditar apenas no que se deseja crer, ignorando muitas vezes as evidências de que aquilo não condiz com a veracidade dos fatos. Entre as estratégias de produção de desinformação, há o acionamento de afetos com o intuito de fazer com que mais pessoas acreditem na veracidade da narrativa falsa. Em muitos casos, o conteúdo desinformativo é produzido de modo sensacionalista, carregado por sentimentos extremos, com o intuito de afetar o usuário, de modo que ele se identifique com a narrativa e, assim, interaja com a postagem. No que tange a essa perspectiva, o cientista político, Pablo Ortellado (2018), enfatiza que as notícias falsas tendem a se difundir no âmbito das redes sociais digitais, uma vez que apelam aos sentimentos das pessoas, sem uma relação de concretude com a realidade.

Desse modo, para que ocorra para que ocorra a legitimação e a aceitação de uma informação falsa, é necessário que os usuários sejam afetados de tal modo que se identifiquem e passem a propagar o conteúdo falso, seja por meio de uma notícia, postagem, ou comentários nas publicações de outros usuários. Os pesquisadores Scheufele e Krause (2019) apontam que fatores psicológicos contribuem para que as pessoas acreditem em informações falsas, tornando difícil a identificação do que é verdade ou mentira, uma vez que as pessoas tendem a acreditar em narrativas que sentem confiança e que sejam consistentes com seus valores e crenças preexistentes, sendo legitimada por outros indivíduos.

Nessa perspectiva, os autores ainda destacam o desconforto psicológico, ou a inconveniência de se deparar com informações que não estejam alinhadas as suas crenças e desafiam sua visão de mundo. Assim, resulta em uma tendência de se acreditar em percepções tendenciosas, ou seja, isso contribui para que seja rejeitada a possibilidade de falsidade, que pode contribuir para o processo de dissonância cognitiva.

Essa é uma das problemáticas que fazem a desinformação ser potencializada, uma vez que a dissonância cognitiva, de acordo com o psicólogo Leon Festinger (1975), surge da busca ininterrupta de um “estado de coerência consigo mesmo”, e quando não é possível mantê-lo ocorre a dissonância cognitiva, resultando em um ajuste interno, de acordo com as crenças de cada pessoa, com a finalidade de ser alcançado o “estado de coerência”, para que não seja gerado um mal-estar psicológico. Ao haver esse processo de reequilíbrio, Cinquegrana (2022) reflete que ocorre um novo arranjo cognitivo que nem sempre é associado ao que de fato ocorre na realidade. O estado de dissonância cognitiva causa um desconforto que se torna insuportável a médio prazo, e quando ocorre a resolução do conflito, o indivíduo cria uma barreira que o impede de ter contato com informações ou situações que retome ao estado de instabilidade psicológica.

Nesse viés, Rocha (2023) lança o olhar sobre a questão da dissonância cognitiva constituir o indivíduo enquanto sujeito, uma vez que há necessidade de acreditarmos naquilo que nos gera conforto e confiança de acordo com crenças e valores. No entanto, com as transformações ocasionadas com a expansão dos meios de comunicação e a popularização da internet, esse processo tem se tornado coletivo e problemático na medida que resulta em uma disjunção que corrobora para uma realidade paralela, envolvendo milhões de pessoas que acreditam na mesma perspectiva, como exemplo, o que ocorreu na pandemia de covid-19, em que de diversas pessoas não acreditaram na eficácia das vacinas contra o vírus. Com esse olhar, apontamos para um dos nossos casos analisados, que ocorreu no mesmo recorte temporal da crise sanitária, em que diversas pessoas acreditaram que a jornalista Maju Coutinho participou de aglomerações durante a pandemia e não utilizou máscaras.

Sob essa ótica, acreditar em narrativas que não são marcadas por uma comprovação rigorosa racional pode ser compreendida por meio do raciocínio motivado, que o psicólogo Ronaldo Pilati (2023) indica como uma ferramenta cognitiva acionada para justificar as crenças que uma pessoa possui sobre determinados assuntos. Desse modo, o indivíduo encara como verdadeiras e confiáveis as narrativas que estão de acordo com seus valores, porém tendem a desqualificar e rejeitar elementos que não condizem com seus preceitos. O psicólogo esclarece que o uso desse mecanismo resulta no balanço cognitivo relacionado aos indivíduos manterem suporte as suas crenças, uma vez que seja possível estabelecer uma conversa com outro indivíduo ou que se desista dela, caso seja observado pontos de vistas incompatíveis. Notamos isso com frequência em discussões nas redes sociais digitais, especificadamente em grupos de mensagem como: *Whatsapp, Facebook, Instagram, Telegram*, em que o diálogo é interrompido quando há incompatibilidade de valores.

O fenômeno da desinformação frente as redes sociais digitais encontra um terreno para se alojar com mais profundidade, uma vez que há “bolhas de filtro ou câmaras de eco” conforme indicado por Kai Shu *et al* (2020) baseado em Pariser (2011), diante de tantas informações, as plataformas sugerem conteúdos de maior relevância de acordo com as preferências e pontos de vista de cada usuário, que refletem suas próprias crenças, o que faz com que o acesso a valores opostos seja limitado, sendo uma tarefa difícil a detecção da desinformação.

Já para Rêgo e Barbosa (2020), os indivíduos tendem a escolher acreditar, através de uma crença cega em conteúdos que refletem suas experiências pessoais e que transcendem para o campo coletivo, não tendo como base a consciência, mas sim o sentimento de identificação e pertencimento há um grupo que compartilha dos mesmos valores e crenças. Assim, as autoras refletem que os mecanismos para atestar a veracidade de métodos modernos não estão atrelados a um senso crítico, mas sim a perspectivas emocionais baseados em valores e crenças limitantes.

Nesse sentido, Kai Shu *et al* (2020) refletem que a exposição frequente ao mesmo ponto de vista faz com que as crenças preexistentes dos usuários se legitimem cada vez mais, dificultando a mudança de opinião, mesmo diante da demonstração racional de que a narrativa seja falsa. Essa problemática pode ser notada no caso de Bianca Santa que, mesmo após constatação de que não havia propagado desinformação, os apoiadores de Bolsonaro continuaram com acusações e ataques.

Sob essa perspectiva, Rêgo (2022) lança o olhar sobre um ponto chave que ajuda a elucidar a afetação dos usuários em acreditarem narrativas desinformacionais ao mencionar que, ao longo das transformações sociais da modernidade para a contemporaneidade, o sistema de crenças e os demais que têm como pilar a experiência esteve em conflito com o lugar da verdade. Assim, a busca para ocupar esse espaço, resultou na predominância do sistema das emoções, solapando assim, os sistemas modernos que prezam pela racionalidade.

Rêgo (2022) ainda completa que o fato de uma pessoa acreditar em informações falsas não ocorre pela comprovação com a realidade, mas sim por meio de crenças emocionais que já carrega. Por isso, mesmo diante de evidências que apontem a falsidade que permeia determinado conteúdo não é o suficiente para que ocorra a mudança de opinião do indivíduo.

Para além da crença individual que ultrapassa as barreiras do campo coletivo e que corroboram com a possibilidade dos usuários acreditarem em narrativas falsas, há outros fatores emocionais que impactam na recepção dessas narrativas. De acordo com Kai Shu *et al* (2020) tendo como base o estudo desenvolvido por DiFonzo e Bordia (2007), há cinco aspectos emocionais que contribuem para a adesão a desinformação.

Inicialmente, Kai Shu *et al* (2020) esclarece que um dos principais aspectos que fazem emergir as notícias falsas é a incerteza, uma vez que diante de um cenário duvidoso, as notícias falsas ganham espaço por darem sentido a atmosfera de incertezas. Os autores ressaltam que diante de uma crise, as pessoas procuram os meios de comunicação tradicionais para se informar, mas com a falta de informações, o público tende a acreditar em narrativas que seguem os preceitos dos seus próprios julgamentos. Essa é uma das explicações da tendência de aumento das notícias falsas em momentos de catástrofes naturais, crises e períodos marcados por eleições políticas, em que se estabelece um cenário de dúvidas. Podemos notar isso durante a pandemia de covid-19, e o desastre causado pelas fortes chuvas no Rio Grande do Sul em 2024.

Ao passo que as incertezas aumentam, a tendência é que as pessoas estejam mais propensas a acreditarem em novas notícias, mesmo que não apresentem uma relação com a realidade, pois o que se espera é mitigar as incertezas existentes. Para Aral, em entrevista ao veículo de comunicação Estadão (2018), a novidade chama a atenção dos indivíduos e contribui para que compartilhem informações, acrescentando ainda, que na medida em que o conteúdo seja mais inusitado, também se torna mais relevante. Nesse sentido, a incerteza motivada pela novidade ainda pode resultar em emoções como raiva e ansiedade, afetos que impactam na propagação de desinformação e que fazem com que haja a legitimação desses conteúdos falsos, geralmente carregados de ataques que afetam a dignidade da pessoa humana.

A ansiedade, além de ser uma consequência da incerteza, é o segundo fator apontado por Kai Shu *et al.* (2020), diante do fato de que a desinformação pode ocasionar em emoções como: irritação, ansiedade e frustração; pois a pressão emocional diante desse afeto se torna ofensiva na propagação de conteúdos falsos. Para os pesquisadores DiFonzo e Bordia (2007) a ansiedade faz com que os indivíduos acreditem e acabem espalhando informações menos precisas, uma vez que o estado emocional dificulta o reconhecimento de fatos que não condizem com a realidade, sendo utilizadas como um mecanismo para aliviar as emoções.

Kai Shu *et al.* (2020) chamam atenção para o estágio da ansiedade diante de um contexto de disseminação de informações falsas, que faz com que se estabeleça pânico, e consequentemente, as narrativas falsas são retroalimentadas na medida que as pessoas podem relatar suas emoções, atribuindo sentido e legitimando valores que gerem a sensação de estabilidade emocional. O terceiro aspecto faz referência a importância do resultado, já que as pessoas se interessam por temas que são significantes para suas experiências enquanto sujeitos na sociedade. Diante da importância dada, a ansiedade encontra um terreno fértil para se instalar (Kai Shu *et al.*, 2020). Em consonância à relevância do resultado, o quarto fator indicado pelos

autores é a falta de controle, uma vez que quando os indivíduos não possuem o comando sobre a situação, tendem a recorrer a outros meios para evitar desconfortos emocionais. Desse modo, priorizam respostas que acionam emoções com o objetivo de evitar frustrações.

O quinto e último tópico está ligado as crenças, assim como apontado por Pilati (2023), Rêgo e Barbosa (2020), para Kai Shu *et al.* (2020), as pessoas tendem a acreditar em informações que se relacionam com suas crenças preexistentes, sendo levadas a aceitá-las, por meio do viés de desejabilidade. Segundo os autores, isso decorre pela necessidade da manutenção das relações sociais com o grupo de pessoas que compartilham os mesmos valores e crenças, e como modo de legitimar sua posição de confiança e identificação com o grupo ao qual pertence, há o compartilhamento de informações que o círculo social carrega como verdade.

Nessa perspectiva, a confiança também é um fator que contribui com a vulnerabilidade para se acreditar em narrativas desinformativas. Para os autores Baptista *et al.* (2021), a familiaridade é um aspecto que está relacionado a confiança, e a desinformação aciona esse afeto na medida em que se dissemina rapidamente nas redes sociais através da repetição resultante do compartilhamento ou retuite, que fazem com que a mesma publicação seja vista com mais frequência, tornando o conteúdo mais familiar, e por conseguinte, mais confiante.

Nesse sentido, Pilati (2023) reflete que o sistema de crenças está atrelado aos relacionamentos sociais, visto que o surgimento de uma situação que gere dúvidas e instabilidades faz com que os indivíduos priorizem o entendimento do seu grupo. Diante do acionamento de crenças frente às narrativas falsas, pode ocorrer em determinados casos que a apresentação de evidências que apontem a dissonância com a realidade, e corrobore para que se acredite ainda mais no conteúdo desinformativo do que anteriormente. A base para que se creia nessas narrativas não está na relação com a realidade, mas sim com suas emoções, crenças e valores.

Frente às limitações que envolvem o sistema psicológico dos indivíduos, se instauram as crenças infalíveis destacadas por Pilati (2023, p.16) como as responsáveis por induzir as pessoas a acreditarem naquilo que almejam, apontando ainda que são “aquelas que por sua natureza ou estrutura argumentativa, não são possíveis de serem consideradas falsas”, ou seja, mesmo sendo utilizados os mecanismos para demonstrar a falsificação, dificilmente haverá mudança de opinião. Para além do campo individual que a problemática da crença limitante resulta para o indivíduo, quando se inserem nos sistemas sociais são capazes de gerar danos irreparáveis na tentativa de validar naquilo que se acredita, por meio da influência social e a

conformidade, relacionada ao fato dos comportamentos humanos estarem vinculados às relações sociais que são estabelecidas.

Sob essa abordagem, o modo de pensar, agir, e julgar sobre o que cercam os indivíduos são condicionados aos preceitos dos grupos sociais aos quais pertencem. Assim, as crenças são legitimadas e transmitidas ao longo do tempo. Nesse viés, de acordo com as considerações de Baptista *et al.* (2021), as pessoas tendem a rejeitar com mais facilidade informações que são contrárias as suas crenças já existentes.

Podemos observar as considerações de Pilati (2023) no que diz respeito as problemáticas do racismo tanto estrutural quanto institucional que as mulheres negras enfrentam, como exemplo Bianca, Maju e Gabi, que sofreram com o marcador da raça ao serem atingidas pelo fenômeno da desinformação, uma vez que são invisibilizadas desde o período do colonialismo, quando foram submetidas as necessidades e desejos da branquitude

Para Pilati (2023) interromper o ciclo de conformidade aliado as crenças limitantes requerem esforço dos indivíduos. No entanto, há um incentivo maior para que seja justificada as crenças preexistentes de cada pessoa, o que torna o intuito de rompe-las uma tarefa difícil, contribuindo ainda mais aquelas sem evidências com a realidade sejam legitimadas. Esses fatores condicionados as crenças limitantes estão diretamente relacionadas com as afetações que emergem dos conteúdos desinformativos, considerando que a recepção de notícias falsas aciona crenças e emoções, que contribuem para serem sustentadas e propagadas.

A influência que alguns atores sociais exercem sobre determinados grupos de pessoas também resulta em uma circulação maior desses conteúdos desinformativos. Podemos citar o exemplo que ocorreu durante a pandemia de covid-19, em que diversas pessoas não acreditavam na eficácia das vacinas contra a doença, e essa crença foi legitimada com as diversas declarações Bolsonaro que possuía uma postura anti-vacina. Ultrapassando as fronteiras do Brasil, houve a disseminação de informações falsas a respeito da boxeadora argelina, Imane Khelif, que disputou as Olimpíadas de Paris 2024, que foi vítima de boatos que circularam durante os Jogos e que questionavam o seu gênero. Figuras públicas como o empresário Elon Musk, dono do X, antigo *Twitter*, a escritora J.K Rowling, autora da famosa saga de livros *Happy Potter*, e o ex-presidente Donald Trump, foram algumas das personalidades que compartilharam publicações com desinformação sobre o assunto.

No entanto, retomando o estudo realizado pelo MIT, para além dos perfis populares que exercem uma influência nas plataformas digitais, há determinados grupos de usuários, aqueles que têm menos seguidores, e são menos ativos na rede social X, em comparação com aqueles

que disseminam informações verdadeiras. Assim, também contribuem para que as notícias falsas circulem mais rapidamente que narrativas verdadeiras.

Nesses casos, o âmbito individual já foi ultrapassado, afetando a coletividade na medida que a desinformação é um vetor de acionamentos de afetos extremados, capaz de resultar em danos as relações sociais de quem recebe e daqueles que estão em sua volta. Para o pesquisador Pedro Paulo Bicalho (2023), a circulação de informações falsas gera medo diante do discurso de ódio desencadeado por essas narrativas fraudulentas. Ele destaca que os grupos marginais da sociedade como as mulheres negras, homens negros, a população indígena e a comunidade LGBTQIA+, relatam que sofrem com a disseminação desse ódio diante da sua própria existência. No tópico seguinte, será refletido sobre como o ódio é legitimado a partir de narrativas desinformativas, especialmente ao que tange aos grupos que ocupam a margem da sociedade.

### **3.4 Desinformação e o discurso de ódio contra grupos marginalizados nas redes sociais**

Ao longo dos séculos, os modos de comunicação foram modificados de acordo com o avanço das sociedades, assim como as falsas necessidades criadas pelo capitalismo. As lógicas comunicacionais não ficaram imunes aos efeitos gerados pelo capital. Foi nesse contexto que surgiu a imprensa e os primeiros jornais, até jornalismo se consolidar como um dos pilares da sociedade moderna.

Os diversos pilares sociais como a economia, a políticas e as próprias práticas cotidianas, enfrentaram crises ao longo dos anos, e o jornalismo não foi uma exceção. A desinformação se tornou uma das principais ameaças à atividade jornalística na contemporaneidade para além disso, compromete a estabilidade da convivência em sociedade.

A legitimação do poder está diretamente relacionada às práticas desinformativas. Desse modo, é importante compreender que, quando uma narrativa desinformativa é propagada nas plataformas digitais, há um interesse camuflado por trás do conteúdo, visando legitimar determinadas agendas. Exemplos disso incluem temas associados ao pensamento da extrema direita e as demais ideologias extremistas, como o terraplanismo, a discriminação da população negra, as mulheres, imigrantes, entre outros.

As narrativas que contêm informações falsas são produzidas com o intuito de acionar afetos, frequentemente os mais negativos, como o ódio, a fúria, a raiva, a inveja. Esses afetos alimentam discursos misóginos, racistas, xenofóbicos, transfóbicos entre outros. Butler (2021) reflete que quando um indivíduo é ferido pelo discurso, ele perde o referencial de contexto em que se encontra, assim não sabe que local ocupa. Ou seja, a desinformação ao acionar afetos

odiosos é capaz de desestabilizar o indivíduo que se relaciona diretamente com o reconhecimento do Outro, uma vez que conforme aponta Butler (2021, p. 18), “nós existimos não apenas porque somos reconhecidos, mas, a priori, porque somos reconhecíveis”. Na medida que há desestabilização do indivíduo, ele não é reconhecível pelo autor das ofensas.

A pesquisadora Rosane Leal e outros estudiosos (2011) destacam que o ódio inicialmente surge no campo das ideias, de forma abstrata, até se consolidar no plano físico. O pensamento, por si só, não causa prejuízo a terceiros, porém quando o abstrato se materializa sendo disseminado nas plataformas digitais transforma-se em discurso nocivo, que frequentemente, viola os direitos fundamentais e ataca a credibilidade da pessoa humana.

A jornalista e ex-deputada, Manuela d'Ávila, sofreu com os desdobramentos de narrativas desinformativas disseminadas ao seu respeito, que além de descredibilizada, ela foi alvo de diversos ataques de ódio. Em uma entrevista ao site Desinformante (2022), Manuela conta que os ataques ficaram mais frequentes a partir de 2014, quando concorreu ao cargo de deputada estadual no Rio Grande do Sul. Nesse mesmo ano, aconteceu a primeira agressão física, a jornalista estava acompanhada de seu marido quando foi alvo de um jovem que passou a atacá-la por conta de uma notícia falsa que circulava vertiginosamente no Twitter. Após a primeira agressão, Manuela não imaginava que outros ataques estavam por vir.

Em 2018, ela concorreu a vice-presidência do Brasil com Fernando Haddad, no período de campanha foi vítima de diversos conteúdos desinformativos. Passou a circular nas redes sociais digitais um vídeo manipulado de Manuela sendo presa. Além disso, foi realizada uma montagem da jornalista utilizando uma camisa com os dizeres “Jesus é travesti”. Os ataques pioraram quando ela foi acusada de ligar 13 vezes para Adélio Bispo, no dia que o homem esfaqueou o candidato concorrente, Jair Bolsonaro. Os conteúdos falsos disseminados contra Manuela foram compartilhados constantemente nos grupos de extrema-direita, onde o ódio era retroalimentado por usuários que carregam valores conservadores.

Ao Desinformante (2022), Manuela também ressaltou que as informações falsas, também foram direcionadas à sua filha. Durante a gestação, a candidata foi alvo de diversos ataques. Após o nascimento de Laura, Manuela viu seu puerpério ser exposto por um profissional que teve acesso ao prontuário médico. Entre as agressões sofridas ao longo dos anos, em 2021 uma foto de Laura passou a circular em grupos da extrema direita, resultando em diversas ameaças de estupro e morte, tanto da mãe quanto da filha.

Os ataques promovidos pelos discursos de ódio buscam descredibilizar a vítima e possuem a potência de impactar todo o grupo ao qual pertence. O objetivo é reafirmar uma suposta superioridade, reforçando a intolerância à diversidade na sociedade pós-moderna. Isso

ocorre, diante do fato de que não há espaço para o diferente na contemporaneidade, ou seja, aqueles que não seguem os padrões impostos pelo seio social devem ser combatidos e silenciados. Para Santos e Silva (2013), os discursos de ódio ferem a dignidade humana, que, segundo o conceito filosófico de Sarlet (2007), é apontado como uma dimensão ontológica, inerente ao ser humano que necessita do respeito e reconhecimento dos demais membros da sociedade.

Diante disso surge um questionamento pertinente à propagação vertiginosa do discurso de ódio: “por que o ódio se mostra instantaneamente contagioso e capaz de incendiar tudo o que se encontra ao redor?” (Glucksmann, 2007, p.84). Essa questão pode ser respondida pelo fato de que o ódio, como afeto, é facilmente legitimado por pessoas que compartilham do mesmo ponto de vista, o que amplia sua disseminação nas redes sociais digitais.

O psicanalista Contador Calligares, citado por Pereira (2007) e por Quadrado e Ferreira (2020), reflete que “nas redes sociais é possível expressar o seu ódio, dar a ele uma dimensão pública, receber aplausos pelos seus amigos e seguidores e se sentir de alguma coisa validado”. Ou seja, a problemática está relacionada com a amplificação proporcionada pelas plataformas digitais, que permite a legitimação e circulação desses discursos por usuários com valores semelhantes.

Nesse contexto, Santos e Silva (2016) conforme citados por Quadrado e Ferreira (2020) destacam que há algum tipo de recompensa para os usuários que disseminam conteúdos carregados de ódio. A visibilidade, a popularidade, a reputação e a influência se tornam fatores diretamente relacionados ao sentimento de pertencimento a um determinado grupo e até mesmo a afirmação de identidade. Além dos usuários, destacamos que a inteligência artificial, por meio de robôs e trolls, também é utilizada para disseminar informações falsas.

Para manter a constância dessas recompensas, é necessário continuar divulgando conteúdos que sejam capazes de acionar afetos, principalmente o ódio. Assim, é cada vez mais comum a presença de discursos de ódio, sendo alimentados continuamente até serem, eventualmente, removidos pelas plataformas, o que raramente acontece. Um dos principais mecanismos dessa propagação nociva são as narrativas desinformacionais, que, frequentemente apesar de serem baseadas em informações reais, são manipuladas conforme os interesses de quem as divulgam.

De acordo com a pesquisa do DataSenado (2024) sobre o Panorama Político no Brasil, que entrevistou cerca de 21.800 pessoas, 93% afirmaram utilizar alguma rede social digital como o *Instagram*, *Whatsapp*, *Telegram*, *Youtube*. Deste percentual, 72% dos usuários tiveram contato com notícias que desconfiavam serem falsas, e aproximadamente 50% deste total

admitiram considerar difícil determinar se uma notícia é falsa ou verdadeira. O estudo também apontou a percepção dos usuários brasileiros sobre a circulação de conteúdos desinformativos: quase 31% acredita que as notícias falsas são compartilhadas para mudar a opinião dos outros, enquanto 15% confiam na veracidade da narrativa baseado em quem enviou, já 13% afirma que as pessoas compartilham informações falsas por transmitir o que pensam.

Nesse mesmo ano, o Instituto Locomotiva realizou uma pesquisa com um número menor de participantes, mas que reforçam o comportamento da população em relação às notícias falsas. O estudo aponta que cerca de 90% da população brasileira já acreditou em algum conteúdo falso, seja relacionado a venda de produtos (63%), campanhas eleitorais (62%), escândalos políticos (62%), políticas públicas, como as vacinas (62%). Além disso, 57% afirmaram ter acreditado em informações falsas sobre a economia e 51% sobre segurança pública e o sistema penitenciário.

Em consonância ao estudo do Data Senado, a Pesquisa de Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil (2023)<sup>7</sup>, concluiu que 42,3% dos participantes alegaram que costumam achar que as informações são verdadeiras quando são divulgadas por pessoas e instituições que admiram. No entanto, 45,6% acreditam que as informações divulgadas por fontes que não condizem com seus valores são falsas. Ou seja, as estatísticas diante das respostas dos entrevistados apontam a importância da credibilidade entre emissor e receptor das informações falsas divulgadas.

Os dados mostram que a circulação de desinformação atinge grande parte da população e não se limita a um único tema. Ela é produzida com o intuito de afetar diversos aspectos do seio social. Os conteúdos que são divulgados podem desencadear diferentes reações, e os usuários, por meio de comentários e compartilhamentos, exercem seu direito de expor opiniões. Isso quer dizer informações falsas podem surgir, bem como os crimes de ódio, que de acordo com a legislação brasileira são crimes e passíveis de punição. Esses números ajudam a compreender a dimensão do alcance da desinformação no Brasil, fenômeno que se caracteriza como um dos principais vetores de propagação de discursos de ódio, considerado um dos grandes males da sociedade pós-moderna.

Pode haver uma falsa distinção entre o espaço físico e o virtual, mas ambos estão intrinsecamente interligados. Desse modo, as problemáticas sociais perpassam as lógicas impostas pelas redes sociais digitais e vice-versa com o âmbito físico. Assim como há violência no espaço físico, ela também se manifesta no ambiente virtual, que se tornou um terreno fértil

---

<sup>7</sup> Disponível em: [https://www.cgee.org.br/documents/10195/4686075/CGEE\\_OCTI\\_Resumo\\_Executivo-Perc\\_Pub\\_CT\\_Br\\_2023.pdf/02c40801-8a7c-4822-a77e-2859c0c53334?version=1.4](https://www.cgee.org.br/documents/10195/4686075/CGEE_OCTI_Resumo_Executivo-Perc_Pub_CT_Br_2023.pdf/02c40801-8a7c-4822-a77e-2859c0c53334?version=1.4). Acesso em: 3 março 2025.

para a disseminação da desinformação e do discurso de ódio. De acordo com a SaferNet Brasil – associação civil de direito privado que atua em defesa dos direitos humanos –, em 2022 foram encaminhadas mais de 74 mil denúncias de discursos de ódio na internet na Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, apresentando um aumento de 67,7%, em comparação a 2021, o maior número de denúncias desde 2017.

O Relatório de Recomendações para o Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo no Brasil (2023), <sup>8</sup>produzido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, constatou que, entre 2017 e 2022, foram registrados aproximadamente 76 mil casos de crimes contra a vida na internet, sendo crime de ódio foi o mais observado nesse intervalo de tempo. Com 74,3 mil casos registrados, a misoginia ocupa a segunda posição. De acordo com o relatório, os crimes de ódio tiveram um aumento expressivo, passando de 961 denúncias em 2017 para 28,6 mil em 2022, um aumento de aproximadamente 30 vezes.

Os dados também indicam que foram registradas cerca de 45,6 mil denúncias de racismo, 32,6 mil de neonazismo, 28,3 mil de LGBTfobia, cerca de 25,9 denúncias de xenofonia, acompanhadas de 10,2 mil de intolerância religiosa. Em 2024, foram registrados quase 200 crimes por dia na internet, totalizando mais de 68 mil. Entre eles, cerca de 2,7 mil denúncias de violência contra a mulher, racismo que corresponde a 2 mil, 3,5 mil de xenofobia, 1,5 mil de LGBTfobia, 1 mil de intolerância religiosa e 4,7 mil de outros crimes. O maior quantitativo de denúncias está relacionado ao abuso e exploração sexual infantil, que corresponde a 53 mil.

De acordo com o Observatório Nacional dos Direitos Humanos (2024)<sup>9</sup>, houve um total de 293,2 mil denúncias de crimes de ódio, em que os principais motivadores foram por questões de preconceito ou não aceitação de grupos ou indivíduos devido seu gênero, orientação sexual, etnia, nacionalidade ou religião. Esses crimes de ódio se manifestam no ecossistema virtual de diversas formas, como injúrias, ameaças, difamações, ofensas, incitação à violência, xingamentos, piadas depreciativas, imagens e vídeos humilhantes, dentre outros conteúdos.

Entre 2017 a 2022 ocorreram dois períodos eleitorais, durante os quais houve um aumento expressivo do discurso de ódio. Conforme aponta Cunha (2023), o discurso de ódio é utilizado frequentemente como uma ferramenta política para promover audiência e impulsionar o engajamento, com o objetivo de obter mais votos.

---

<sup>8</sup> Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/mdhc-entrega-relatorio-com-propostas-para-enfrentar-o-discurso-de-odio-e-o-extremismo-no-brasil/RelatrioGTdioeExtremismosDigital\\_30.06.23.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/mdhc-entrega-relatorio-com-propostas-para-enfrentar-o-discurso-de-odio-e-o-extremismo-no-brasil/RelatrioGTdioeExtremismosDigital_30.06.23.pdf). Acesso em: 23 fev. 2025.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://observadh.mdh.gov.br/>. Acesso em: 23 fev.2025

Nas eleições de 2022, as mulheres foram os principais alvos, sendo constatado o crime de maior aumento, que passaram de 8 mil em 2021 para 28 mil em 2022. Paralelamente, enquanto o discurso de ódio crescia no ambiente virtual, as taxas de feminicídio também aumentavam. Em 2022, registrou-se o segundo maior número de casos desde a sanção da Lei do Feminicídio em 2015.

De acordo com os dados divulgados pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp)<sup>10</sup>, em 2017 houve 960 casos registrados de feminicídio e em 2022, 1.443, um aumento de 33,47%. No ano de 2024, o painel aponta 1.450 casos, o maior índice registrado desde 2015. Esse cenário evidencia que a violência contra as mulheres segue em crescimento tanto no âmbito físico quanto no virtual. No livro *Elas vivem: um caminho de luta* (2025),<sup>11</sup> Luz, Ferreira e Barbosa discutem a relação entre o discurso de ódio e o feminicídio, transfeminicídio e homicídio ao falar sobre o crescimento das taxas no estado do Piauí.

O aumento dos discursos de ódio e da circulação de armas, a banalização da violência, a misoginia, a objetificação e o sentimento de posse sobre as vidas das mulheres têm agravado o cenário de violência, desencadeando, em sua maioria, o feminicídio íntimo (Luz; Ferreira; Barbosa, 2025, p. 17).

O ambiente físico e o digital possuem suas singularidades, mas as problemáticas sociais refletem nos dois âmbitos. As mulheres seguem sendo alvos de crimes de ódio, manifestados por meio de discursos que resultam em violência psicológica, assédio, abuso online e, em casos extremos, como agressões físicas sistemáticas, colocando em risco suas vidas. Não apenas as mulheres são os alvos, mas pessoas negras, LBGTQIA+, imigrantes, indígenas e outros grupos marginalizados enfrentam essa realidade na sociedade contemporânea.

Destacamos, que além de serem mulheres, os principais alvos de discursos de ódio nas redes sociais digitais também são marcados por sua cor. As mulheres negras são os principais alvos. Trindade (2022), já havia mapeado nos seus estudos que as mulheres negras são as que mais sofrem com os discursos de ódio nas redes sociais, sendo jovens mulheres que possuem 18 até 35 anos, os alvos mais frequentes de ataques racistas.

Recentemente, no dia 18 de março de 2025, a apresentadora do telejornal vespertino da TV Brasil, a jornalista negra Luciana Barreto sofreu com diversos ataques racistas nas redes sociais digitais, como por exemplo no *TikTok*, por comentar uma fala racista do presidente da

---

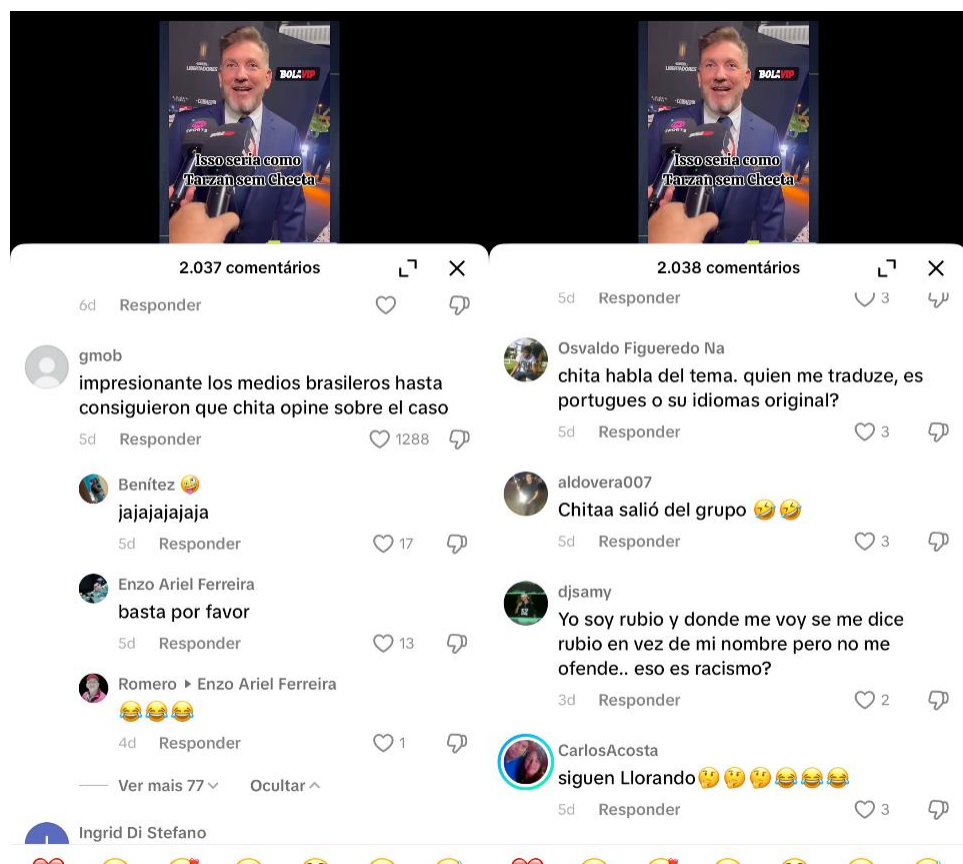
<sup>10</sup> Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZWUwOWJhYmYtZjAzNi00ZmRkLWJlZmMtODQ3NjdlZmZjNTZlIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9...> Acessado em: 20 fev.2025

<sup>11</sup> Disponível em: [https://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2025/03/elas-vivem\\_um-caminho-de-luta\\_fev25\\_WEB-1.pdf](https://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2025/03/elas-vivem_um-caminho-de-luta_fev25_WEB-1.pdf). Acessado em: 20 fev.2025

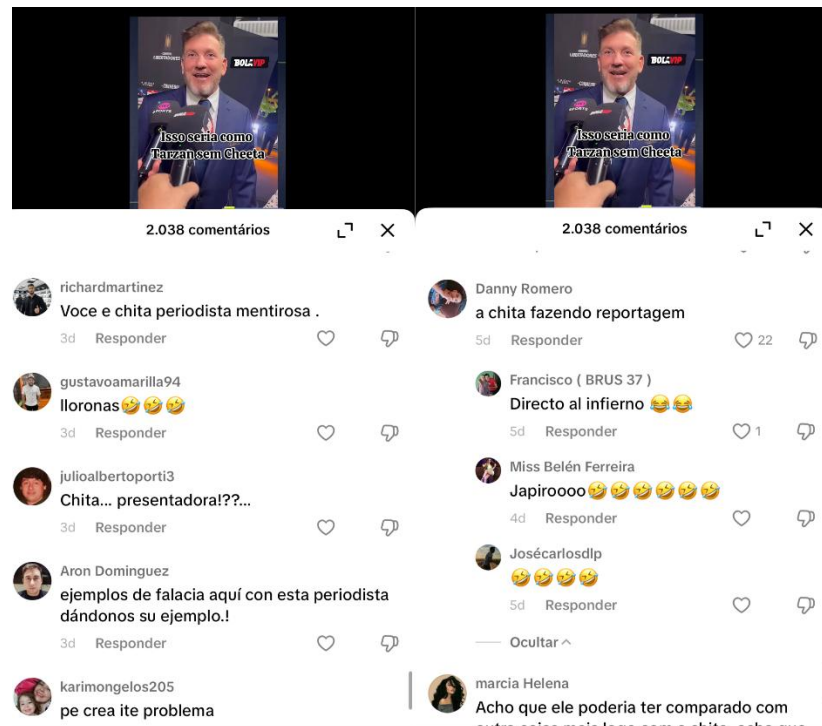
Conmebol. Na ocasião, Alejandro Domínguez, ao ser questionado sobre a saída dos clubes brasileiros da Copa Libertadores por conta de ataques racistas contra jogadores. O presidente afirmou que a Libertadores sem brasileiros é como “Tarzan sem Chita”, fazendo um comparativo ao desenho animado em que Chita é um chimpanzé. Luciana, que é mestre em relações étnico-raciais, repudiou a fala de Alejandro, porém sofreu com discursos racistas e misóginos por parte de brasileiros como também de estrangeiros.

Figura 1- Prints dos comentários racistas de estrangeiros contra a jornalista Luciana Barreto no vídeo de divulgação da reportagem da apresentadora



Fonte: O autor, perfil da TV Brasil no *Tiktok*, 2025

Figura 2- Prints dos comentários racistas de brasileiros contra a jornalista Luciana Barreto no vídeo de divulgação da reportagem da apresentadora



Fonte: O autor, perfil da TV Brasil no *Tiktok*, 2025

Os comentários de cunho racista e misógino são exemplos claros de racismo cotidiano, Kilomba (2019, p.78) aponta que nesses casos “a pessoa negra é usada como tela para projeções do que a sociedade branca tornou tabu”, ou seja, o ser negro remete aquilo que o sujeito branco quer se distanciar. Nessa perspectiva, a autora também destaca que uma das formas que a pessoa negra é vista é através de lentes da “animalização”, ou seja, ao ser negro é atribuída características animais, primata que foge do aspecto do humano, fato que notamos com os comentários feitos sobre Luciana. Para além disso, o tom de piada que é presente em inúmeros casos de racismo, tem como objetivo acionar o prazer por meio da dor do outro. por meio da dor do outro, no caso da mulher ou homem negro. Kilomba (2019) reflete que o racismo velado por trás de piadas promove um distanciamento da branquitude, fortalecendo ainda mais seu local de superioridade em relação as pessoas negras.

Quando há disseminação da desinformação, há maior probabilidade de acionamento do discurso de ódio, reiterando como ocorreu com as jornalistas negras Bianca Santana, Maju Coutinho e Gabi Coelho, as três profissionais foram vítimas de narrativas desinformativas. Bianca sofreu com a repercussão de ser acusada de disseminar informações falsas por parte do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Maju teve sua imagem retirada do contexto original devido ao seu posicionamento sobre a pandemia de covid-19. Já Gabi sofreu com os

desdobramentos da desinformação, ao ser acusada de não verificar uma informação corretamente sobre a eficácia da vacina Coronavac, por um usuário do Twitter, que discordava da eficácia da vacina Coronavac e tentou desqualificá-la para legitimar seu posicionamento negacionista.

Além da desinformação, o discurso de ódio também pode ser acionado diante de temas específicos geralmente relacionados à polarização política. Um exemplo, é o caso da jornalista negra Basília Rodrigues, da CNN Brasil, que, em 14 de março de 2023, entrevistou os deputados federais Fernanda Melchionna (PSOL-RS) e Nikolas Ferreira (PL-MG) sobre a possibilidade de suspensão de mandato diante de discurso transfóbico. O tema foi levantado pois no dia 8 de março de 2023, o deputado Nikolas Ferreira, fez uso de uma peruca e ironizou pessoas trans em discurso realizado na tribuna da Câmara dos Deputados.

A ação do deputado foi repudiada por parlamentares de esquerda e parte da população que não se sente presentada pelo discurso de Nikolas, mas também recebeu apoio de políticos e cidadãos que se identificam com os valores da extrema-direita o qual o deputado carrega. O vídeo da entrevista, publicada no canal do *Youtube* da CNN Brasil alcançou 1.999.569 visualizações, 50.019 comentários e 50.000 curtidas. Entre os 41.643 comentários analisados, constatou-se que a publicação do vídeo se tornou um espaço para diversos ataques e discursos de ódio feitos por usuários que possuem o mesmo posicionamento de Nikolas. Basília teve sua credibilidade atacada como jornalista, como mulher e como uma mulher negra.

Esses ataques não ocorrem apenas no ambiente virtual. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024<sup>12</sup>, em 2022, 61,1% das vítimas de feminicídio eram mulheres negras, enquanto 38,4% eram brancas. Essa diferença se acentuou ainda mais em 2023, com 63,6% das vítimas de feminicídio sendo mulheres negras e 35,8%, as mulheres brancas. De acordo com o Atlas da Violência de 2024<sup>13</sup>, durante o intervalo de 10 anos entre 2012 a 2022, o número de homicídio de mulheres negras superou o de mulheres brancas. Mesmo com a redução de homicídios, em 2022, o percentual de mulheres negras representa 4,2 assassinatos de mulheres negras para cada grupo de 100 mil habitantes, contra 2,5 assassinatos de mulheres brancas.

Segundo o último censo do IBGE em 2022, quase metade da população brasileira se identifica como preta ou parda, e esse percentual também se reflete entre as mulheres. No

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2025.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 12 fev. 2025.

entanto, não podemos apontar que o fator de disparidade entre as taxas de violência que chegam ao extremo, ao aniquilar a vida da vítima, entre as mulheres brancas e negras se justifica por esse fator. As questões interseccionais que perpassam gênero e raça, além do racismo estrutural e institucional, são alguns dos pontos que nos levam a reflexão do porquê há uma diferença tão acentuada nos casos de violência das mulheres negras e brancas.

Ressaltamos que a subalternidade a qual as mulheres negras são submetidas remete ao período colonial, refletidas até nos dias atuais. No próximo capítulo, refletiremos sobre a formação da identidade da mulher negra para compreender os aspectos que levam as mulheres negras serem as principais vítimas dos ataques e crimes de ódio.

#### **4. MULHERES NEGRAS: OS PRINCIPAIS ALVOS DO DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS**

Ofensas, ataques machistas, misóginos e racistas fazem parte do cotidiano de inúmeras mulheres negras que utilizam as redes sociais para expressar suas opiniões, conquistas e sonhos. Diariamente, elas são alvos de discursos carregados de ódio, preconceito e discriminação, tanto no ambiente físico quanto no virtual.

A violência contra a mulher negra, fenômeno citado neste trabalho, ocorre no Brasil desde o período colonial, entre os XVI e XIX. Ao longo dos anos, as transformações sociais não impediram a perpetuação da violência contra a mulher. Um dos principais fatores responsáveis pela constância nesses ataques direcionados a esse grupo marginalizado é a estrutura patriarcal presente na sociedade desde o colonialismo.

Com o advento da internet e das redes sociais como instrumentos de interação, a violência também encontrou terreno fértil para se instalar. As mulheres negras tornaram-se os principais alvos de discursos de ódio no ecossistema digital. Nesse contexto, ainda são utilizados instrumentos que potencializam a disseminação de estereótipos e discursos de ódio, como a desinformação, frequentemente propagada com o objetivo de descredibilizá-las, por meio de preconceitos, ataques violentos, assédios, entre outros.

Neste capítulo, analisaremos como a identidade da mulher negra foi construída, refletindo sobre os espaços que ocupavam no período colonial e como são vistas na contemporaneidade como sujeita. Além disso, discutiremos o modo utilizado para o desvelamento dos ataques sofridos pelas jornalistas Bianca Santana, Maju Coutinho e Gabi Coelho.

##### **4.1 Violência e colonialidade: a formação da identidade da mulher negra na época colonial e na contemporaneidade**

A formação da identidade da mulher negra está relacionada a aspectos históricos e políticos que retomam o colonialismo. Desde o início do tráfico negreiro, por volta de 1550, a população negra foi trazida para trabalhar nas colônias portuguesas, no entanto já havia escravos exercendo sua força de trabalho nas plantações de cana de açúcar. Gonzalez (2020) destaca que W. E. B. Du Bois apontou que, no século XVI, a população negra já superava o total de brancos em Lisboa. Logo, surgiram os casamentos interraciais, porém a prática era mais comum no Sul entre as classes baixas, ou seja, a elite branca permanecia branca.

Para compreendermos o papel da mulher negra no período da escravidão iremos acionar Freitas (1982), que categorizou as escravizadas em dois grupos: as trabalhadoras do eito e as

mucamas. Enquanto trabalhadora, tinha sua força de trabalho comparada à dos homens, com uma jornada árdua e compulsória. Já as mucamas trabalhavam na casa-grande, desempenhando tarefas domésticas como lavar, cozinhar, costurar, cuidar e amamentar as crianças das senhoras brancas. Além disso, muitas eram vítimas de abusos sexuais dos senhores brancos<sup>14</sup>.

Nessa perspectiva, Lélia Gonzalez (2020) traz a reflexão de June E. Hahner (1978) ao destacar que as mucamas, escravas destinadas a exercer atividades domésticas e frequentemente abusadas sexualmente, contribuíram diretamente para que as mulheres brancas levassem uma vida fácil, sem preocupações com as atividades de casa, como lavar o chão, cozinhar, passar, até mesmo os filhos eram cuidados pelas escravas. Assim, consolidou-se a figura da "mãe-preta", aquela que não apenas cuidava das crianças brancas, mas também se submetia às vontades dos senhores e senhoras (Gonzalez, 2020).

Destacamos que o lugar de inferioridade que a mulher negra ocupava no período colonial não é somente um traço da sociedade brasileira, uma vez que essa prática acontecia em outras partes do mundo como Estados Unidos, África, Caribe, América do Sul e em tantos outros onde habitavam mulheres pretas. Nesse sentido, Carneiro (2019, p.156) destaca que para as mulheres negras era designada a função de trabalhar como "burro de carga" e a mulher branca para casar. Além do trabalho, a mulher negra servia para "fornicar", ou seja, eram reduzidas as suas funções.

Angela Davis (2016), no livro *Mulheres, Raça e Classe*, ressalta que a importância do trabalho na vida das mulheres negras atualmente é um reflexo dos padrões que foram impostos a elas nos primeiros anos de escravidão. Elas eram vistas como força de trabalho, sendo reduzidas ao quanto poderiam produzir e beneficiar os senhores brancos. A autora destaca que, apesar da exploração que sofriam, o que era levado em consideração era sua força de trabalho.

Além do trabalho para seus senhores, as mulheres negras prestavam assistência aos próprios filhos e aos companheiros após um dia de trabalho nas plantações e engenhos, que retornavam à senzala praticamente desfalecidos de fome e cansaço. A mulher negra era vista como a prestadora de bens e serviços, caracterizadas como "o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas" (Gonzalez, 2020, p.8).

Hahner (1978) argumenta que, para a mulher negra, o amor era sinônimo de pesadelo. Uma vez que ela deveria oferecer seu amor e cuidado para o outro, porém o que recebia era mais trabalho para beneficiar terceiros. Além da carga de trabalho, as escravas sofriam em todos os aspectos da vida como mulher, trabalhadora, esposa, mãe, amiga, filha, em todas as

---

<sup>14</sup> Os senhores brancos eram os proprietários dos escravizados. Donos dos engenhos, que detinham a propriedade da mão de obra escrava.

instâncias ela estava a postos a dar sua contribuição em benefício do outro. Era aquela que estava servindo os senhores com sua força de trabalho ou ainda com o corpo, além de exercer seu papel de cuidadora da família e também de outros escravos. Para Davis (2016), a dedicação em prol da sua comunidade era um pilar importante para a manutenção da vida com seus pares.

Esse cenário de subjugação das mulheres negras está relacionado as estruturas de poder e conseqüentemente como se constituem como sujeitos. Para Foucault (2009) quando o sujeito humano é exposto as relações de produção e de significação, ele é envolvido por relações complexas de poder, que podem ser percebidas ao lançarmos o olhar para o caso das mulheres negras no período colonial, que como notamos enfrentavam jornadas exaustivas de trabalho, além de sofrerem constantemente com atos violentos pelos senhores brancos.

Silva e Júnior (2016) reforçam que o sujeito para Foucault está relacionado ao entrecruzamento de relações de poder. É compreendido por ele como um conjunto de forças resultantes das reações que constroem os espaços sociais, pois o poder ocorre somente pelas relações que atravessam as camadas sociais. O conceito de biopoder, determinado por Foucault (2012), relaciona-se as questões raciais, uma vez que é um mecânico de poder que tem a finalidade de criar em uma população um modo de vida para ser produzido corpos economicamente ativos e politicamente passíveis. Carneiro (2005, p.78) observa que o biopoder “é essencial para manter a ideia de relações de soberania entre as nações racialmente inferiorizadas”. Além disso, é um dos pilares do capitalismo, uma vez que é sustentado pelo controle dos corpos e um ajuste do processo ligados a população no que tange os fatores econômicos.

Para além das questões relacionadas ao poder, Carneiro (2019) destaca que esse cenário de subjugação, violência e subjugação está diretamente relacionado as questões de gênero e raça na cultura patriarcal colonial brasileira. A dominação masculina é uma das características centrais do patriarcado. Para Saffioti (1987), além do sistema de domínio, o patriarcado é construído pela “ideologia machista” e um “sistema de exploração”, em que o principal beneficiado é o homem branco, rico e adulto. Para Aguiar (2000), o patriarcado pode ser compreendido como um sistema de poder análogo a escravidão, diante do contexto de opressão do homem.

bell hooks (2020) amplia essa visão, apontando que o patriarcado vai além da ideologia machista apontado por Saffioti. De acordo com a intelectual feminista, é um sistema complexo sustentado por opressões que afetam todos os gêneros, para além da dominação do homem sobre a mulher. hooks (2020) também destaca que o patriarcado é um sistema político-social caracterizado pela ideia de dominação do homem sobre tudo e todos, especialmente os

classificados como frágeis e inferiores. As mulheres ocupam esse espaço de vulnerabilidade no seio social propiciando a ideia de direito de dominação exercido por meio de diversas formas de violências. As mulheres negras foram e seguem sendo as principais vítimas do patriarcado. Não por ocuparem um local de fragilidade, mas por serem consideradas como inferiores.

O patriarcado é responsável por ditar diversos comportamentos sociais para enquadrar ações em determinados papéis ditados pelas questões de gênero. Para exemplificar, tomamos o exemplo o que acontece em famílias sustentadas por valores patriarcais. Aos homens é designado o cuidado como sustento da casa, e a mulher para lavar, passar, cozinhar, educar e acolher os filhos e o marido, seguindo as ordens determinadas pelo homem. A ele cabe expressar sua raiva, muitas vezes seguida de violência, sendo um dos mecanismos para demonstrar sua dominação familiar. A mulher mantém a estabilidade da casa, ser frágil, oferecer os cuidados sem receber o mesmo em troca, assumindo um papel de servidão.

hooks (2020) relembra um acontecimento de sua infância, quando, ela gostava de brincar de bolinhas de gude com seu irmão, porém seu pai não aprovava. Certo dia, o irmão conseguiu a aprovação para brincar com as bolinhas, no entanto, com a recomendação de que ela não poderia brincar. Ao saber disso, hooks atirou as bolinhas contra seu irmão, e o pai tirou um pedaço da porta da tela da casa e começou a bater em sua filha gritando: “você é apenas uma garotinha. Quando eu digo para você fazer alguma coisa, você deve fazer o que eu disser”, hooks logo ficou sozinha e foi consolada pela mãe com o discurso de que tinha avisado que uma garota não pode fazer o que os garotos fazem. O papel da mãe de hooks era legitimar a ação do pai, e conseqüentemente o do patriarcado.

É comum que quando nos referirmos ao patriarcado, a maioria das pessoas pensem que essa é uma problemática diretamente ligada aos homens, como se a fórmula mágica para o seu fim seria uma possível extinção dos homens. No entanto, hooks (2020) chama atenção que as mulheres também legitimam pensamentos patriarcais, como no exemplo da sua própria mãe. Notamos que esse é um fenômeno complexo que envolve toda a sociedade na manutenção do patriarcado, que pode correr conscientemente ou inconscientemente.

O pensamento patriarcal molda os valores da nossa cultura. Somos socializados neste sistema, tanto mulheres quanto homens. Muitos de nós adquirimos atitudes patriarcais em nossa família de origem, hábitos que geralmente são ensinados por nossas mães. E essas atitudes patriarcais são reforçadas em escolas e instituições religiosas (Hooks, 2020, p. 24).

Além dos aspectos que emergem a submissão, o patriarcado se relaciona com a violência, sendo caracterizada por Chauí (2005) como um ato de transformações de desigualdades, que possui o intuito de oprimir, explorar e dominar. Segundo hooks (2020), a

violência tem o papel de impulsionar a ideologia do patriarcado e sua aceitação. No que tange as mulheres negras, durante o período colonial, elas foram expostas a trabalhos exaustivos e sofriam constantemente com a violação de seus corpos.

Na contemporaneidade, após 136 anos do fim do período escravista, essa prática segue sendo observada. Os ataques violentos contra as mulheres negras seguem em constante aumento: agressões, feminicídios, abusos, violência psicológica, estupro, discursos de ódio, fazem parte da realidade das mulheres negras. Rodrigues (2018) aponta que os costumes dos povos colonizadores influenciaram os valores conservadores da sociedade brasileira. Assim, surgia as diversas formas de violências naturalizadas, responsável também contribuir com a ideia de subalternidade das mulheres negras (Galvão, 2021).

Mesmo diante das opressões sofridas pelas mulheres negras no período colonial, algumas delas desafiavam as lógicas do patriarcado, por meio de atos de resistência. Sob ameaças de castigos, elas resistiam aos abusos sexuais, participavam de rebeliões, sabotagens, fugas e defendiam sua família. As mulheres negras participavam ativamente dessas ações, assim como os homens negros. No Brasil, Luísa Mahin, uma mulher negra participou ativamente da Revolta dos Malês<sup>15</sup>, que ocorreu na cidade de Salvador, em 1835. Além de ter ajudado na organização do levante, participou da luta armada, no entanto, ao tomarem conhecimento de seu envolvimento, os brancos a forçaram a regressar para a África, deixando seu filho Luiz Gama no Brasil. Posteriormente, ele se tornaria uma das figuras mais importantes do movimento negro no país.

Nem todas as mulheres conseguiam resistir ativamente, pois as repressões eram extremamente violentas, em alguns casos, custava até mesmo a vida. No entanto, os atos de resistência também aconteciam por gestos sutis. Davis (2016) chama a atenção para as escravizadas que aprendiam a ler e a escrever escondidas dos senhores. Além disso, repassavam o que aprendiam para outros escravos nas senzalas.

Na contemporaneidade, uma das principais formas de resistência das mulheres negras é ocupar espaços embranquecidos por homens e mulheres, nos mais diversos campos sociais, como na academia, na política, na economia, no ambiente virtual. Trata-se de uma luta constante para serem respeitadas com dignidade no seio social.

---

<sup>15</sup> Revolta dos Malês: Movimento que aconteceu em Salvador em 1835, ganhando esse nome, pois os negros muçulmanos que o organizaram eram chamados desse modo, uma vez que a expressão malê surge de imalê que no iorubá quer dizer muçulmano. A revolta que mobilizou 600 homens, estava marcada para ocorrer nas primeiras horas do dia 25 de janeiro, porém foi denunciada que gerando conflitos (REIS, 2014).

É importante destacar que as mulheres negras não carregam o estigma da fragilidade mesmo que sejam submetidas constantemente a todo tipo de violência. A filósofa Djamila Ribeiro (2015) aponta que as mulheres negras têm os seus corpos desumanizados historicamente, ultrassexualizados, visto como objeto sexual. Esses estereótipos, sustentados pelas estruturas patriarcais, resultam na cultura da violência contra as mulheres negras, sendo vistas como pessoas não dignas de respeito, no qual se ressalta apenas o lado sexual.

Diante desse contexto, acionamos os conceitos formulados por Foucault sobre a constituição do indivíduo que se utiliza de mecanismos de objetivação e de subjetivação que levariam a constituição do indivíduo. Desse modo, a objetivação está relacionada aos “processos disciplinares” que condicionam o homem a ser dócil politicamente e útil economicamente. Já no que tange a subjetivação, são processos em que a sociedade faz do homem um sujeito preso a uma identidade que é atribuída como sua.

A objetivação está ligada a mulher negra desde o período da escravidão, em que as mesmas eram submetidas a árduas jornadas de trabalho, além de serem vítimas de constantes abusos psicológicos e sexuais. A teórica Grada Kilomba em seu livro “Memórias da Plantação e episódios de racismo cotidiano”, traz o exemplo da escrava Anastácia utilizando uma máscara de tortura, em que uma esfera de metal era introduzida em sua boca e amarrada por sua cabeça e face. Não apenas ela, mas os demais escravos eram obrigados a utilizá-las como um dispositivo de tortura e silenciamento, ou seja, era usado com o intuito de colocar as mulheres negras em um local de subalternidade.

Segundo Mansano (2009), com base em Deleuze (2001), o sujeito não é algo constatado, mas se constrói a partir da experiência e dos acontecimentos que são expostos. No caso das mulheres negras, sua posição na hierarquia social permaneceu na base desde o período da escravidão até os dias atuais. Ao chegarem no Brasil e em outros lugares do mundo, as violências se intensificavam, uma vez que a exploração colonial além de explorar a mão de obra das mulheres negras, as submetiam a maus-tratos e a diversos tipos de violências.

Silva (2018) ressalta que, as mulheres negras ao chegarem aos seus destinos no Novo Mundo, perdiam o senso de pertencimento ao seu grupo de origem, modificando o modo como eram vistas como sujeitos. Contudo, buscavam manter relações com seus pares, as escravas e escravos se uniam como forma de sobrevivência. Essas relações, no entanto, eram instáveis pois eram submetidas as práticas os senhores brancos.

No período colonial, a mulher negra era reduzida apenas a sua força de trabalho, Davis (2016) afirma que durante o processo de escravidão, o negro era uma propriedade dos brancos. Assim, as mulheres negras não eram vistas como mulheres, mas como escravas à disposição de

seus senhores em período integral – e, em certos momentos, poderiam ser esposas, mães e donas de casa. Nessa perspectiva, a filósofa Djamila Ribeiro (2019) esclarece que há um olhar colonizador sobre os corpos de mulheres negras, uma vez que a mulher não é pensada a partir de si, mas a partir do homem. É vista como sendo aquela que não é homem.

Nessa perspectiva, Kilomba (2019) aponta que a mulher negra é o Outro do Outro, em diversos discursos a realidade das mulheres negras é deturpada. Podemos compreender com mais clareza a definição de Kilomba, diante do fato de que em um debate sobre racismo no qual se refere ao sujeito homem negro e em um discurso sobre gênero, no qual o sujeito é a mulher branca. Diante disso, Mirza (1997) apontada por Kilomba (2019), as mulheres negras estão em um espaço vazio, que se sobrepõe às margens da raça e do gênero, chamado “terceiro espaço”, que inviabiliza a identificação do sujeito mulher negra.

Os traços do período colonial sustentados pela cultura patriarcal colocam o sujeito “mulher negra” preso em uma identidade construída por processos de subjetivação que estão ligados as estruturas de poder. Kilomba (2019), destaca que mostrar a realidade das mulheres negras que sofrem com o racismo diário de acordo com suas próprias subjetividades e percepções torna a mulher negra sujeito de si própria. Para além de mostrar, a vivência com outras mulheres negras também auxilia no reconhecimento do que é ser um sujeito mulher negra. O reconhecimento entre os pares ressignifica a percepção do Outro.

Com a urbanização, o crescimento do comércio, industrialização e o fim da escravidão, além das demais transformações ocasionadas pela sociedade moderna, houve também mudanças nas dinâmicas patriarcais. No entanto, de acordo com Rodrigues (2018), não ocorreu a superação das suas estruturas, mas sim a reconfiguração diante da diminuição de seu poder na esfera privada.

Na contemporaneidade, com a ascensão da sociedade midiaticizada, a dominação masculina, base da estrutura patriarcal desde o colonialismo, segue subjogando a vida de mulheres negras, que diariamente sofrem com ataques de ódio nas redes sociais digitais, além de serem as principais vítimas de violência física contra mulheres. Desse modo, diversas mulheres sofrem com os desdobramentos da violência sistemática — seja ela física ou psicológica — simplesmente por serem mulheres e, geralmente, suportam as agressões em silêncio. Essa problemática afeta a sociedade de modo geral, sustentando o poder de dominação do patriarcado, uma vez que as mortes violentas femininas são marcadas, frequentemente, pela desigualdade de gênero (Prado, 2017).

A violência contra as mulheres negras frequentemente envolve a violação de sua identidade, a naturalização da violência, que retoma os aspectos vistos no período colonial, é

utilizada como mecanismo para legitimar o local de submissão que as mulheres negras ocupam na sociedade. De acordo com a filósofa Djamila Ribeiro (2015), as mulheres negras têm os seus corpos desumanizados historicamente, hipersexualizados e visto como objeto sexual.

Com a ascensão da sociedade midiaticizada, esses estereótipos, sustentados pelas estruturas patriarcais, contribuem para a manutenção da cultura da violência contra as mulheres negras no ambiente das redes sociais digitais, uma vez que são vistas como seres não dignos de respeito desde o período colonial. Desse modo, as mulheres negras são vistas no período contemporâneo ainda com olhares do período colonial.

Para compreender a formação do sujeito mulher negra na contemporaneidade, é necessário retomar ao fato de que elas foram oprimidas e violentadas, sendo colocadas em um local de margem durante a escravidão, que encerrou em 1888 de maneira formal. Porém, ainda hoje, em 2025, é percebida a naturalização dessa prática no seio social. Notamos que a subjugação das mulheres negras é realizada na contemporaneidade, tanto no ambiente físico como também no ecossistema virtual, por meio das redes sociais digitais que são vetores de produção e propagação de desinformação, misoginia, racismo, xenofobia e homofobia. Os usuários dessas plataformas se utilizam de discursos que legitimam o lugar de inferioridade das mulheres negras na sociedade, na medida em que as principais vítimas de discursos de ódio nas redes sociais digitais são mulheres negras.

Diante desse cenário, o sujeito mulher negra se constitui na contemporaneidade na diante de como branquitude as enquadravam como sujeitos de tal modo que ocupavam um terceiro espaço, o Outro do Outro como aponta Kilomba (2019), tornando o grau de reciprocidade mais distante dos homens e mulheres brancas. Para Collins (2016), o “Outro” está relacionado a algo ou ser diferente do que é definido pelo homem branco, que se definem como sujeitos determinando o espaço das pessoas negras e das mulheres de acordo com o seu referencial, o de homem branco.

Na sociedade contemporânea ocorre o processo de midiaticização por meio da dependência da mídia e suas lógicas por parte do seio social, sendo caracterizada pela “dualidade em que os meios de comunicação passaram a estar integrados às operações de outras instituições sociais” (Hjarvard, 2012, p.64). Esse cenário resulta na modificação das interações sociais, em que atores e instituições passam a interagir por meio dos meios de comunicação utilizando ecossistema digital, instalando novas formas de opressão e resistência.

Diante desse cenário, destacamos que o racismo é apontado como um reflexo do período colonial. Para Carneiro (p.49, 2003) os estigmas da escravidão no que tange as mulheres negras, ainda permanecem vivos no imaginário social, de modo que “adquire novos contornos e funções

em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça”. Ou seja, as mulheres negras ainda sofrem com os estereótipos atrelados a seus corpos, porém, na contemporaneidade são incorporados em uma dinâmica diferente, mas que são sustentados na promoção da exclusão e na subalternização das mulheres negras como indica bell hooks (2019).

Em consonância ao pensamento de hooks, a autora Grada Kilomba (2019) expõe que os corpos negros não remetem apenas a “inferioridade”, mas também a aspectos que apontam para “estar fora do lugar”. Desse modo, o racismo coloca os corpos negros em lugar de submissão, construídos por uma imagem de impróprios, como corpos que estão “fora do lugar” e, assim, não pertencem a ele. Kilomba (2019) aponta também que as pessoas negras são excluídas das principais estruturas políticas e sociais, fenômeno que ela denomina racismo estrutural.

No entanto, as desigualdades também são percebidas nas dinâmicas de participação na sociedade como o direito a educação, a saúde, políticas públicas, condições de trabalho, em que claramente as pessoas brancas possuem mais vantagens. A autora destaca que esses casos são característicos do racismo institucional. Há, também o racismo cotidiano que engloba discursos preconceituosos, imagens, gestos e olhares que colocam o sujeito negro em um local de Outridade em relação ao branco.

As práticas do racismo relacionadas as mulheres negras frequentemente são observadas no ecossistema das redes sociais digitais. A violência contra as mulheres negras nas redes sociais perpassa pelo conceito de midiaticização, uma vez que há a virtualização de modos de violência contra as mulheres negras, sendo essa uma consequência da onipresença da mídia (Hjarvard, 2012). No entanto, essa prática reflete nas redes sociais digitais, por fazer parte das dinâmicas sociais fora do ambiente virtual. Um dos principais pontos é compreender que o processo de subjugação da população negra, bem como a submissão das mulheres negras, foi um projeto compactuado pela branquitude que até nos dias atuais é possível notar a manutenção do interesse em deixar as mulheres negras ocupando a margem.

Os ataques sofridos no espaço virtual apontam para as questões refletidas por Kilomba (2019), uma vez que a violência é utilizada para legitimar o lugar de subalternidade das mulheres negras. Pelo desvelamento desse fenômeno constatamos que é um mecanismo do racismo, no qual determina que as mulheres negras não pertencem ao ambiente virtual. Por ocuparem um lugar de margem, a presença dessas usuárias nas redes sociais digitais causa incômodo, uma vez que o ambiente virtual também é marcado pela presença do patriarcado que ao se fundir ao racismo, e também a desordem informacional, marcada pela desinformação, as

narrativas adversariais e o discurso de ódio, são extremamente nocivo a dignidade das mulheres negras.

Assim, as violências contra as mulheres negras ganham força no ambiente virtual, sendo um terreno fértil para se propagar. Além disso, passa a ser utilizada como mais um espaço para lembra-las do seu lugar de submissão na sociedade. Pelo ambiente virtual não é possível deixar marcas físicas, então os ataques passam a ser pelo uso das palavras, ou seja, o discurso. A escritora Grada Kilomba (2019) aponta que cada palavra utilizada tem a potencialidade de determinar o lugar de uma identidade, desse modo, podem legitimar relações de poder e de violência.

Nesse contexto, o discurso de ódio possui o objetivo de desestabilizar suas vítimas (Trindade, 2022). Assim, se utilizam de discursos carregados de preconceitos de cunho misógino, racial, xenofóbicos, homofóbicos, entre outros, contra pessoas ou grupos marginalizados. Não podemos deixar de reiterar que um importante vetor de propagação de discursos de ódio é propagação de informações falsas. Rêgo (2022) reflete que o discurso de ódio não se separa da desinformação sendo atravessado também pela misoginia, machismo e ao racismo estrutural, notadas em diversas peças comunicacionais com a finalidade de atingir as mulheres, principalmente, negras, pessoas LGBTQIA+ e demais grupos marginalizados.

Diante do papel determinado para a mulher negra desde o período colonial, o seu lugar como sujeito foi determinado pelo homem branco, sendo caracterizado como um objeto, seja para ser usado como força de trabalho ou para atender as necessidades do homem, da mulher e de seus filhos. A branquitude, no período colonial ditou um não lugar para as mulheres negras. Após as diversas mudanças sociais, o fim da escravidão, a criminalização do racismo, as políticas públicas para as pessoas negras terem acesso à educação e oportunidades de empregos, ainda sim as mulheres negras sofrem com os resquícios da colonialidade, na medida que ao conseguirem ocupar esses espaços são atacadas por serem mulheres e por serem negras.

As jornalistas negras Bianca Santana, Maju Coutinho e Gabi Coelho, sofreram em suas peles negras, ataques violentos por exercerem sua profissão e ocuparem um local de privilégio na sociedade, predominantemente ocupados por homens brancos. As três profissionais são símbolos de resistência. No próximo tópico, iremos destacar como desvelaremos os ataques sofridos pelas jornalistas no âmbito das redes sociais digitais.

## **4.2 Gritos que ressoam: desvelando os ataques contra as mulheres negras nas redes sociais digitais**

Ser mulher negra na sociedade contemporânea significa carregar marcas que atravessam gênero, raça, fatores econômicos e culturas, sustentados por estruturas de poder, ou seja, devemos levar em consideração essas questões de maneira interseccional. Diante do ecossistema digital, torna-se necessário acionarmos as temporalidades e as experiências que as mulheres negras vivenciaram desde o período colonial para compreendermos a subalternidade que elas enfrentam ainda nos dias atuais.

Gonzalez (2020) reflete que o discurso de exclusão é perpetuado e reinterpretado a partir dos interesses de quem será beneficiado, ou seja, das pessoas brancas. A autora, baseada em Hasenbalg (1979), aponta dois aspectos importantes da expansão das classes sociais: o primeiro está relacionado a “reprodução dos lugares das classes” e o segundo, “a subordinação”, de tal modo que a raça se relaciona aos aspectos de subordinação, interligadas as relações de produção capitalista e outras formas de produção, enquadradas como dominantes. Hasenbalg (1976) define o racismo como uma “articulação ideológica”, que se faz presente nessa relação de tal modo que determina a posição das pessoas brancas e negras nas relações de produção e distribuição da força de trabalho.

A compreensão do lugar ocupado pela mulher negra diante das relações de produção que perpassam o capitalismo não é difícil de ser entendida, uma vez que, além de existir uma divisão racial e sexual do trabalho, a mulher negra sofre uma tríplice discriminação, enquanto seu gênero, sua raça e sua classe (Gonzalez, 2020). Esses fatores determinam diretamente o local da força de trabalho das escravas.

Nessa perspectiva, Gonzalez (2020) reflete que o desenvolvimento e a modernização dos diversos setores industriais a mulher negra foi perdendo espaço para atuar como operária, uma vez que a profissão foi ganhando outros moldes e exigindo outras habilidades. Apesar do aumento da produção nas indústrias têxtil e alimentos, as mulheres negras encontravam dificuldade para conseguir um espaço, pois a contratação era preferível as mulheres brancas.

Dessa forma, diante dos novos modos de trabalho com oportunidades para as mulheres mesmo em níveis baixos, seja para realizar prestação de serviços em escritórios, bancos, hospitais, atendimento ao público, entre outros. Essas atividades exigiam um certo grau de escolaridade, o que muitas mulheres negras não possuíam (Gonzalez, 2020). Assim, muitas mulheres negras brasileiras tendem a exercer atividades domésticas. Não podemos deixar de observar que esse cenário vivido pelas mulheres negras reflete na contemporaneidade, de acordo a Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (PNAD) realizada em 2023, há cerca de 6,08 milhões de empregados domésticos que incluem os prestadores de serviços como doméstica, babás, cozinheiras, cuidados de idosos, jardineiro, mordomo), sendo 91% mulheres,

majoritariamente negras, com rendimentos médios de um salário mínimo. Além disso, apenas 1/3 possui carteira assinada e direitos trabalhistas garantidos.

Esse cenário reflete uma estrutura de desigualdade na qual as mulheres negras continuam submetidas às heranças da colonialidade. Quem pode arcar com as despesas de ter uma trabalhadora doméstica são as pessoas que ocupam a classe média e aqueles que detêm maior poder aquisitivo fazendo parte da alta sociedade brasileira. As mulheres negras ao exercerem sua força de trabalho em benefício do cuidado com o lar de pessoas majoritariamente brancas e ricas. Como destaca Gonzalez (2020), elas sofrem com os resquícios da colonialidade, vivenciando a subordinação e inferioridade.

De acordo com o Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra), dados de 2025<sup>16</sup> indica que a população negra representa a maior parte da força de trabalho no Brasil, entretanto, a renda dela corresponde a 58% dos ganhos de pessoas brancas. O relatório pontua também que houve um aumento de mulheres negras em cargos de gerenciais, porém em comparação com o percentual de mulheres brancas no Brasil há um nível de desigualdade considerável. O reflexo da participação da mulher negra na sociedade contemporânea também está relacionado a sua renda. Segundo o Relatório de Transparência Salarial de 2023, as mulheres negras recebem 50,2% da remuneração dos homens brancos, além disso, as mulheres preta e pardas correspondiam apenas 10% dos trabalhadores ativos no país.

Esse cenário nos mostra que há uma desigualdade profunda no acesso das mulheres negras em condições de trabalho, isso impacta diretamente da sua renda e conseqüentemente na qualidade de vida. É notório que elas enfrentam dificuldades para alcançar melhores oportunidades de trabalho, esse é um reflexo da discriminação que surge como consequência do racismo estrutural, institucional e cotidiano. Reiterando a reflexão de Gonzalez (2020), ser uma mulher negra no Brasil é sinônimo de uma tripla discriminação, é constantemente ser alvo dos estereótipos do racismo e sexismo, sofrendo opressão em vários âmbitos.

O acesso à educação é um fator essencial para reduzir essas desigualdades. A implantação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) possibilitou a entrada de mais pessoas negras no ensino superior. Porém, em comparação ao quantitativo de pessoas negras no país, a proporção de negros no ensino superior continua menor. De acordo com a Pesquisa do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais e o Censo Escolar de 2016 e 2019, houve um aumento no quantitativo de mulheres negras no ensino superior passando de 15,2% para 16,9%,

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://cedra.org.br/conjuntos-de-dados/rendimento-medio-mensal-r-do-trabalho-principal-segundo-posicao-da-ocupacao-com-contribuicao-para-previdencia-social-por-sexo-e-raca-cor/#/bolha?cat2=b&cat3=a&excluir=>. Acesso em: 12 fev. 2025.

porém em relação as mulheres brancas o percentual de conclusão é de 29,4%. Conseqüentemente, esse panorama reflete as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras para se inserirem no mercado de trabalho.

Podemos notar essa realidade no ambiente jornalístico, local de trabalho das jornalistas Bianca Santana, Maju Coutinho e Gabi Oliveira, de acordo com o levantamento Perfil Racial da Imprensa Brasileira (2021),<sup>17</sup> realizado com de 1.952 profissionais, revelou que apenas 20,10% dos profissionais são pretos ou pardos, cerca de 77%, se autodeclara branco. O estudo também aponta que 60,2% dos jornalistas negros realizam funções operacionais, longe dos cargos de chefia, enquanto 61,8% do percentual de profissionais brancos ocupam cargos gerenciais.

O Grupo de Estudos Multidisciplinar de Ação Afirmativa (GEMAA) também identificou uma sub-representação de pessoas negras nos três maiores jornais impressos do país, que possuem canais nas redes sociais digitais, que é a Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e o O Globo. Em 2023, apenas 3,4% dos jornalistas eram negros, em contrapartida 84% dos profissionais são brancos, esse número é ainda mais expressivo quando se trata dos textos de opinião, que chega a 90% escritos por homens brancos. Essas publicações ocupam um lugar de destaque nos jornais, preenchendo as primeiras páginas. O levantamento também pontua que a maioria das notícias são publicadas por homens brancos, seguidos por mulheres brancas, depois homens negros e por fim mulheres negras. A maior parte dos profissionais pretos e pardos que participaram da pesquisa possuíam formação em jornalismo.

Esse cenário nos mostra uma desigualdade significativa, em que mais da metade da população brasileira é negra, porém não ocupa o espaço das redações de forma expressiva, e tão pouco fazem parte do grupo da elite de jornalistas que publicam com frequência nas páginas dos jornais. Em relação ao número de publicações nas páginas dos jornais, as mulheres brancas publicam bem mais que as mulheres pardas e pretas.

A disparidade entre os profissionais da instituição jornalística no recorte de raça e gênero é significativa, e aquelas que são mais invisibilizadas são as mulheres negras. Diante desse cenário de desigualdades destacaremos o caso de três jornalistas negras, a Bianca Santana, a Maju Coutinho e a Gabi Coelho. Os casos das três profissionais foram escolhidos diante do fator racial, além disso as três profissionais foram alvos de discursos de ódio acionados pelo fenômeno da desinformação e também ocorreram no recorte temporal da pesquisa que

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/11/pesquisa-perfil-racial-da-imprensa-17-nov-2021.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2025.

corresponde 2018 a 2022, que corresponde ao mandato presidencial de Jair Bolsonaro, período também em que houve um aumento significativo no número de ataques contra jornalistas, segundo o levantamento realizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) em 2022.

Para desvelarmos como a presença da desinformação potencializa o discurso de ódio observamos três casos, o da Bianca, Maju e Gabi. Para isso será adotado o caminho teórico-metodológico da Hermenêutica em Profundidade (HP) de John Thompson (1995, p.335), que consiste na análise do contexto sócio-histórico e nas formas simbólicas dos fenômenos, permitindo sua interpretação e reinterpretação. De acordo com o autor o “objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação” (Thompson, 1995; p.335).

O percurso hermenêutico é caracterizado em três etapas: a análise sócio-histórica utilizada com a finalidade de destacar o contexto sócio-histórico de produção, circulação e também a recepção das formas simbólicas. Thompson (1995) pontua que elas são produzidas e recebidas por pessoas situadas em determinados locais específicos, em seus tempos particulares e singulares. Desse modo, essa etapa é importante para que possamos compreender os contextos dos casos analisados. Além disso, essa etapa nos permite analisar as relações que emergem das narrativas, bem como as que relacionadas ao poder.

Na segunda etapa, dedicada a análise formal ou discursiva, o objetivo é compreender as construções simbólicas, para se observe percepções diferentes diante dos discursos do contexto sócio-histórico que podem ser interpretados e reinterpretados posteriormente. Nesta etapa, Thompson aponta que há diversas maneiras de guiá-la dependendo dos objetos analisados e dos modos de investigação possíveis. Para esta etapa utilizaremos o suporte da Roleta Interseccional, uma vez que nos permite mapear os rastros de opressão de modo interseccional. Assim, analisaremos o teor das narrativas desinformativas e a presença dos discursos de ódio, bem como comentários depreciativos, ataques e xingamentos.

Já na terceira e última etapa dedicada a Interpretação/reinterpretação tem como base a análise formal ou discursiva, porém se difere dela. Thompson (1995, p.375) destaca que “a interpretação se constrói sobre esta análise, como também sobre os resultados da análise sócio-histórica. Mas a interpretação implica um movimento novo de pensamento.” Ou seja, é possível apontar significados, diante de uma explicação interpretativa dos casos analisados, sendo possível também ser reinterpretada.

Como pontuamos é possível articular outros métodos de análise para auxiliar na análise formal ou discursiva. Nesse sentido, será utilizado a proposta metodológica chamada “Roleta

Interseccional”, formulada por Fernanda Carrera (2020) tendo como pilar o conceito de interseccionalidade e a sua importância como ferramenta metodológica, que auxilia os estudos de Comunicação, uma vez por meio da abordagem da Roleta Interseccional é possível observar as matrizes de opressão que se entrecruzam aos corpos e sujeitos para a compreensão dos efeitos comunicacionais.

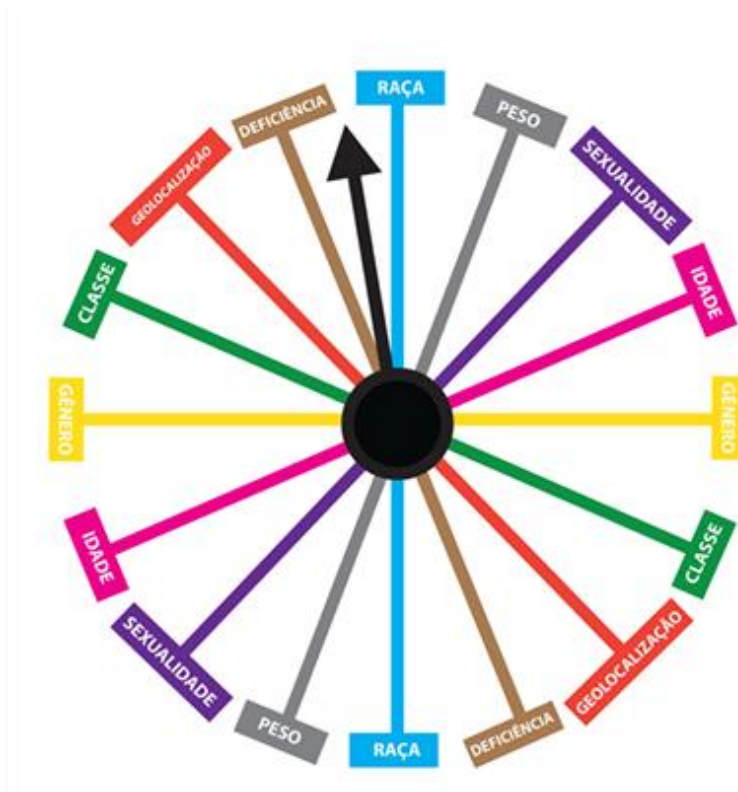
“Roleta interseccional, é uma ferramenta discursivo-operacional que pretende identificar os rastros das interseccionalidade nas diversas expressões e experiências comunicacionais, sem perder de vista, é claro, sua motivação elementar: a reivindicação pela dignidade” (Carrera, 2020).

A análise a ser apresentada no próximo capítulo será dividida de acordo com o caso de cada jornalista. Os conteúdos observados serão as publicações em referência aos casos no *Instagram*, *Facebook*, *X* (antigo *Twitter*), além de notícias e entrevistas que abordaram os casos e tiveram a participação das jornalistas. Assim, inicialmente, será realizada a etapa de contextualização para compreender como é acionado o ódio e como ocorre o desdobramento do fenômeno da desinformação nas redes sociais digitais. Seguindo para a segunda etapa, que corresponde a Análise Formal ou Interpretativa, ocorrerá uma investigação de caráter qualitativa das narrativas em contexto de desinformação relacionadas a jornalistas negras, bem como o teor dos discursos de ódio, e também se orbita entre os casos a presença de narrativas adversariais.

Na segunda etapa, a Roleta Interseccional ajudará na identificação das “marcas, os rastros, das avenidas de opressão que se revelam nas interações cotidianas na comunicação midiática e nas representações discursivas” (Carrera, 2020, p.9.). Inicialmente, é necessário determinar a sobreposição das vozes silenciadas, sendo importante indicar o *locus* de enunciação do pesquisador, uma vez que a proposta visa apontar caminhos para o entendimento das opressões por meio de narrativas racializadas, que determinam o local que ocupa.

Por meio do método, que é baseado a partir da metáfora das cores, é possível articular o cruzamento dos eixos de opressão em cada situação, neste caso direcionado as mulheres negras. De acordo com a autora a roleta é proposta para direcionar perguntas, bem como a análise dos objetos. Para além disso, é utilizada para desvelar injustiças, de tal modo que ao girar a roleta ocorre a primeira etapa da pesquisa, já a segunda parte é determinada pela ligação das hastes iluminadas que atravessam a constituição do sujeito. Nessa fase é necessário fazer questionamentos pertinentes para cada uma das hastes tendo como base 3 fundamentos “a) formação interseccional-discursiva; b) Ethos interseccional; e c) Negociações interseccionais” (Carrera, 2020, p.12).

Figura 3- Roleta Interseccional como proposta metodológica para os estudos de comunicação



Fonte: Carrera 2020, p. 11.

Para concluir, na última etapa, destinada a Interpretação/Reinterpretação, iremos partir da discussão do contexto sócio-histórico, bem como da presença do discurso de ódio e a investigação das narrativas desinformacionais, para interpretar como os desdobramentos dos discursos de ódio direcionados a jornalistas negras podem ser potencializados diante do fenômeno da desinformação. Será levado em consideração os impactos na rotina profissional e também no âmbito pessoal.

No próximo capítulo apresentaremos os casos de Bianca Santana, Maju Coutinho e Gabi Coelho, com o intuito de articularmos as discussões levantadas nesta pesquisa tendo como observável os ataques sofridos pelas profissionais. A proposta é entender as tensionalidades dos discursos de ódio atreladas ao fenômeno da desinformação nas redes sociais digitais, bem como analisar a presença dos discursos de ódio nos conteúdos veiculados nas redes sociais que apresentem desinformação relacionados a jornalistas negras e discutir sobre os conteúdos dos discursos de ódio e o impacto na vida pessoal e profissional das jornalistas negras que foram alvos de ódio e afetadas pelo fenômeno da desinformação.

## **5. SENTI NA PELE: JORNALISTAS NEGRAS VÍTIMAS DO DISCURSO DE ÓDIO**

As mulheres negras carregam estigmas que remetem ao período colonial. Desde então, são vistas frequentemente como objetos ou serventes, aquelas que deveriam sempre estar à disposição dos seus senhores brancos. Quando não estavam prestando seu trabalho árduo em prol da branquitude, exerciam seus papéis de mães, filhas, amigas, esposas dentro da sua comunidade. Assim, o imaginário em torno da mulher negra na contemporaneidade cruza com o papel de submissão imposto pela branquitude.

A mulher negra é vista como o Outro do Outro, reiterando o pensamento de Kilomba (2019), é aquela que ocupa o terceiro espaço, à margem, sem um local específico, vivendo constantemente com a falsa impressão de estar em um lugar que não lhe pertence. Essa é uma das problemáticas que a supremacia branca impõe às mulheres negras, sendo o racismo um desses principais marcadores seguidos de discursos de ódio, misóginos, xenofóbicos, LGBTfóbicos. Esses ataques ocorrem tanto no ambiente físico quanto no virtual com o intuito de legitimar o local de subalternidade das pessoas negras.

Quebrar esse ciclo é uma forma de resistência para todas as mulheres negras. No entanto, além da dificuldade de romper com as imposições da branquitude, há uma luta constante para permanecer nos espaços que lhes são de direito. As jornalistas Bianca Santana, Maju Coutinho e Gabi Oliveira, conseguiram ocupar seus espaços, mas sofreram ataques nocivos contra suas integridades como mulheres negras e profissionais do jornalismo. No próximo tópico, apresentaremos os casos envolvendo as três, apontando os ataques de ódio que sofreram, e como a presença desse afeto potencializou as narrativas desinformacionais as quais foram vítimas.

### **5.1 O impacto do discurso de ódio e da desinformação na vida de jornalistas negras**

Bianca, Maju e Gabi, além de compartilharem a mesma profissão, carregam a mesma cor da pele: são mulheres negras. Ao ocuparem espaços nas redações jornalísticas – predominantemente compostas por pessoas brancas – tornaram-se alvos de ataques de ódio e vítimas de narrativas desinformacionais. Quando o ódio cruza com o fenômeno da desinformação, os resultados são altamente nocivos para as vítimas diretas, e também são capazes de desestabilizar o grupo ao qual pertencem.

Para compreendermos os impactos do discurso de ódio e da desinformação direcionados às jornalistas negras, analisaremos três casos. O primeiro a ser analisado será o de Bianca Santana, do portal UOL, que foi falsamente acusada de escrever fake news pelo ex-presidente Jair Bolsonaro durante a realização de uma transmissão ao vivo no *Youtube* e *Facebook*.

Devido à repercussão das alegações falsas de Bolsonaro, a jornalista foi vítima de linchamento virtual, além de receber ameaças de morte. Além disso, a sua credibilidade enquanto jornalista foi colocada em xeque. O segundo caso é o da apresentadora da TV Globo, Maju Coutinho. No último fim de semana de 2020 (período pandêmico) foi acusada de estar aglomerando e sem máscara. No entanto, a imagem compartilhada pelos usuários mostrava a jornalista com o marido em uma foto tirada em 2019, antes da pandemia. A mesma imagem já havia sido utilizada em março de 2020 para disseminar desinformação sobre a apresentadora.

O terceiro e último caso, diz respeito à Gabi Coelho, que atuava no núcleo de checagem do Estadão. Em 2021, ela foi alvo da disseminação de notícias falsas após verificar postagens no Twitter sobre a vacina Coronavac. Gabi apontou que eram enganosas as alegações de que o imunizante não gerava resposta imunológica suficiente para a produção de anticorpos.

Após um breve panorama dos casos, eles serão analisados sob a perspectiva analítica da Hermenêutica em Profundidade de Thompson (1995), a ser realizado em três etapas: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação. Além disso, utilizaremos a Roleta Interseccional proposta por Carrera (2020) para auxiliar na segunda etapa da análise.

## **5.2 Bianca Santana**

“Tenho 30 anos, mas sou negra há dez. Antes, era morena.” É assim que Bianca inicia seu livro “Quando me descobri negra”. Além de jornalista, ela é escritora, professora e militante feminista negra. Sua trajetória acadêmica é marcada pela produção de coletâneas de textos que tratam sobre a questão racial, com ênfase em pautas relacionadas às mulheres negras (AGÊNCIA RIFF, 2018).

Na vida acadêmica, ela atua como professora titular da FAAP e é professora convidada da Fundação Getúlio Vargas. Bianca também é colunista da Folha, comentarista da Cultura e Diretora-executiva da Casa Sueli Carneiro.

Ao exercer sua atividade profissional como jornalista, Bianca foi alvo de ataques, discursos de ódio e linchamento virtual ao ser acusada de espalhar fake News. Para compreendermos o contexto do caso, iniciaremos a primeira etapa da Hermenêutica em Profundidade de Thompson (1995), destinado a análise sócio-histórica.

Os ataques sofridos por Bianca Santana ocorreram durante o mandato presidencial de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Ele foi eleito ao 38º presidente do Brasil ao vencer o candidato do Partido dos Trabalhadores, que representava os partidos de esquerda do país. O

governo foi marcado pela nomeação de ministros da esfera militar, em reflexo da sua trajetória de militar reformado. Como representante da direita populista, Bolsonaro adotou um discurso conservador, pautado no slogan "Deus, Pátria e Família".

Ao longo do seu mandato, defendeu medidas pró-armas, legislações ambientais menos rígidas, desmonte e precarização de políticas públicas envolvendo educação, saúde, ciência e a cultura. Além disso, atacou frequentemente as instituições democráticas, como o Supremo Tribunal Federal, e disseminou diversas informações falsas ao longo dos anos de mandato. Bolsonaro também se posicionou como um adversário dos veículos de comunicação que, em sua maioria, não apoiavam seu governo. Essa postura contribuiu para o aumento significativo de ataques e agressões a jornalistas.

A pandemia de covid-19 deixou marcas profundas no mundo inteiro. Até 2023, estimava-se que 700 mil pessoas haviam morrido por conta da doença no Brasil. Em 5 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu um alerta sobre o novo coronavírus, declarando a pandemia em 11 de março. Diante do avanço dos números de casos e mortes, muitos países adotaram medidas de contingência, recomendando a permanência em casa.

No Brasil, no entanto, as medidas demoraram para ser aplicadas. Bolsonaro defendeu a retomada das atividades não essenciais e o fim do isolamento social. Ele chegou até a desrespeitar o isolamento enquanto aguardava o resultado do seu segundo teste de covid-19 e também contrariou as determinações do seu próprio ministro da Saúde.

Durante esse período, Bolsonaro afirmou que a covid-19 seria apenas uma “gripezinha”. Ele estava indo na direção oposta a outros governantes, estimulando o uso de medicamentos sem eficácia científica, como a cloroquina e a ivermectina. Além disso, constantemente disseminava informações falsas sobre a eficácia das vacinas.

Com a falta de transparência do governo na divulgação de dados sobre a pandemia, um consórcio foi construído com os seis maiores veículos de comunicação do Brasil: O Globo, G1, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, UOL e o Extra, se organizaram e formaram um consórcio para conseguir informações legítimas junto às secretárias de saúde dos estados, uma vez que o Ministério da Saúde não divulgava os dados (Barbosa e et al, 2022). Assim, os números apurados pelos jornalistas passaram a serem os oficiais.

A instituição jornalística foi uma importante aliada no combate a covid-19, bem como os profissionais. Esse cenário também intensificou os conflitos entre Bolsonaro e os meios de comunicação. De acordo com o Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil (2020), realizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ, 2020), ocorreram 428 casos de ataques a jornalistas, entre eles dois assassinatos. Em comparação a

2019, houve um aumento significativo de 105,77%. De acordo com a Federação o aumento se relaciona com ao fato de Bolsonaro ter assumido o poder. Houve um aumento de 280% para os casos de agressões verbais e ataques virtuais. Do total de casos de 2020, 77 foram direcionados a jornalistas mulheres.

Em 2022, a FENAJ divulgou um levantamento apontando que Bolsonaro foi responsável por 147 episódios de ataque à instituição jornalística, sendo 129 casos que descredibilizavam a imprensa e 18 agressões verbais. Entre janeiro e dezembro de 2021, mulheres jornalistas foram atacadas 78 vezes - uma média de seis agressões por mês, foram 62 mulheres jornalistas vítimas de ataques, ofensas, intimidações e ameaças. No total, 62% dos ataques ocorreram enquanto as profissionais cobriam questões políticas.

Além da pandemia da covid-19, o caso da morte da deputada Marielle Franco que ocorreu em 14 de março de 2018, ainda seguia sem solução e a pergunta que grande parte da população brasileira se fazia era: quem matou Marielle Franco? Bianca já havia produzido textos sobre o caso da ex-deputada há alguns meses, e no dia 26 de maio de 2020, ela escreveu uma notícia na sua coluna no Portal Uol com o seguinte título: “Por que querem federalizar a investigação do assassinato de Marielle?”,<sup>18</sup> na qual apontava que o desejo seria do próprio presidente Jair Bolsonaro com o intuito de proteger sua família e amigos, apontando o possível envolvimento de seus conhecidos no caso.

Bianca também integrava a Coalizão Negra por Direitos que buscava assinaturas contra a federalização do caso de Marielle. Em 27 de maio de 2020, um dia antes de ser alvo de Bolsonaro, o Supremo Tribunal de Justiça votou contra a federalização do crime de Marielle e citou a posição do movimento que a jornalista fazia parte. Diante desse cenário, em 28 de maio de 2020, durante a realização de uma de suas lives semanais transmitidas pelo *Youtube* e *Facebook*, Bolsonaro acusou Bianca de escrever notícias falsas. Em apenas duas horas, a transmissão já havia alcançado cerca de 200 mil visualizações. Na live Bolsonaro disse:

"Tem uma tal de Bianca Santana aqui, uma blogueira, né? 'PT tem propaganda barrada pelo TSE, fake news', dizendo que era mentira. Na verdade é que foi proibido, né, pelo TSE, uma campanha do Haddad, dizendo que Bolsonaro votou contra lei brasileira de inclusão de pessoas com deficiência. A minha esposa tem um trabalho nesse sentido. Qual o objetivo? Na teoria é uma coisa, na prática é outra. Fake news... (Santana, 2020)

---

<sup>18</sup> Matéria completa em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/bianca-santana/2020/05/26/por-que-querem-federalizar-as-investigacoes-do-assassinato-de-marielle.htm>. Acessada em: 10 mar.2025

Em sua coluna semanal no UOL, Bianca esclareceu que nunca havia escrito uma notícia com o conteúdo apontado por Bolsonaro. Reiterou que já havia produzido matérias sobre o envolvimento da família de presidente com a milícia do Rio de Janeiro e o assassinato de Marielle e seu motorista. As consequências da desinformação disseminada por Bolsonaro geraram sérios danos a jornalista, que o processou judicialmente por danos morais. Além disso, durante a 44ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), que ocorreu entre 29 de junho e 17 de julho, houve uma denúncia contra Bolsonaro pelos ataques a jornalistas. No dia 07/07/2020, Bianca Santana participou da Sessão apresentando seu caso.

Em 30 de julho de 2020, dois meses após o corrido e posterior a participação de Bianca no Conselho dos Direitos Humanos, Bolsonaro se retratou publicamente, pedindo desculpas a Bianca, alegando “tinha o nome dela lá embaixo, houve equívoco da minha parte. Não era da jornalista Bianca Santana, minhas desculpas por esse equívoco nosso. Inclusive já mandei retirar toda a *live do ar*. Da nossa parte não tem problema em se desculpar quando erra” (Bolsonaro, 2020).

Como segundo ponto do processo analítico do caso de Bianca, apresentaremos a análise e também da potencialização da narrativa desinformacional. Por conta da retirada da live, não tivemos acesso aos comentários das publicações. No entanto, Bianca publicou o trecho da retratação em sua conta no *Twitter* e no *Instagram*. Mesmo com o pedido de desculpas de Bolsonaro, vários de seus apoiadores apontaram questões ligadas a cor da jornalista, seu posicionamento político, sua credibilidade enquanto profissional e sua classe social.

Figura 4- Print da postagem da jornalista Bianca Santana no *Instagram* com comentários depreciativos.



Fonte: Perfil do *Instagram* da jornalista Bianca Santana (2023)

Por conta da repercussão das alegações falsas do ex-presidente, além de ser vítima de discurso de ódio e linchamento virtual, Bianca recebeu ameaças de morte, e sua credibilidade enquanto jornalista foi questionada. Ela excluiu a conta no *Facebook* e deletou fotos com os filhos do *Instagram*. Em entrevista ao site *Desinformante*, Bianca disse “o meu medo era o meu vizinho bolsonarista um dia me dar um tiro enquanto eu molhava minhas plantas na varanda”.

Tendo como suporte a *Roleta Interseccional de Carrera (2020)*, a autora pontua que o primeiro passo para utilizar o método é determinar o *locus* de enunciação do pesquisador. Desse modo, as análises são realizadas por uma pesquisadora negra e jornalista que também é atravessada pelos estereótipos impostos pela branquitude, principalmente a permanência na ocupação dos lugares. Determinar o local de fala do pesquisador é um modo de indicar a partir de quais percepções a análise será construída.

Figura 5- Print da postagem da jornalista Bianca Santana *Instagram* com comentário ofensivo.



Fonte: Perfil do Instagram da jornalista Bianca Santana (2023)

O método da Roleta Interseccional tem a finalidade de “identificar marcas e rastros destas avenidas de opressão que se revelam nas interações cotidianas” (Carrera, 2020, p.10). A metodologia das cores é utilizada para facilitar a visualização dos cruzamentos dos eixos de opressão. No caso de Bianca, por meio do discurso, questões relacionadas a sua raça, a classe, a seu posicionamento político. Esses são os rastros de opressão que se sobressaem no caso de Bianca. Há também questões de poder envolvidas.

Desse modo, a retratação resultou em ataques violentos e discurso de ódio, ou seja, o conteúdo não era desinformativo, mas havia o reflexo da informação falsa. Os apoiadores de Bolsonaro desqualificaram a profissional, alegando questões econômicas e políticas, além dos ataques misóginos ao ser xingada de “prostituta”.

Figura 6- Print da postagem da jornalista Bianca Santana no *Instagram* com comentários misóginos, chamada de “prostituta” por um dos usuários.



Fonte: Perfil do Instagram da jornalista Bianca Santana (2023)

A desinformação propagada por Bolsonaro reflete que Bianca estava causando incômodo por seu posicionamento no caso de Marielle Franco. Ele estava ciente do alcance da sua mensagem, esperava que seus seguidores atacassem Bianca. As lives dele eram capazes de atingir quase 1 milhão de visualizações no perfil do *Facebook* e do *Youtube*. A potencialização da presença do ódio e a desinformação deixaram marcas profundas vida pessoal e profissional de Bianca. Em uma entrevista concedida ao portal *Desinformante*, a jornalista relata que os ataques virtuais passaram a ocorrer no ambiente físico, a ponto de ter que se mudar com a família para uma região de Serra.

“Em um certo momento da pandemia, eu fui morar na Serra da Mantiqueira, num lugar super tranquilo, numa montanha. Um dia depois que o processo teve um novo caminho na Justiça, minha vizinha ouviu pessoas conversando no meu terreno à noite, uma coisa estranhíssima” (Bianca, *Desinformante*, 2020).

Somente em dia 18 de agosto de 2021, o juiz César Augusto Vieira Macedo, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), condenou Bolsonaro A pagar 10 mil reais de indenização à jornalista por danos morais, o ex-presidente recorreu da decisão, mas a sentença foi mantida em segunda instância. Mesmo sendo punido, os impactos da desinformação na vida de Bianca são sentidos até hoje. Na perspectiva da roleta interseccional, o caso dela reflete a intersecção

entre a desinformação, o discurso de ódio, o racismo e a misoginia, que podem ser observados de modo isolado, compreendendo que os fenômenos não se sobrepõem, eles ocorrem simultaneamente de forma interligada.

A terceira etapa do processo de análise é a interpretação/reinterpretação. Diante do exposto, observamos a presença do ódio, com comentários ofensivos que se enquadram no conceito de *adversarial abuse online*, que são acionados a partir da narrativa desinformacional propagada por Bolsonaro (um homem branco que carrega valores conservadores), sendo legitimada por seus seguidores de tal modo que atacaram a integridade de Bianca. As agressões, ameaças e ataques passaram do ecossistema digital para o físico, deixaram consequências na vida pessoal e profissional da jornalista. Diante disso, ela teve que conviver com a constante sensação de insegurança, assim como inúmeras mulheres negras no Brasil.

Além de ter causado consequências para a vida de Bianca, a problemática desencadeada pela narrativa desinformacional proferida por Bolsonaro, deslegitima as práticas da instituição jornalística na medida que uma jornalista foi acusada de divulgar informações falsas, pois o trabalho jornalístico tem como sustentação a divulgação da verdade dos acontecimentos e o combate a informações falsas. Bolsonaro descredibilizou Bianca, e conseqüentemente os demais que são comprometidos com a veracidade dos fatos. A intenção do ex-presidente era de silenciar uma possível ameaça contra a si mesmo e seus familiares.

Os discursos de ódio, ataques e ofensas atingiram Bianca enquanto jornalista, mulher negra, pesquisadora, professora e mãe. A desinformação que circulou rapidamente, foi capaz de acionar afetos como o ódio, a raiva e o senso de pertencimento, bem como a necessidade de proteção e pertencimento ao grupo. Em contrapartida, a narrativa desinformacional fez emergir as questões de gênero, a raça, o posicionamento político de Bianca sendo ressaltadas com o intuito de subjugar a profissional.

### **5.3 Maju Coutinho**

“O racismo das redes me remete aquele que vivi no ensino fundamental. As duas formas são doloridas e, de algum modo, semelhantes, porque são posturas infantilizadas. Nem respondo mais. Não dou palco para racistas.” Essa é uma fala de Maju Coutinho durante uma entrevista cedida a revista *Veja* em 2022<sup>19</sup>, ao comentar o motivo de ter deixado de utilizar as redes sociais digitais.

---

<sup>19</sup> Entrevista completa disponível em: <https://vejario.abril.com.br/beira-mar/maju-coutinho/>. Acessado em: 10 fev.2025.

Maria Júlia Coutinho, conhecida como Maju, uma mulher negra desde criança já brincava de ser jornalista, conseguiu realizar um sonho de infância após ter se tornado professora. Ela iniciou sua carreira na TV Cultura, onde já apresentava os telejornais. Em 2007, passou a fazer parte do quadro de jornalistas da Rede Globo, desempenhando a função de repórter dos telejornais de São Paulo. Pouco tempo depois, Maju passou a apresentar a previsão do tempo em alguns sábados no Jornal Nacional (JN). No ano de comemoração dos 50 anos do JN, em 2015, a jornalista passa a conduzir a apresentação da previsão do tempo do telejornal no horário nobre (Memória Globo, 2023).

Nesse período, Maju começou a sofrer diversos ataques racistas e misóginos pelo lugar que estava ocupando no telejornal. Em 2019, a jornalista foi a primeira mulher negra a ocupar a bancada do Jornal Nacional, no período de folga dos apresentadores titulares, passando a ocupar um espaço predominantemente branco, fato que resultou em mais ataques virtuais. No mesmo ano, Maju assumiu a apresentação do Jornal Hoje. As agressões, os discursos de ódio, as falas racistas, sexistas e misóginas dispararam nos dois anos em que ficou à frente do JH, por conta, sobretudo, da disseminação de notícias falsas ao seu respeito.

Para compreendermos como ocorreram os ataques a Maju entre o período de 2020 e 2021, é necessário pontuarmos o contexto dos casos mapeados, que apresentam discursos de ódio e, também, aqueles que apresentam conteúdos desinformativos, uma vez que esse período corresponde ao recorte temporal da pesquisa. Esta é a primeira etapa da *Hermenêutica em Profundidade* de Thompson (1995), destinado a análise sócio-histórica.

Logo no início de 2020, Maju enfrentava uma grande dificuldade à frente do JH, pois em 4 de fevereiro de 2020 o Brasil decretou emergência sanitária por conta dos casos de coronavírus. Reiteramos que a pandemia foi declarada pela OMS em 11 de março de 2020, porém o estado de calamidade pública só foi decretado em 20 de março pelo ex-presidente, Jair Bolsonaro. Relembramos que seu mandato de caráter extremista de direita, principalmente durante a pandemia, foi de disseminação de informações falsas sobre a eficácia de remédios e medicamentos, a descredibilização do jornalismo e, consequentemente de profissionais dos veículos de comunicação. Além do descredito na ciência e omissões de informações, ele também defendia medidas de contingenciamento mais brandas, com o argumento de que seria necessário para o avanço da economia.

Vale destacar, que Bolsonaro tem uma legião de seguidores que o chamam de “mito”. Barretto (2022) reflete que o fanatismo político dos eleitores de Bolsonaro resultava no apoio diante dos discursos de ódio, ataques e agressões realizadas pelo ex-presidente. Desse modo,

são capazes de deixar os ambientes nocivos seja com suas famílias, com seus amigos, e também no ecossistema virtual.

Nesse sentido, Freud (1921/2011) pontua sobre a psicologia das massas que está relacionada ao fato de que toda psicologia individual se relaciona a psicologia das massas, que trata cada indivíduo como membros de uma tribo, uma casta, um povo, uma instituição, e para que de fato, ocorra o processo de massificação é necessário que exista uma identificação entre os indivíduos e o líder, fato que ocorre com Bolsonaro e seus seguidores. Ou seja, a sua legião de fãs, se identifica com os valores que o ex-presidente prega, além de compartilharem dos mesmos pensamentos.

Assim, após o contexto apresentado partiremos para a segunda etapa do processo de análise seguindo os parâmetros da Hermenêutica em Profundidade de Thompson (1995), que diz respeito a análise discursiva observando a presença do discurso de ódio e também do fenômeno da desinformação relacionados a jornalista Maju Coutinho. Durante o período de 2020 e 2021, mapeamos seis situações que desencadearam ataques discursos de ódio, que se relacionam a circulação de informações falsas direcionadas a jornalista. Desse modo, para melhor compreensão produzimos um quadro seguindo a ordem cronológica dos fatos.

Tabela 1- Quadro ilustrativo dos episódios de ataques contra Maju Coutinho

<b>Data</b>	<b>Conteúdo Desinformativo</b>	<b>Presença de discursos de ódio</b>	<b>Presença de outros ataques</b>
Março de 2020	Fotos da Maju são retiradas de contexto	NÃO	SIM
Mai de 2020	Maju é acusada de ter dado entrevista a uma TV Portuguesa	SIM	SIM
Agosto de 2020	Sem a presença de conteúdo desinformativo	SIM	SIM
Janeiro de 2021	Fotos da Maju são retiradas de contexto	SIM	SIM
Março de 2021	Fotos da Maju são retiradas de contexto	SIM	SIM

Fonte: criado pela autora

Os primeiros ataques a Maju durante a pandemia de covid-19 se iniciaram em março de 2020. A frente da apresentação do Jornal Hoje, transmitido no horário de 13h, a jornalista

passou a informar constantemente sobre a propagação da covid-19 e os impactos na vida dos brasileiros ao redor do país, além de apontar as ações ou omissões do governo. Diante disso, passou a circular nas redes sociais, especialmente no *Facebook*, fotos antigas de Maju com o esposo, andando na orla da praia do Rio de Janeiro. Uma das publicações continha “Em plena quarentena, ela foi passear com o marido no calçadão”. Rapidamente, a notícia falsa se espalhou, a ponto do portal do G1 realizar a verificação das publicações<sup>20</sup> e constatar que as fotos que estavam circulando foram tiradas em 2019 pelo fotógrafo JC Pereira, da agência AgNews, enquanto cumprimentava alguns fãs no Leblon, Rio de Janeiro.

Figura 7- Print da checagem realizada pelo G1 sobre a circulação de fotos de Maju

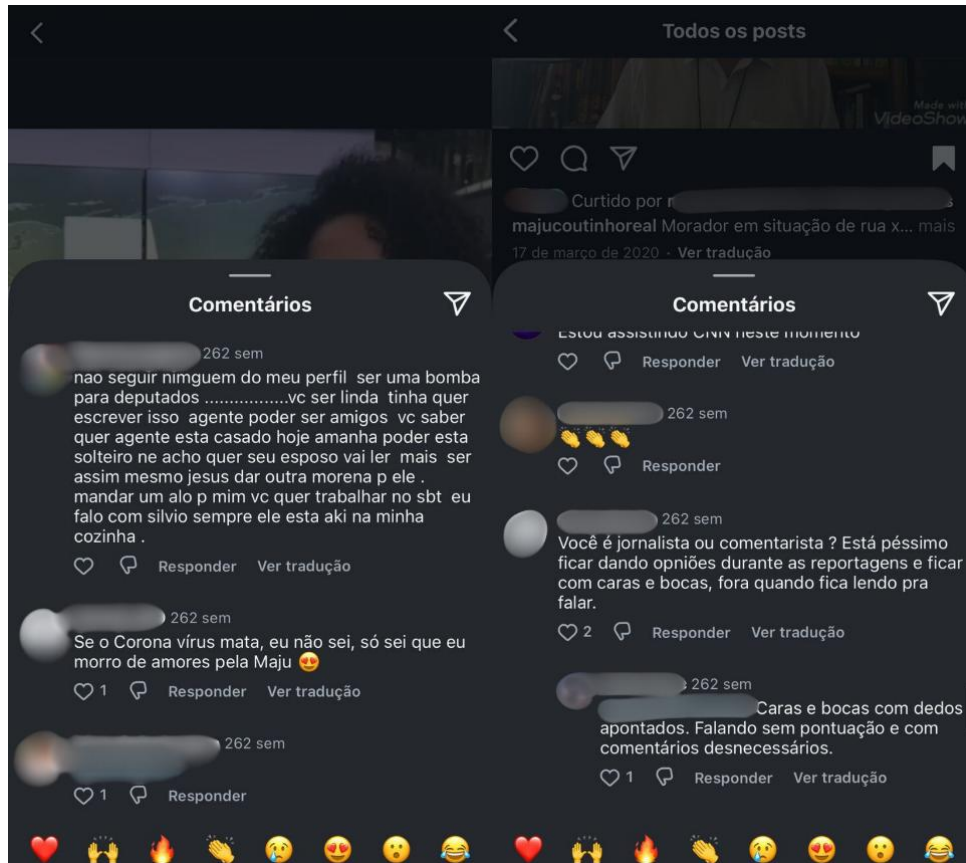


Fonte: Portal G1

No perfil do *Instagram* de Maju, nas suas publicações realizadas no mês de março de 2020, é possível notar a presença de diversos ataques direcionados a ela. Para além disso, há presença de ofensas que desqualificam sua credibilidade enquanto jornalista. Os seguidores de Bolsonaro fizeram o perfil da jornalista de um campo de ataques, sobretudo por ela noticiar com veracidade, os fatos sobre a pandemia.

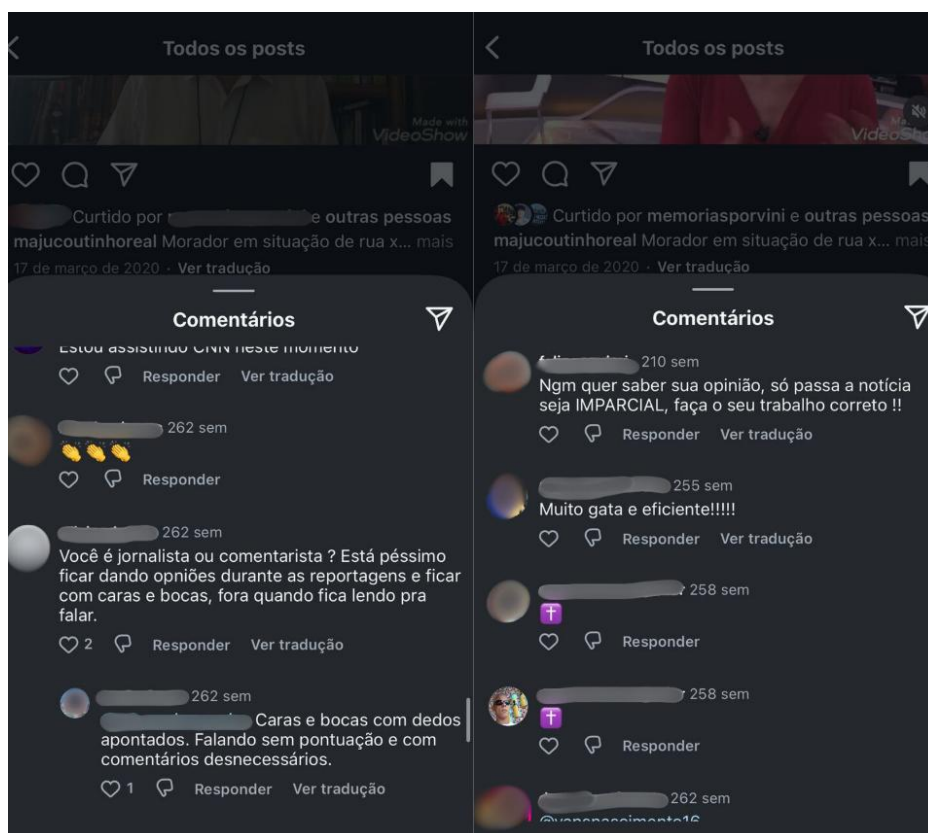
<sup>20</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/01/03/e-fake-que-apresentadora-maju-coutinho-foi-fotografada-em-praia-do-rio-sem-mascara-durante-o-reveillon-de-2021.ghtml>. Acesso em: 25 de fev. 2025.

Figura 8- Prints dos comentários nas publicações do perfil do *Instagram* de Maju Coutinho no realizadas no mês de março de 2020



Fonte: Perfil do *Instagram* de Maju Coutinho

Figura 9- Prints dos comentários nas publicações do perfil do *Instagram* de Maju Coutinho realizadas no mês de março de 2020



Fonte: Perfil do *Instagram* de Maju Coutinho

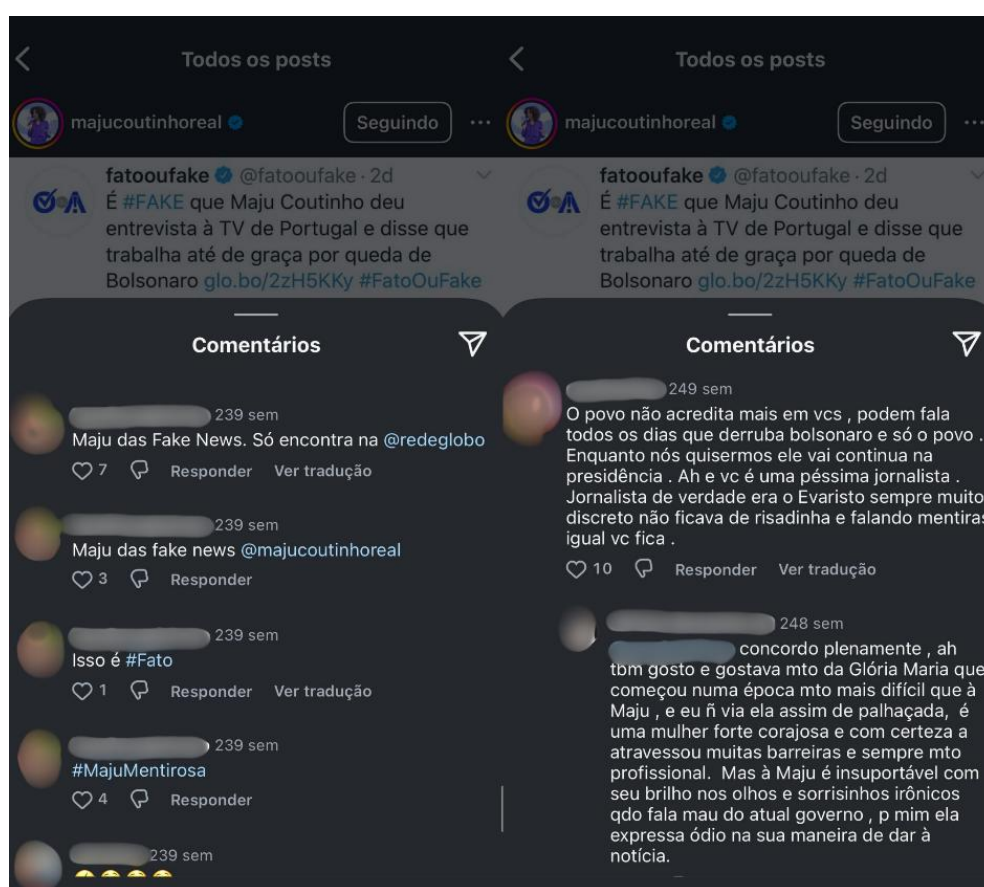
Já em maio de 2020, Maju foi alvo de desinformação ao ter sido acusada de dar entrevista a um canal de TV de Portugal em que teria falado que existe uma grande crise no Brasil e que se for necessário trabalha até de graça pela queda de Bolsonaro. Na checagem realizada pelo G1, a publicação que desencadeou os boatos tinha a seguinte mensagem:

“A repórter Maju Coutinho entrevistada pela TV de Portugal e a repórter perguntou sobre a questão do presidente Jair Bolsonaro ela disse que existe uma grande crise no Brasil se for necessário ela trabalha até de graça para ver a queda do Presidente o repórter perguntou para ela sobre o ex Lula ela disse que na época do Lula o Brasil era melhor porque ela mamava na teta do PT melhor porque ela era sustentada pelo PT melhor porque ela puxava o saco do PT E hoje nós brasileiros Vamos acabar com a Rede Globo assim como acabamos com o PT e vamos acabar de fez fora Rede Globo fora PT fora Maju” (G1, 2020).<sup>21</sup>

<sup>21</sup> Matéria completa disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/05/15/e-fake-que-maju-coutinho-deu-entrevista-a-tv-de-portugal-e-disse-que-trabalha-ate-de-graca-por-queda-de-bolsonaro.ghtml>. Acessado em: 16 de dez. 2024.

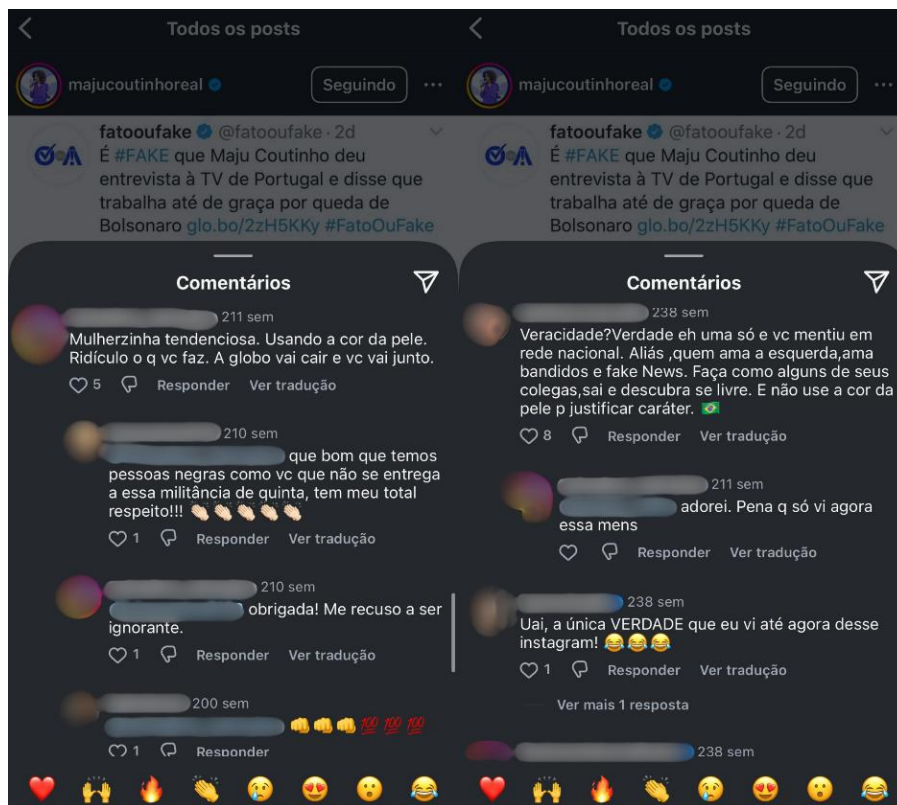
Não é difícil identificar que a publicação traz informações falsas, uma vez que não cita a data da entrevista, nem provas materiais de que realmente tenha acontecido. Maju não havia concedido entrevista a nenhum veículo de comunicação seja ele internacional ou nacional. A jornalista recebeu diversos discursos de ódio e ataques nas suas redes sociais digitais, a ponto de compartilhar a verificação do fato em seu perfil, sendo esse mais um espaço para os apoiadores de Bolsonaro destilarem seus comentários depreciativos.

Figura 10- Prints dos comentários nas publicações do perfil do *Instagram* de Maju Coutinho realizadas no mês de maio de 2020



Fonte: Perfil do *Instagram* de Maju Coutinho

Figura 11- Prints dos comentários nas publicações do perfil do *Instagram* de Maju Coutinho realizadas no mês de maio de 2020



Fonte: Perfil do *Instagram* de Maju Coutinho

Em 24 de agosto de 2020, Maju foi alvo novamente. A jornalista foi acusada de disseminar desinformação durante o Jornal Hoje ao tecer um comentário em relação a participação do Ministério da Saúde e ministro do governo de Bolsonaro no evento “Brasil vencendo a Covid”. Maju apontou que o presidente e nenhuma das autoridades do governo realizaram homenagem aos 115 mil mortos pela covid-19. No entanto, durante a cerimônia a médica Raissa Soares pediu para todos realizarem um minuto de silêncio. Por conta disso, os seguidores de Maju começaram a ataca-la com discursos de ódio, falas misóginas e racistas. As agressões se intensificaram horas depois após Bolsonaro compartilhar no Twitter o trecho que Maju fala e a parte da médica, que exercia seu papel de convidada, expressava sua homenagem.

Figura 12- Print da publicação feita por Jair Bolsonaro em seu perfil no Twitter



Fonte: Perfil do Twitter de Jair Bolsonaro

Figura 13- Print do compartilhamento da publicação feita por Jair Bolsonaro no Twitter por um de seus seguidores realizada em de 25 de agosto de 2020



Fonte: Interações da publicação de Jair Bolsonaro no Twitter

A legião de fãs de Bolsonaro criou a hashtag #MajuMentirosa e em menos de 24h, já havia alcançado a marca de 33 mil menções. Desse modo, na edição seguinte do JH, diante da repercussão do dia anterior, a jornalista retornou ao assunto esclarecendo e reiterando o que havia comentado. Maju carregava a certeza de não ter disseminado informações falsas esclarecendo o fato de que, a médica que propôs a homenagem era apenas uma convidada e aliada política de Bolsonaro, mas não ocupava nenhum cargo no governo. No entanto, não houve disseminação de desinformação por parte da apresentadora.

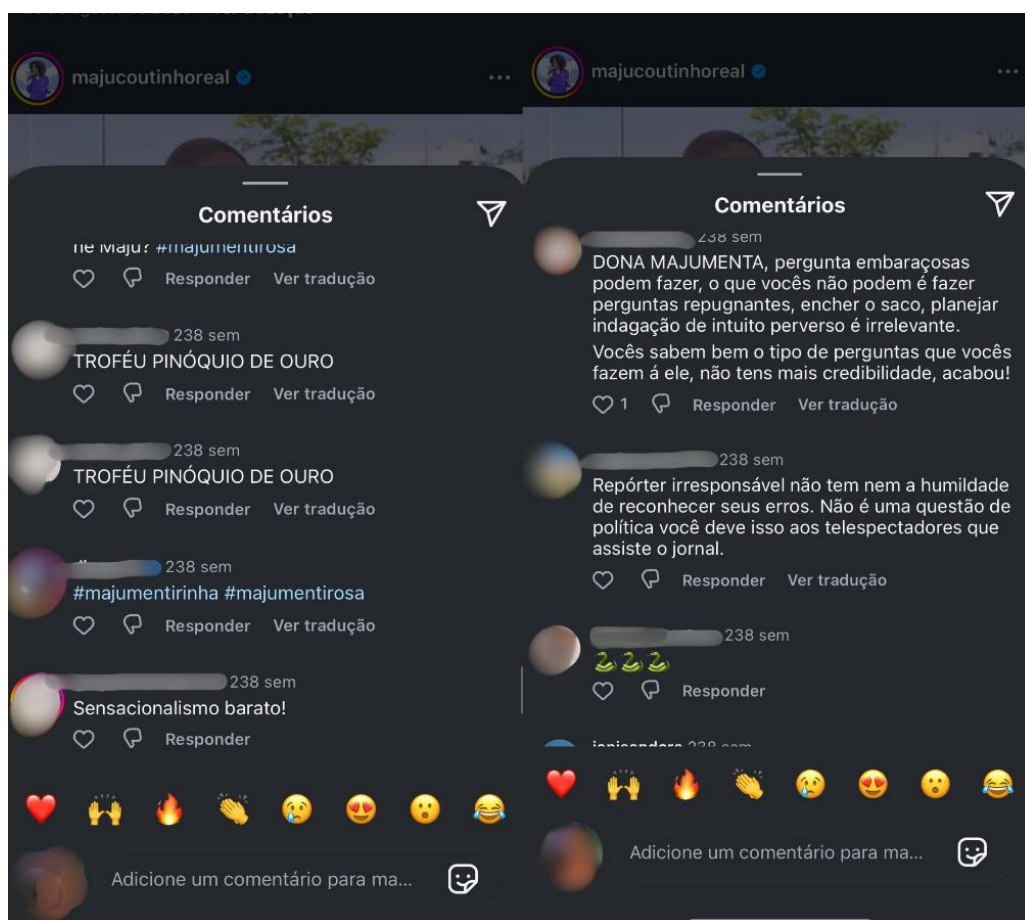
Ao publicar o trecho em sua conta do Twitter, Bolsonaro estava ciente que seus seguidores iriam acreditar na sua narrativa. Desde o início do período pandêmico travou uma guerra com os jornalistas, sendo responsável por disseminar desinformação contra outros jornalistas, como ocorreu com Bianca. Mesmo diante de diversos ataques acionados pela postura de Bolsonaro, reafirmou o que havia comentado no dia anterior.

“Nem o presidente Jair Bolsonaro nem nenhuma autoridade do governo prestou solidariedade às vítimas. Mas uma médica da Bahia, doutora Raíssa Soares, que não faz parte do governo, pediu um minuto de silêncio e o pedido

foi respeitado por todos os presentes, inclusive pelo presidente. Fica aqui o esclarecimento” (Coutinho, 2020).

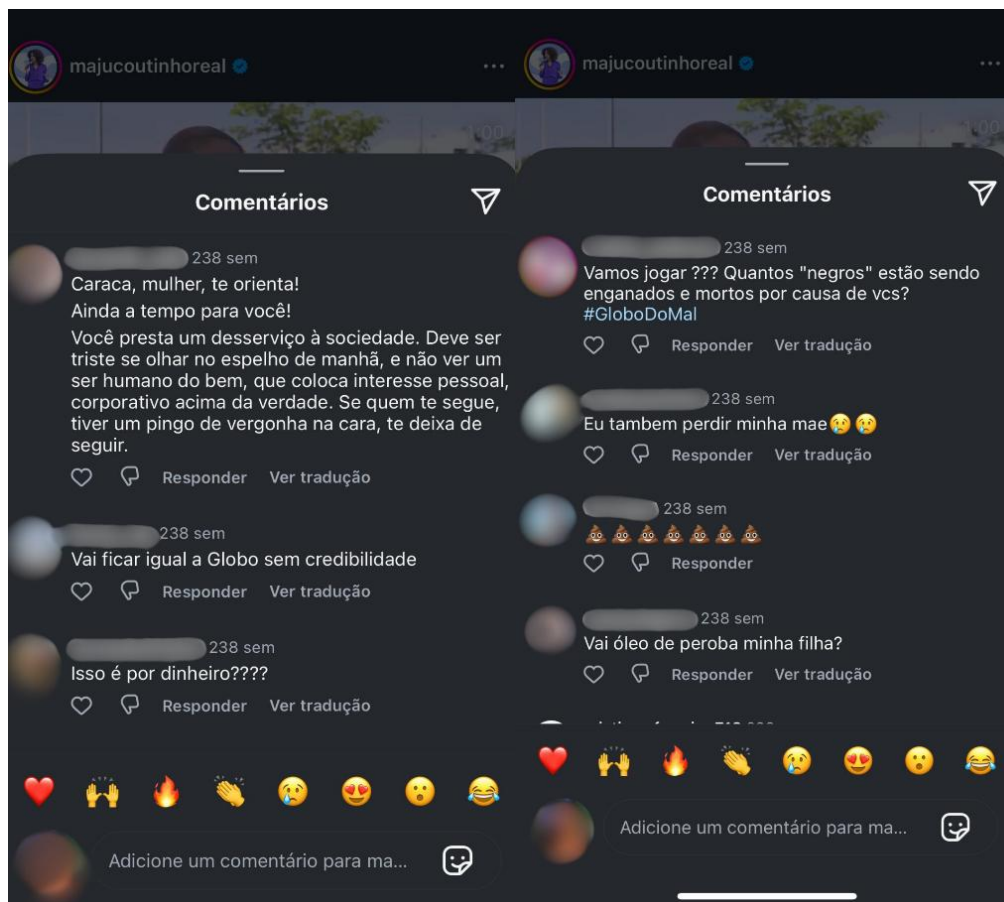
No entanto, mesmo diante do esclarecimento de Maju, os ataques não cessaram, notamos que após a sua fala na edição de 25 de agosto de 2020, diversos usuários atacaram a jornalista em sua última publicação no *Instagram*, referente a uma reportagem de uma mulher falando de suas perdas e o processo de luto em decorrência da pandemia. Um dos usuários comentou: “Vai ficar igual a Globo sem credibilidade”, “Troféu pinóquio de ouro”, outro comentou “Repórter irresponsável não tem a humildade de reconhecer seus erros. Não é uma questão de política você deve isso aos telespectadores que assiste o jornal”. Há presença de diversos comentários que, carregados de ódio, descredibilizam Maju enquanto jornalista, mulher negra, ferindo sua dignidade humana.

Figura 14- Prints dos comentários na publicação do *Instagram* de Maju em 25 de agosto de 2020



Fonte: Perfil do *Instagram* de Maju Coutinho

Figura 15- Prints dos comentários na publicação do *Instagram* de Maju em 25 de agosto de 2020

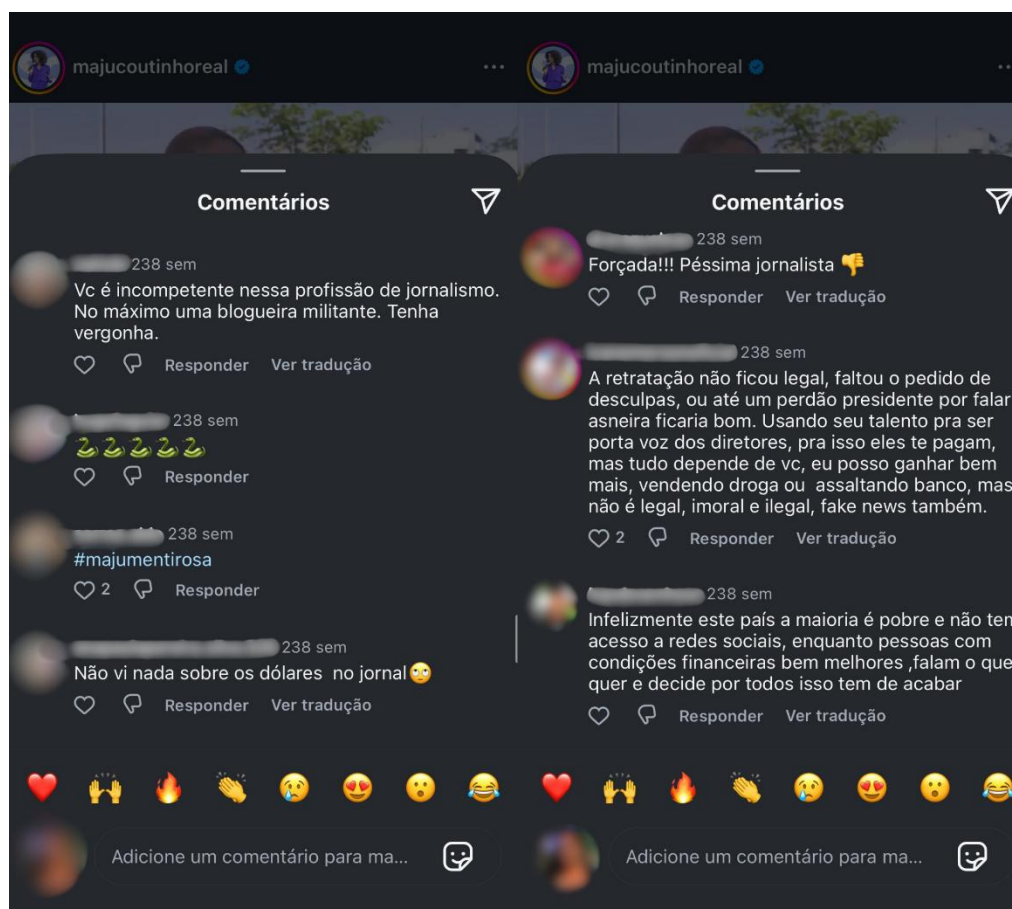


Fonte: Perfil do *Instagram* de Maju Coutinho

Mesmo Maju reiterando o que disse, apontando que não divulgou informações falsas, os seguidores do “mito<sup>22</sup>”, continuaram acreditando fielmente no seu líder, de tal modo que os ataques contra a jornalista não cessaram. Um dos usuários do *Instagram* apontou que Coutinho deveria pedir perdão para Bolsonaro, afirmando que a mesma havia disseminado desinformação. A atitude remete ao fato de as mulheres negras desde o período colonial serem vistas como aquelas que devem servir a branquitude, mas quando isso não acontece os ataques surgem.

<sup>22</sup> Durante o período de campanha presidencial de Bolsonaro seus eleitores passaram a chama-lo de mito, reconhecendo-o como aquele que estaria acima do bem e do mal. Era visto como aquele que salvaria o país daquilo que consideravam erros na gestão do país (Paula; Araújo; Saraiva, 2020).

Figura 16- Prints dos comentários na publicação do *Instagram* de Maju em 25 de agosto de 2020



Fonte: Perfil do *Instagram* de Maju Coutinho

Diante desse cenário de conformismo total por parte daqueles que estavam alinhados com os pensamentos da extrema-direita, os seguidores de Bolsonaro atacaram Maju novamente, dessa vez no período de réveillon, entre 31 dezembro de 2020 e os primeiros dias de janeiro de 2021. A jornalista foi acusada novamente de caminhar na praia ao lado de seu marido, sem utilizar máscara. No entanto, reiteramos que as imagens foram realizadas em 2019, e desde o início da pandemia circularam com o intuito de descredibilizar Maju, uma vez que diariamente estava defendendo as medidas de isolamento.

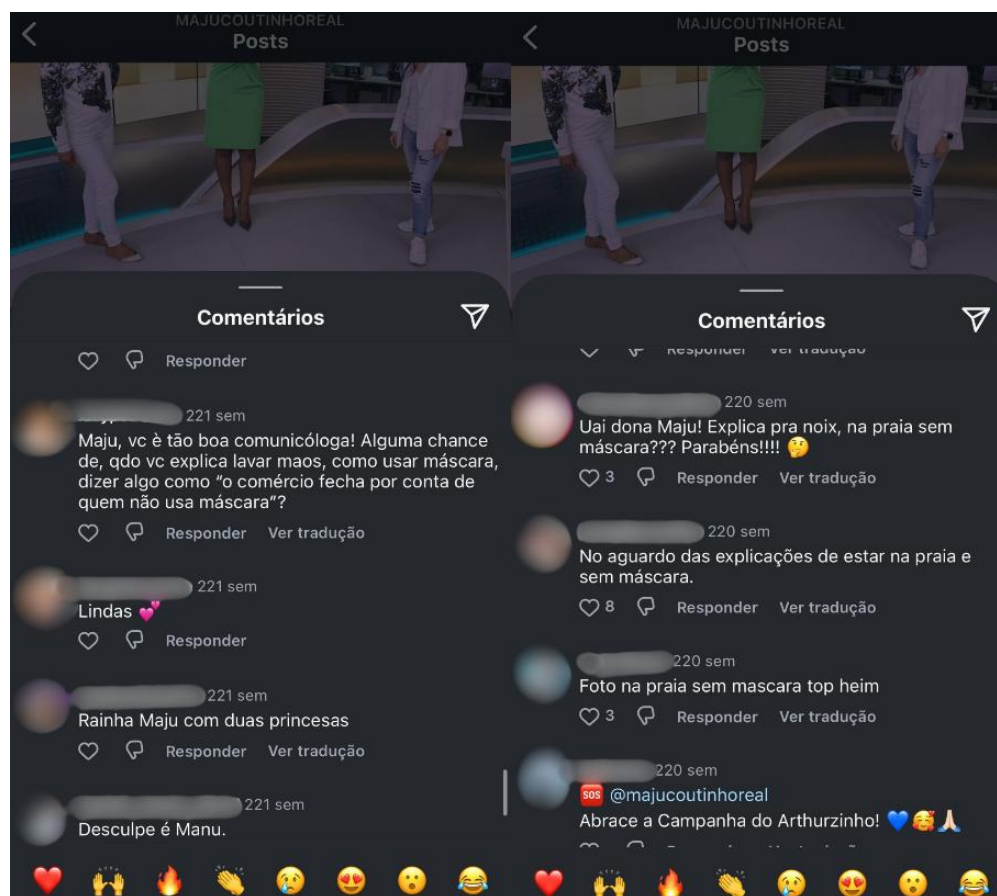
Novamente, Maju foi alvo de inúmeros ataques nas redes sociais digitais como: *Instagram, Facebook, Twitter*. Publicações com suas fotos foram compartilhadas cerca de 18 mil vezes entre 31/12/2020 e 4/1/2021, acordo com agência de checagem AFP. “Maju minha filha, cadê tua máscara sua hipócrita?”, “Fique em casa OTÁRIO. Use focinheira OTÁRIO. A Maju mandou”, questionaram e apontaram usuários questionando a postura de Maju.

Figura 17- Print do compartilhamento das fotos de Maju no Rio de Janeiro no *Facebook*

Fonte: Agence France- Presse em 01 de janeiro de 2021.

Além de compartilharem fotos de Maju, de modo arbitrário, inúmeros usuários teceram comentários sobre jornalista alegando que a mesma não estava seguindo as orientações para evitar o contágio da covid-19. Os ataques iniciaram no dia 31 de dezembro, mas diversos perfis conservadores proferiram discursos de ódio contra a jornalista na última publicação realizada por ela no dia 25 de dezembro de 2020, em que desejava feliz natal e agradecia o apoio de sua equipe. Por conta dos diversos ataques sofridos, a Globo informou que Maju passou a virada de ano com a família no litoral de São Paulo. Além disso, na checagem das publicações, o G1 informou que a jornalista seguiu todos os protocolos de determinados pelas equipes de saúde durante o fim de ano.

Figura 18- Prints dos comentários na publicação do *Instagram* de Maju publicadas em 25 de dezembro de 2020



Fonte: Perfil do *Instagram* de Maju Coutinho

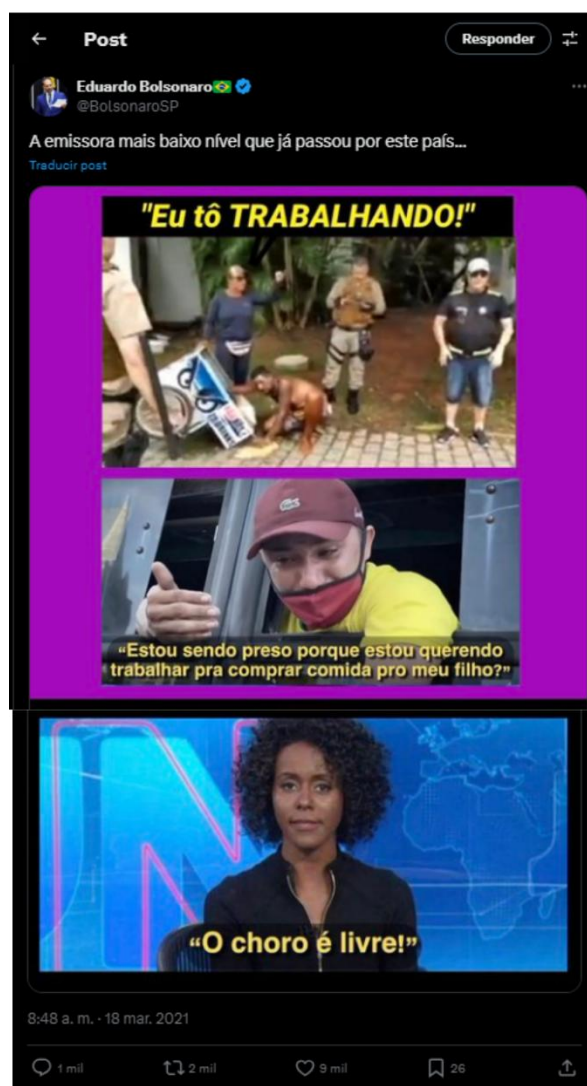
Em março de 2021, as fotos de Maju na orla do Leblon passaram a circular novamente nas redes sociais digitais depois uma declaração de Maju durante a edição do dia 16 de março de 2021. Na ocasião, ela comentou sobre a importância do isolamento social para a redução do número de mortes em decorrência da covid-19, diante do aumento de casos. Ela disse: “Os especialistas são unânimes em dizer que essas são medidas indispensáveis agora para conter a circulação do vírus. O choro é livre, não dá para a gente reclamar, é isso que tem.” (Coutinho, 2021).<sup>23</sup>

Após a declaração, Maju foi bastante criticada, além de sofrer inúmeros ataques nas redes sociais digitais como: *Instagram*, *Twitter*, *Facebook*, *Youtube*. A fala da jornalista circulou freneticamente pelas plataformas, onde usuários passaram a usar a hashtag “o choro é livre” atrelado a imagens de pessoas dando o depoimento sobre os problemas financeiros

<sup>23</sup> Edição completa do Jornal Hoje de 16/3/2021 disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9354640/>. Acesso em: 10 dez.2024.

decorrentes da pandemia. Para além dos usuários, parlamentares compartilharam publicações criticando Maju, entre eles o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). No Twitter, o post do deputado alcançou mais de nove mil curtidas, dois mil reposts e mais de mil comentários.

Figura 19- Print da publicação feita por Eduardo Bolsonaro em seu perfil no Twitter em 18 de março de 2021



Fonte: Perfil do *Instagram* de Eduardo Bolsonaro

Além das imagens de voltarem a circular e diversos compartilhamentos de sua fala sendo interpretada como uma forma de menosprezo as pessoas que passavam por dificuldades durante a pandemia. A hashtag #MajuMentirosa ganhou força novamente seguida de outras hashtags como: #GloboLixo, #FDP, #MajuHipocrita, #MajuCoutinhoGenocida, #majumentada.

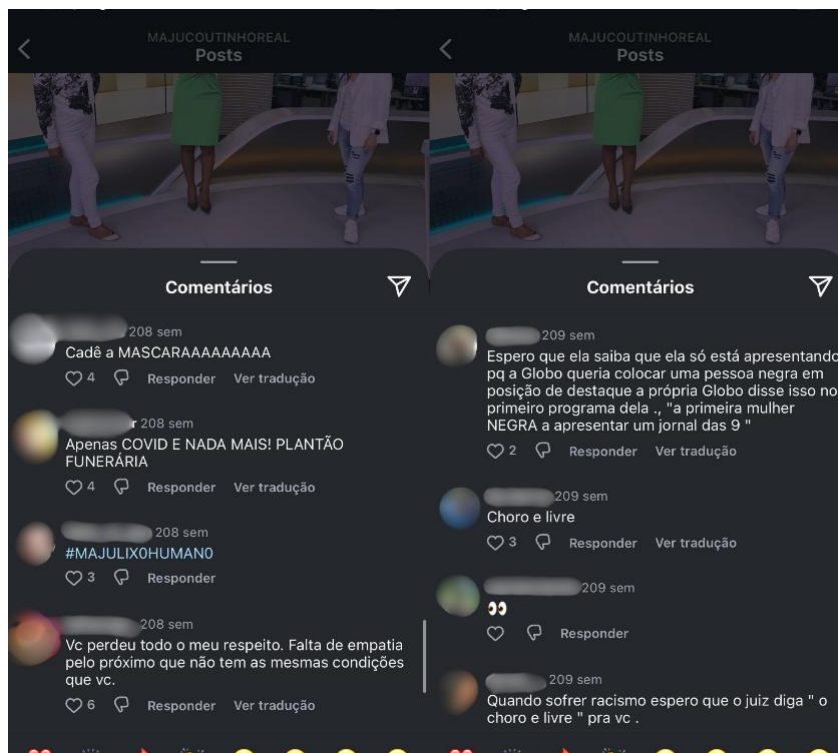
Figura 20- Prints de publicações com a hashtag #MajuMentiroso feitas após a postagem de Eduardo Bolsonaro no Twitter em 17 de março de 2021



Fonte: X (antigo Twitter)

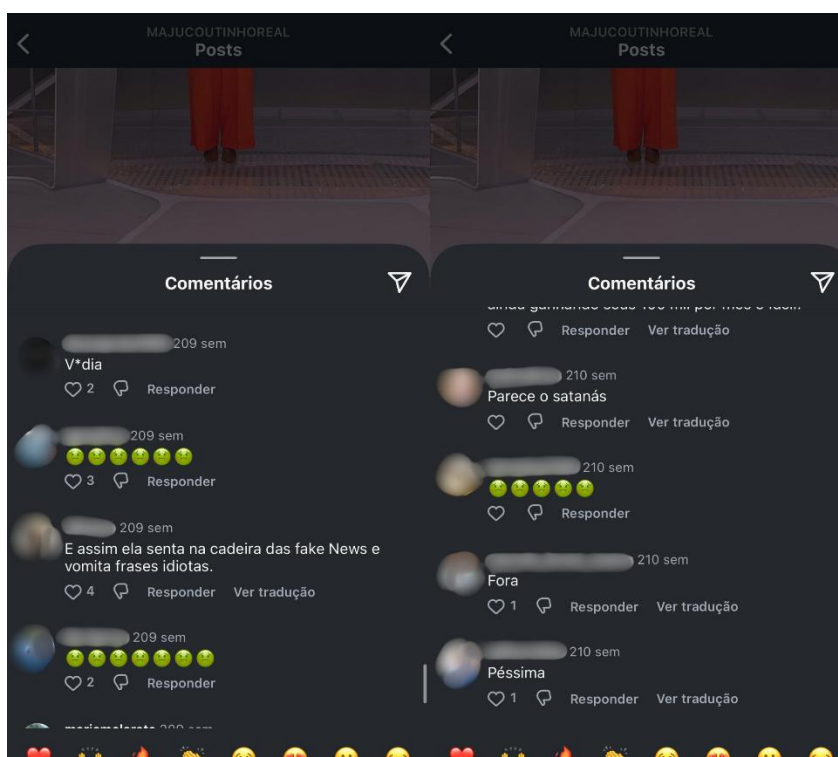
Maju teve seu *Instagram* tomado por usuários, majoritariamente seguidores de Bolsonaro. Os ataques realizados nos comentários das publicações da jornalista estavam fora de controle que ela resolveu limitá-los e até mesmo apagar uma parte deles. No entanto, em março de 2025, verificamos inúmeras ofensas contra Maju, além de discursos de ódio de cunho racista, sexista e misóginos.

Figura 21- Prints dos comentários na publicação de Maju publicada em 25 de dezembro de 2020, relacionados a sua declaração em 17 de março de 2021



Fonte: Perfil do *Instagram* de Maju Coutinho

Figura 22- Prints dos comentários na publicação realizado por Maju publicada em 4/1/2021, relacionados a sua declaração em 17 de março de 2021



Fonte: Perfil do *Instagram* de Maju Coutinho

Com a repercussão de sua fala, em 18 de março de 2021, durante a edição do Jornal Hoje, Maju se retratou por usar a expressão o “choro é livre”, esclarecendo que a intenção foi alertar a todos sobre a importância das medidas restritivas para a redução do número de casos de covid, e também, para evitar o colapso do sistema de saúde. Porém, diante da retratação da jornalista, os ataques não pararam.

“Para reformar a necessidade do isolamento social eu usei, no improviso, uma expressão infeliz que precisava de um complemento para deixar bem claro o que eu queria dizer. Eu falei o seguinte: o choro é livre. Eu quis dizer que por mais amargas que sejam as medidas de isolamento elas são necessárias para evitar o colapso do sistema de saúde, mas entendo perfeitamente a dor dos pequenos e médios empresários que são obrigados a manter os negócios fechados. Você é testemunha de que ontem mesmo exibimos uma longa reportagem sobre o assunto. E ao final dela, eu disse assim: Desejo também agilidade do governo e do congresso pra atender aos empresários e famílias que estão aguardando o auxílio emergencial. Então, eu reitero hoje aqui esse desejo, me desculpe pela expressão” (Coutinho, 2021).<sup>24</sup>

Para refletirmos sobre o entrecruzamento do discurso de ódio e do fenômeno da desinformação que atravessam os ataques sofridos por Maju Coutinho, utilizaremos a Roleta Interseccional de Carrera, para articular os rastros de opressão sofridos pela jornalista. Diante das narrativas falsas produzidas ao seu respeito, notamos o acionamento de determinados eixos de opressão, os principais são: gênero, raça, atividade profissional, classe social e posicionamento político, especialmente por ela defender a necessidade de seguir as regras de isolamento social e as orientações das equipes médicas.

Por meio das falas proferidas contra Maju em suas próprias publicações notamos a presença de discursos de ódio de cunho racistas e misóginos. Além dos tantos outros que descredibilizam a postura dela como jornalista. Selecionamos alguns comentários que nos auxiliam a desvelar os rastros de opressões presentes nos ataques contra a apresentadora. Um dos usuários comentou: “Alguém deveria te fazer chorar, sobretudo de fome e no gueto”. Esse discurso aponta para o local de subjugação que a jornalista deveria estar, principalmente por questões, uma vez que os guetos fazem referência a bairros onde residem grupos marginalizados.

Outro usuário indica que a jornalista é “riquíssima”, sendo o motivo de sua declaração, e um outro destacou que buscou uma publicação para “esculhambar” a jornalista, porém ressaltou que a atitude dela de bloquear os comentários em algumas publicações impedia outras

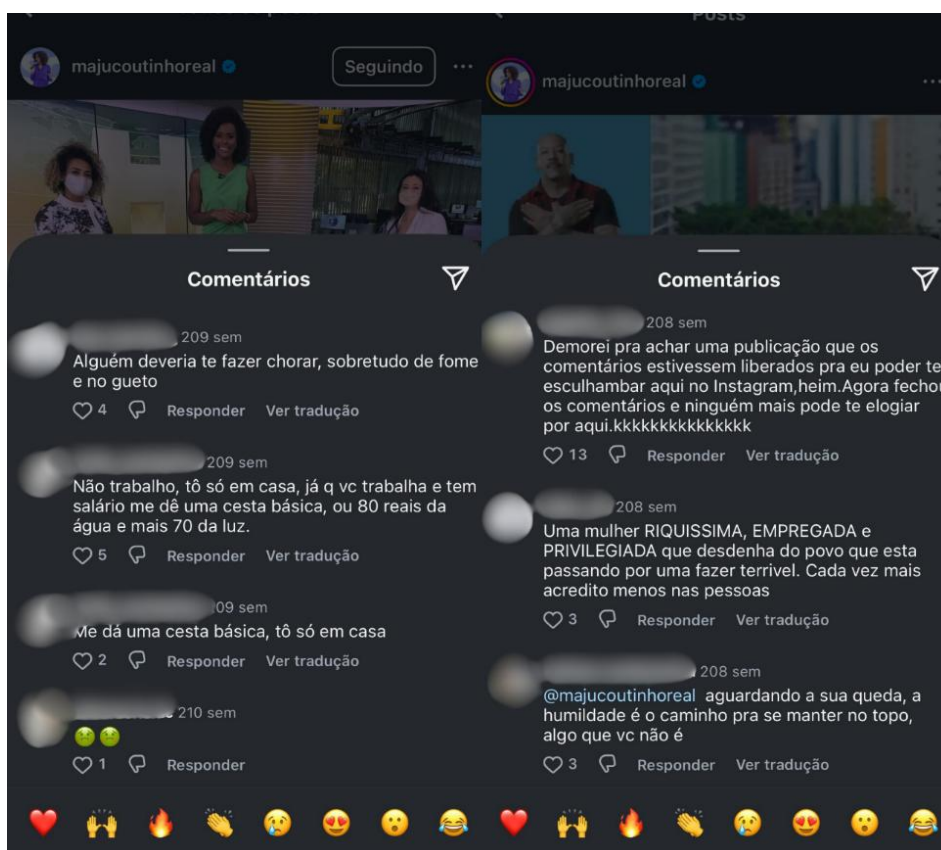
---

<sup>24</sup> Edição do Jornal Hoje de 18 de março de 2021 disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9361564/>. Acessado em: 10 dez.2024.

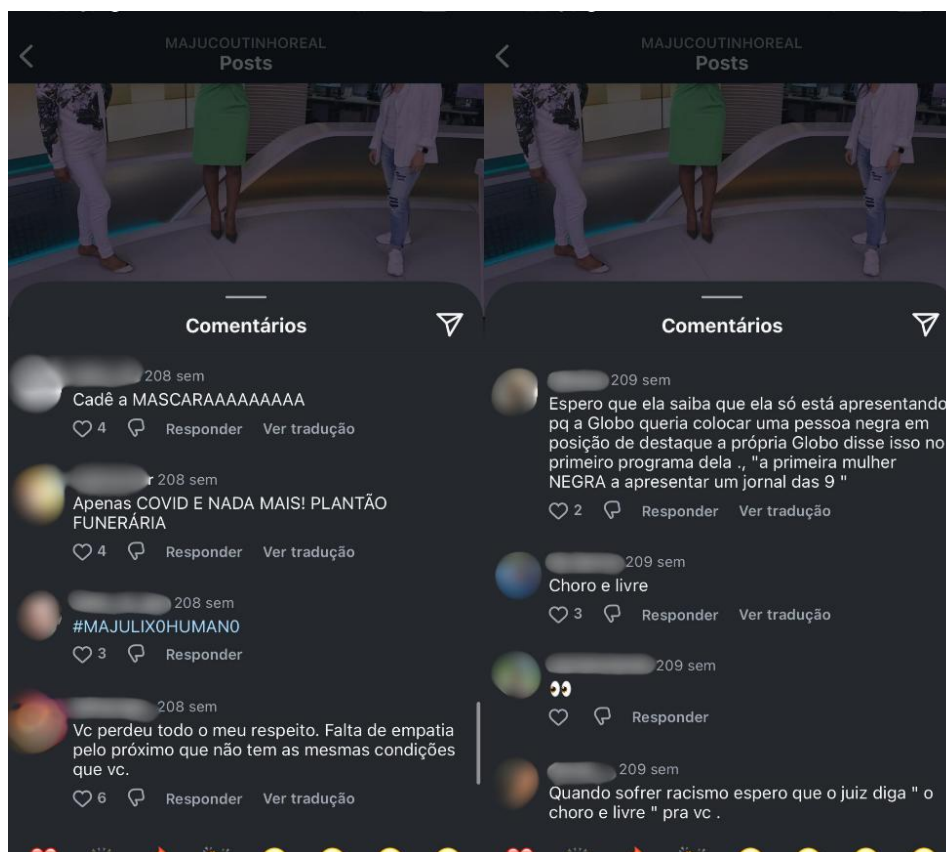
peças de elogio-la e também a defender. Esse discurso aciona o desejo do silenciamento das mulheres negras, especialmente de Maju.

Assim como no período colonial que as escravas sofriam castigos para serem lembradas da sua submissão, na contemporaneidade o “castigo” das mulheres negras é ter seu direito de voz, ocupação e resistência suprimidos. Para o usuário, o fato de Maju não receber elogios e não ser defendida, significou uma vitória. Além disso, um outro usuário apontou que a jornalista só ocupou o lugar de apresentadora pelo desejo da emissora de ser inclusiva, ou seja, reduzindo a capacidade e a formação de Maju.

Figura 23- Prints dos comentários na publicação realizado por Maju publicada em 25 de dezembro de 2020, relacionados a sua declaração em 17 de março 2021



Fonte: Perfil do *Instagram* de Maju Coutinho



Fonte: Perfil do *Instagram* de Maju Coutinho

Partindo para a terceira etapa do processo de análise a interpretação/reinterpretação, diante do exposto, verificamos que a presença do discurso de ódio foi resultante das narrativas desinformacionais circuladas contra Maju Coutinho. No entanto, nos cinco casos analisados notamos que o ódio surge, sobretudo, a partir do posicionamento que a jornalista apresenta diante da pandemia de covid-19. Ela, assim como outros profissionais do jornalismo foram importantes para manter a sociedade informada sobre o que estava acontecendo no país, uma vez que o Governo Federal, não informava claramente a quantidade de casos, mortes e sobreviventes dos casos de coronavírus, especialmente nos primeiros meses.

Observamos que ao ser acusada de espalhar informações falsas quando pontou que Bolsonaro e sua equipe não haviam prestado homenagem às vítimas da covid-19, Maju comunicou corretamente. No entanto, o próprio presidente publicou nas suas redes sociais que a jornalista estava espalhando informações falsas, o que gerou diversos ataques nos comentários das publicações no *Instagram*. Ou seja, os ataques e os discursos de ódio podem surgir de fatos verídicos que podem ser moldados de acordo com o interesse do interlocutor, foi o caso de Bolsonaro, que se utilizou da situação para apontar que o jornalismo da Rede Globo “sempre” disseminava desinformação ao ser respeitado.

A atitude de Bolsonaro foi em decorrência das notícias publicadas ao seu respeito e das ações do governo diante da pandemia. Suas atitudes foram constantemente criticadas pela mídia e diversos cidadãos. Maju, uma mulher negra ao ser âncora do Jornal Hoje estava à frente da função de noticiar e apontar as atitudes frequentemente negacionistas de Bolsonaro e do seu governo de modo geral. O que gerou bastante incomodo para o ex-presidente e também para seus seguidores, que resultaram nos diversos ataques que Maju sofreu durante o período que esteve à frente do JH.

#### 5.4 Gabi Coelho

“Eu senti medo por estar sozinha, mas isso nunca vai me intimidar e nem mesmo fazer com que eu desista de tudo que acredito”. Essa foi a frase que Gabi Coelho escreveu em uma publicação no *Facebook* após sofrer uma agressão física no exercício de sua profissão como jornalista. Em 2018, um homem deu socos em suas costas enquanto a xingava de “macaca petista” e “preta suja”, Gabi foi alvo de ataques racistas, misóginos e xingamentos de cunho político, infelizmente, não foi o único da sua carreira.

Gabi iniciou sua carreira como jornalista aos 16 anos, no Rio de Janeiro, como repórter voluntária do Coletivo Vozes da Comunidade. Atualmente, é diretora da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, repórter do Intercept Brasil, além de empreendedora e antropóloga em formação. Ela é uma comunicadora “comprometida com a sociedade, através do jornalismo e ativismo” (Coelho, 2024).

Coelho tem sua trajetória profissional como jornalista marcada por projetos, pesquisas e análise de dados que abordam questões sociais. Em Belo Horizonte, sua cidade natal, já desenvolveu ações em favelas de Belo Horizonte (Coelho, 2024). Além de ter atuado em mídias independentes como a Voz da Comunidade, Ponte Jornalismo, Revista Azmina, a jornalista também passou por veículos de comunicação convencionais como: Globo Minas, Estadão Verifica e Projeto Comprova. Ao exercer suas funções nos dois últimos trabalhos, Gabi foi alvo de ataques por meio da circulação de informações falsas. Para entendermos o contexto do caso, iniciaremos a primeira etapa da Hermenêutica em Profundidade de Thompson (1995), que se refere a análise sócio-histórica.

Os ataques sofridos por Gabi aconteceram no período pandêmico. Em janeiro de 2021, a jornalista, que fazia parte do Projeto Comprova<sup>25</sup>, uma iniciativa coordenada pela ABRAJI,

---

<sup>25</sup> Iniciativa colaborativa coordenada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo composta por jornalistas de 42 meios de comunicação com o objetivo de investigar conteúdos suspeitos sobre “políticas

que contava com 42 veículos de comunicação com o intuito de investigar conteúdos desinformativos (Projeto Comprova, 2019), ficou responsável por realizar a verificação da veracidade de publicações que estavam circulando no *Twitter* que apontavam a imunogenicidade inadequada da vacina CoronaVac, assim questionando sua eficácia.

Essas publicações começaram a circular diante do desenvolvimento de vacinas contra a covid-19, uma vez que a pandemia havia sido instaurada em março de 2020, e os especialistas apontavam que um imunizante poderia ficar pronto na metade de 2021. Porém, no dia 8 de dezembro de 2020, o Reino Unido iniciou a campanha de vacinação em sua população, de modo inédito, sendo a primeira vacina aprovada em caráter emergencial de modo eficaz, desenvolvida através da parceria entre a empresa farmacêutica *Pfizer* e a empresa *BioNTech*.

No mesmo período de aplicação, o Brasil ocupava o segundo lugar em número de mortos pela covid-19, atrás apenas dos Estados Unidos. Diante de um cenário desastroso, no dia 8 de dezembro de 2020, o então Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, em uma reunião apontou que era responsabilidade de seu ministério coordenar a campanha de vacinação em todo o país, e que o plano era realizar a vacinação por meio do imunizante Oxford/AstraZeneca. A declaração foi feita diante das ações do governador de São Paulo, João Dória, que planejava adquirir a vacina e iniciar a campanha de vacinação no estado em 25 de janeiro de 2021, sem apoio do governo (Dias, 2020).

No entanto, no dia 17 de janeiro de 2021, a Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA) realizou uma reunião histórica e aprovou a eficácia, a segurança e a qualidade para uso emergencial dos imunizantes CoronaVac, desenvolvida pelo Instituto Butantan e a empresa chinesa, e da AstraZeneca. Assim, após a autorização, a primeira vacina foi aplicada em uma profissional de saúde em São Paulo. Esse cenário foi palco de uma disputa política entre Dória e Bolsonaro, que seriam possíveis candidatos à presidência do Brasil em 2022. O ministro Pazuello atribuiu a aplicação do imunizante ao Governo Bolsonaro e Dória, ao Governo de São Paulo. Em novembro de 2020, Bolsonaro afirmou que a compra das vacinas seria realizada após a aprovação da Anvisa.

Durante o dia 8/12, o ministro Pazuello anunciou que o governo havia firmado um convênio de mais de R\$ 80 milhões de reais para a produção das vacinas no Instituto Butantan. No entanto, em outubro quando houve a reunião para assinatura do contrato, o presidente Jair Bolsonaro havia desautorizado. Na mesma ocasião houve uma coletiva de imprensa

esclarecendo que o ministro Pazuello havia se enganado, e na realidade existia apenas a intenção de caráter vinculante. Bolsonaro chegou a compartilhar a nota em seu *Facebook* ressaltando: “não há intenção de comprar vacina chinesa” (Gallas, 2021).

As notícias falsas sobre a eficácia da CoronaVac inundaram as redes sociais digitais desde o segundo semestre de 2020. No dia 3 de novembro de 2020, o Instituto Butantan publicou no Twitter uma nota de esclarecimento diante de diversas imagens circularem nas redes, apresentando o rótulo da CoronaVac a data de fabricação, o lote e o prazo de validade. O Instituto esclareceu que a ANVISA exigia as datas no rótulo, pois os cidadãos brasileiros participaram da fase III de testes, realizadas em julho de 2020.

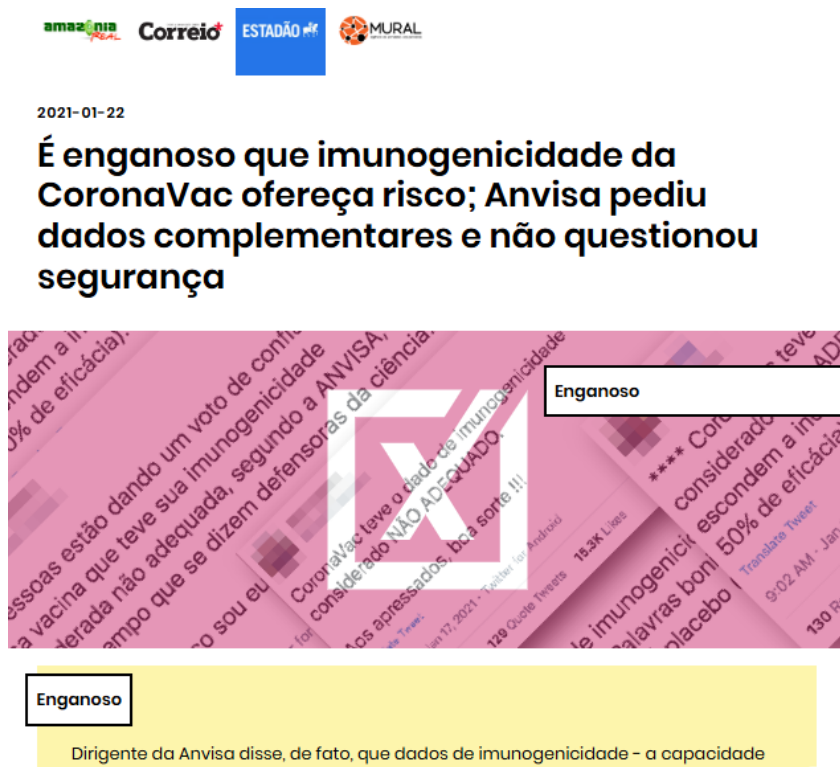
Diversas teorias da conspiração circulavam nas redes sociais digitais e de cunho xenófobo diante da matéria-prima ser de origem chinesa, local do primeiro epicentro da doença. Diversos usuários das plataformas alegavam que a China havia desenvolvido o coronavírus com o intuito de lucrar com a vacina. O compartilhamento de informações falsas sobre os imunizantes partia de perfis de militantes da direita, os seguidores de Jair Bolsonaro, que desde o início da pandemia foi contrário das medidas de contingenciamento, além de duvidar publicamente da eficácia da CoronaVac, bem como a rapidez da produção da vacina pelo laboratório chinês.

No dia 22 de janeiro de 2021, após a aplicação das primeiras doses da vacina CoronaVac no país, Gabi Coelho realizou a checagem de publicações no Twitter <sup>26</sup>que apontavam que o imunizante não apresentava capacidade de gerar resposta imunogenicidade adequada questionando sua eficácia e segurança, diante de uma declaração do gerente-geral de Medicamentos da Anvisa, Gustavo Mendes.

---

<sup>26</sup> Matéria disponível em: <https://projetoacomprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/e-enganoso-que-imunogenicidade-da-coronavac-ofereca-risco-anvisa-pedi-dados-complementares-e-nao-questionou-seguranca/>. Acessado em 11 ago.2024.

Figura 24- Print da matéria verificada por Gabi Coelho



Fonte: Projeto Comprova

Gabi apurou que de fato as declarações de Gustavo tinham sido ditas em uma entrevista concedida ao portal Uol, no dia 17 de janeiro. No entanto, ele se referiu aos dados enviados ao Instituto Butantan em relação a imunogenicidade da vacina, ele também destacou que a inadequação era referente a natureza dos dados, sendo qualitativos e não quantitativos. A Anvisa ainda pontuou que não havia ressalvas sobre a eficácia do imunizante, uma vez que já havia sido aprovada.

Gabi, após preparar a matéria com os esclarecimentos apurados, precisou entrar em contato com o usuário, um seguidor e militantes de Bolsonaro, que estava disseminando os conteúdos falsos para verificar qual o embasamento de suas publicações. Em uma entrevista concedida ao International Center For Journalists (IJNET), ela afirma que o usuário não a respondeu, além de tê-la bloqueado em todas as redes sociais e proferidos diversos ataques ao compartilhar a conversa dos dois no Twitter alegando que a jornalista não havia realizado seu trabalho corretamente.

"A matéria saiu sem resposta. Quando foi publicada, ele me bloqueou em todas as redes e fez uma série de ataques para eu não ver, com vários perfis postando fotos minhas. Eram ataques racistas e sexistas descredibilizando o meu trabalho. Foi uma ação muito pesada que me desgastou muito emocionalmente" (Coelho, 2022).

Com o apoio de organizações que atuam na defesa dos direitos nas redes sociais digitais, Gabi conseguiu documentar as agressões utilizadas no processo judicial. De acordo com o Portal dos Jornalistas (2021), os seguidores do perfil que atacou Gabi a chamaram de “burra”, “safada”, “praga terrorista”, “jornazista” e “besta quadrada”. Um dos agressores afirmou: “Só pela capivara dela você já vê que é lixo”. Para interpretar os rastros desses discursos utilizaremos a Roleta Interseccional proposta por Carrera (2020), com o intuito de desvelar os rastros de opressão presentes nesses comentários.

Gabi foi alvo de discursos racistas e misóginos, a comparação com um animal como a capivara, burra, besta revela um olhar animalesco em relação a ela, distanciando-a da condição de ser humano, aquele que não precisa ser respeitado. Além disso, ela é descredibilizada pela realização do seu trabalho. O fato de ter sido bloqueada pelo usuário nos mostra que o mesmo tinha consciência que se tratava de uma desinformação, porém não seria válido admitir. Então, apontou que Gabi estava errada, incitando seus seguidores a atacá-la.

Partindo para a terceira fase do processo de análise, a etapa de interpretação/reinterpretação, analisamos, mesmo diante da ausência da publicação realizada pelo usuário, a qual foi apagada, esse não é um impedimento para analisarmos o caso de Gabi que foi atacada por seu trabalho como jornalista e por ser uma mulher negra. A desinformação disseminada pelo usuário diante da apuração dela, causou sérios danos e desgaste a sua vida profissional e pessoal, além disso não foi capaz de se defender. O conteúdo desinformativo foi o vetor responsável pelos discursos de ódio de cunho racista e misógeno. A jornalista que havia sofrido com as consequências de um ataque físico, voltou a ser alvo, porém com o agravante de ter sido acusada de disseminar desinformação e também sendo vítima de conteúdos desinformativos, uma dupla camada para a potencialização de discursos de ódio.

### **5.5 A potência de resistência das jornalistas negras frente aos ataques**

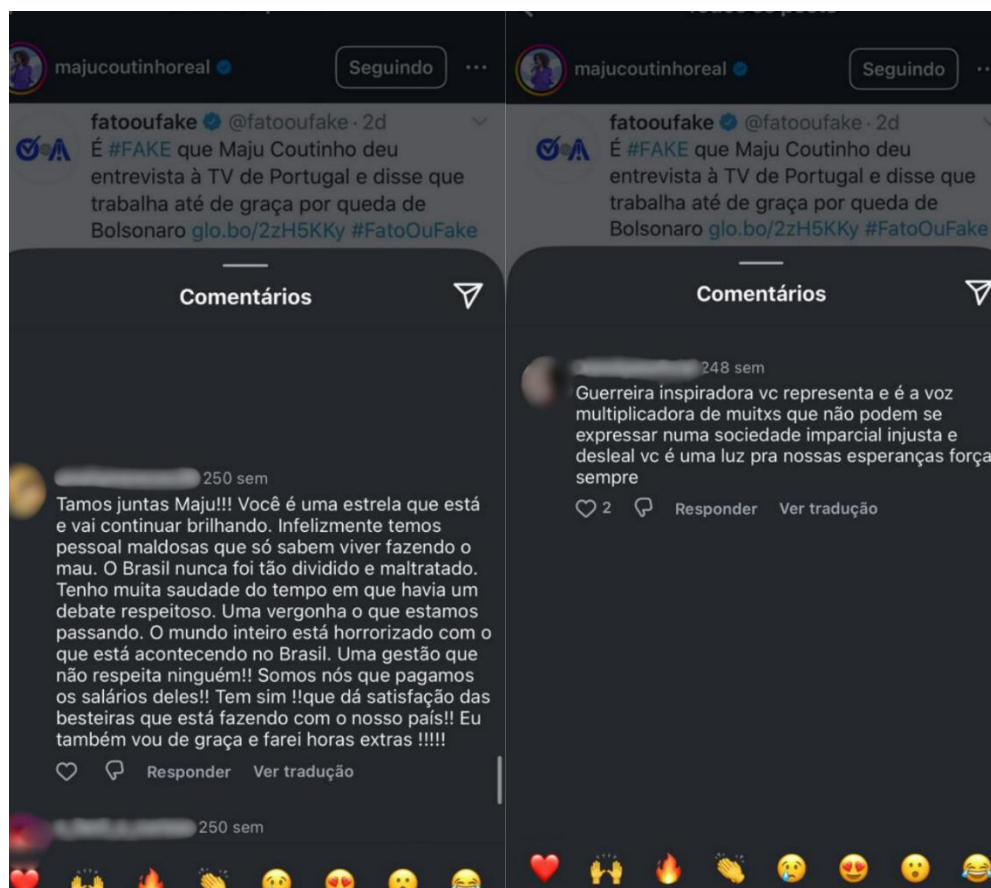
Bianca, Maju e Gabi, são jornalistas negras que simbolizam resistência diante de inúmeros ataques violentos que sofreram no ecossistema virtual, que são reflexo do local que o homem branco no período colonial determinou para elas, o da subalternidade. Nesse sentido, Trindade (p.115, 2022) reflete que “a disseminação de discursos racistas visa desqualificar os avanços sociais simbólicos das mulheres negras e reposicioná-las de volta ao seu lugar de origem de inferioridade”.

Desse modo, para além do objetivo de desqualificar as jornalistas por meio de discursos de ódio de cunho racismo e misógeno, a finalidade também era colocá-las no lugar de subjugação, uma vez que ocupam um espaço predominantemente preenchido por homens

brancos, e que ao exercerem sua função de informar a população causaram incomodo ao ex-presidente Jair Bolsonaro e os seus seguidores que constantemente atacaram as jornalistas. No entanto, mesmo após os ataques sofridos, Bianca, Maju e Gabi não desistiram de exercer a profissão.

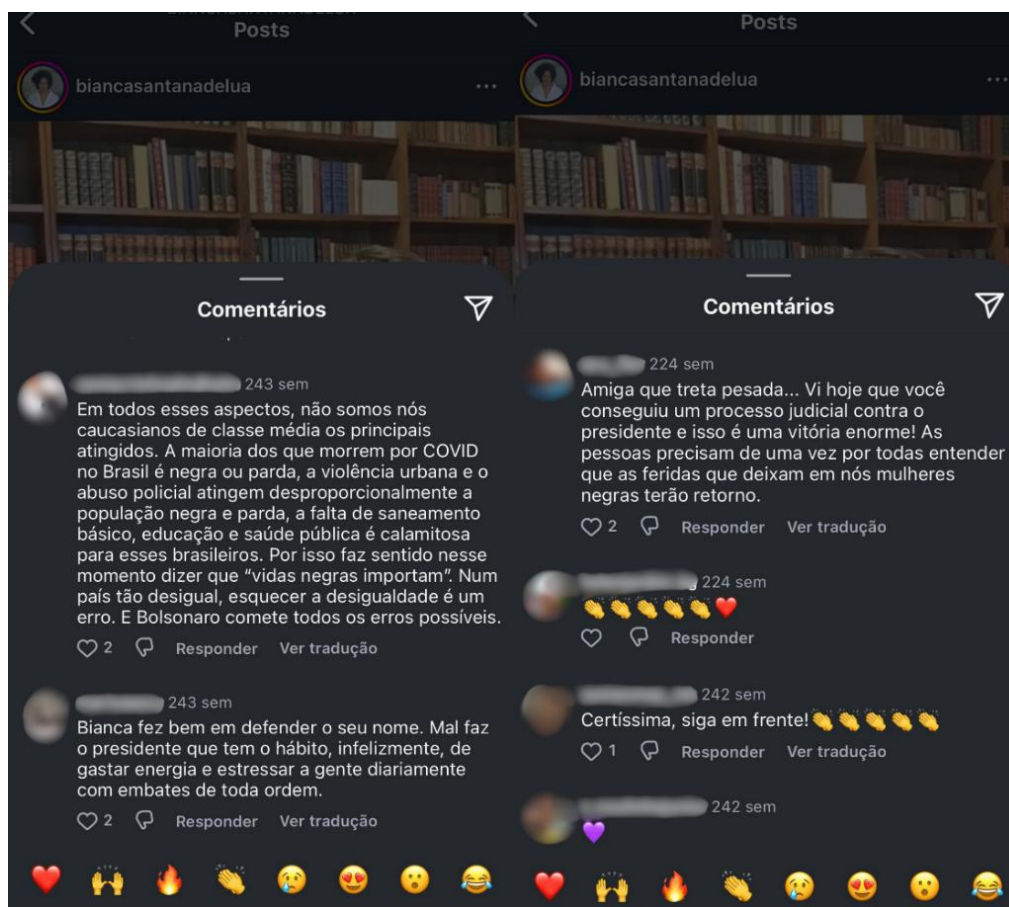
Para além de um campo de batalha coberto de ódio e conteúdos desinformativos, o ambiente digital também é capaz de ser um espaço de resistência. Malta e Oliveira (2016) destacam que o espaço virtual é essencial para criar lugares de resistência, sobretudo as mulheres negras, uma vez que nesse ambiente o racismo ecoa de forma opressora. Os ataques contra as jornalistas retratam bem isso. Ao analisar os ataques nos perfis de Bianca e Maju notamos a incidência frequentemente de mulheres e homens negros, e também de mulheres brancas tecendo comentários de apoio e incentivo as jornalistas.

Figura 25- Print dos comentários na publicação do *Instagram* de Maju Coutinho sobre ser fake que ela tinha concedido entrevista à TV Portuguesa



Fonte: Perfil de Maju Coutinho

Figura 26- Print dos comentários na publicação de Bianca Santana sobre Bolsonaro tê-la acusado de espalhar desinformação



Fonte: Perfil de Bianca Santana

A resistência das jornalistas que também se estende as outras mulheres negras se fortalecem tendo em vista a união que conseguem firmar através do ecossistema digital. Em 2015, foram organizadas marchas por todo o Brasil com o mote “Orgulho Crespo”, por meio das redes sociais digitais. De acordo com Malta e Oliveira (2016), o objetivo era reunir a população negra para celebrar o orgulho de seus traços étnicos, diante de inúmeros ataques racistas sofridos por mulheres negras.

O ambiente virtual também é utilizado pelas mulheres negras como um mecanismo de resistência, onde o discurso por meio da escrita, imagens e vídeos, se transformam em atos políticos. Assim, contribui para que elas contem suas próprias histórias de acordo com as vivências que resultam no fortalecimento das reivindicações e assim, lutam pela desconstrução do racismo, sexismo, misoginia, discursos classistas, xenofóbicos e LGBTfóbicos.

Há diversos sites que se dedicam em fortalecer a resistência das mulheres negras, como o Geledés, Criola, Rede de Mulheres Negras, Alma Preta Jornalismo, entre outros. Além de perfis de influenciadoras e autoras negras que defendem os direitos das mulheres negras e a

promoção da igualdade racial e de gênero como: o da escritora Bárbara Carine (uma\_intelectual\_diferentona), Djamila Ribeiro (djamilaribeiro1), Carla Akotirene (carlaakotirene), Fayda Belo (Faydabelo), e outros.

Diante desse cenário, as jornalistas utilizaram seus perfis nas plataformas digitais para denunciar que estavam sendo alvos de desinformação. Por esse ato, sofreram diversos ataques, mas mostraram sua resistência quebrando com o ciclo de invisibilidade e subalternidade que as mulheres negras ainda enfrentam.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário alarmante da disseminação de discursos de ódio direcionados as mulheres negras, especificamente as jornalistas negras acrescentou um aumento significativo, diante, sobretudo, do fenômeno da desinformação. Por isso, reconhecemos que é imprescindível investigar os impactos profundos do discurso de ódio diante das narrativas desinformativas.

Diante disso, esta pesquisa se iniciou com as primeiras observações sobre os ataques que as jornalistas vinham sofrendo nas redes sociais digitais por exercerem seu trabalho. Assim, os questionamentos foram surgindo de tal modo que durante o trabalho buscamos responder a indagação de como o discurso de ódio potencializa o fenômeno da desinformação direcionado a jornalistas negras. Para conseguir responde-la traçamos um caminho que nos ajudasse a desvelar os processos envolvidos nos discursos de ódio e o fenômeno da desinformação. Conceituamos o ódio e como ele se apresenta no ambiente virtual através do discurso, além da sua relação com a desinformação e o *adversarial desinformation*.

Para compreendermos os aspectos que emergem do fenômeno da desinformação, buscamos entender seus desdobramentos pontuando aspectos do seu surgimento e de como é entendido na contemporaneidade, pontuamos também o impacto da desinformação na instituição jornalística. Nos aprofundamos em tecer a ligação entre discurso de ódio e desinformação direcionados a grupos marginalizados da sociedade mulheres, pessoas negras, imigrantes, LGBTQIA+, indígenas, entre outros, para que assim, nos voltássemos aos principais alvos de discursos de ódio no ecossistema virtual, as mulheres negras.

Tentamos entender como ocorreu a formação da mulher enquanto sujeito no período colonial e na contemporaneidade, de tal modo que verificamos que a branquitude sustenta as violências contra as mulheres negras para lembra-las do local de subalternidade que ocupavam no período escravocrata. O sujeito mulher negra desde o período colonial sofre com o papel de subalternidade que foi imposto a elas. Com a chegada aos seus destinos trazidas pelos navios negreiros viram sua identidade sendo perdida, passando a conviver com um cenário de exploração sobre seus corpos.

A compreensão de como o sujeito ser mulher negra foi sendo construído ao longo dos séculos nos ofereceu um panorama para compreender determinados comportamentos em relação as mulheres negras na sociedade. Kilomba (2019) aponta que o passado do colonialismo se faz presente por meio do trauma que foi memorizado, aquele que não foi esquecido, sendo revivido no presente por meio do racismo cotidiano. Não é à toa que o grupo que mais sofre com ataques nas redes sociais digitais são mulheres negras.

Assim, após percorrermos o caminho de compreensão dos fenômenos voltamos nosso olhar para os casos das jornalistas negras, Bianca Santana, Maju Coutinho e Gabi Coelho. Observamos que nos casos de ataques contra as jornalistas há presença de discursos de ódio de cunho racista, misógino, além de serem constantemente descredibilizadas por usuários que simpatizam com a extrema-direita, sendo seguidores do ex-presidente Jair Bolsonaro. A *Hermenêutica em Profundidade* de Thompson (1995) e a *Roleta Interseccional* de Carrera (2020) nos auxiliaram nas análises dos casos, uma vez que identificamos o contexto, analisamos os casos de modo discursivo com o suporte da roleta interseccional com o intuito de rastrear as opressões presentes nos discursos analisados, e realizamos a interpretação/reinterpretação.

No primeiro caso analisado, envolvendo Bianca Santana, o responsável por disseminar informações falsas ao seu respeito foi o então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, que a acusou de divulgar uma notícia alegando que Bolsonaro havia votado contra a lei de inclusão de pessoas com deficiência. A jornalista não tinha divulgado nenhuma matéria sobre essa temática. No entanto, o caso aconteceu na mesma semana que Bianca escreveu um artigo apontando o suposto envolvimento de amigos e familiares de Bolsonaro no assassinato de Marielle Franco. Além disso, no dia anterior do ataque do ex-presidente a jornalista, o STJ havia votado contra a federalização do caso de Marielle, e Bianca estava envolvida na campanha contra a federalização. O acontecimento gerou diversos ataques a Bianca, deixando marcas na sua vida profissional e pessoal.

O segundo caso analisado foi o da Maju Coutinho, onde realizamos o mapeamento de cinco episódios que geraram ataques a apresentadora do Jornal Hoje no período de março de 2020 a março de 2021. Dos cinco casos analisados, quatro apresentaram a presença de conteúdo desinformativo, e um deles não apresentou discurso de ódio. Um dos casos que não foi relacionado a desinformação ocorreu após Maju noticiar que Bolsonaro e sua equipe de governo não haviam prestado homenagem às vítimas da covid-19 na cerimônia do evento “Brasil vencendo a covid-19” realizada em agosto de 2020.

O próprio ex-presidente compartilhou um trecho do vídeo de Maju afirmando que ela estava disseminando desinformação. Os seguidores de Bolsonaro criaram a hashtag #MajuMentirosa no Twitter que, em menos de 24h, já havia mais de 33 mil menções. No dia seguinte, a jornalista comentou o assunto novamente durante o jornal e afirmou que nenhuma das autoridades do governo havia feito a homenagem, mas que uma médica sem ligação com o governo havia proposto um minuto de silêncio. Mesmo após os esclarecimentos, Maju continuou tendo sua integridade atacada, além de sua postura como jornalista.

O outro episódio que gerou muitos transtornos para Maju foi ao dar a declaração o “choro é livre”, que despertou a fúria de inúmeros seguidores de Bolsonaro, inclusive de seu filho, Eduardo Bolsonaro. Maju não disseminou informações falsas, estava fazendo seu trabalho de informar a população da importância de respeitar o isolamento social para evitar o contágio do coronavírus. Os simpatizantes da extrema-direita deturparam a fala da jornalista, mesmo após se desculpar, os comentários continuaram. Esse fato chama atenção, pois em uma sociedade racista a mulher negra não tem o direito de errar, e se cometer um erro é atacada.

Por fim, o último caso diz respeito a Gabi Coelho que em janeiro de 2021 foi acusada de espalhar desinformação sobre a vacina Coronavac após realizar a checagem de postagens no Twitter que apontava a imunogenicidade da vacina como inadequada, levantando a suspeita sobre a sua eficácia e segurança. Após realizar a apuração dos fatos e constatar que os posts continham informações falsas, Gabi foi alvo de discursos de ódio por parte do usuário militante da extrema-direita que estava fazendo circular o conteúdo falso. Os ataques impactaram a vida profissional e pessoal de Gabi que tornou privado seus perfis nas redes sociais digitais.

Notamos que nos casos analisados o discurso de ódio é potencializado por meio das narrativas desinformativas, porém para que o discurso de ódio surja não é necessário o conteúdo desinformativo, e assim, nem todo conteúdo desinformativo vem acompanhado de ódio. Mas relacionado as jornalistas negras, o ódio acionado é acompanhado de diversos ataques, xingamentos, piadas, emojis, imagens depreciativas, que ganharam proporções absurdas diante da circulação da desinformação. Além disso, os comentários analisados foram realizados por seguidores e simpatizantes da extrema-direita, que possuem os valores parecidos com o de Jair Bolsonaro, que teve um mandato presidencial marcado por ataques a imprensa, o negacionismo e o desmonte de setores importantes da sociedade brasileira, como a saúde, educação e economia. Além de descredibilizar as jornalistas, os ataques legitimam um local de invisibilidade e subalternidade das mulheres negras.

Os ataques não atingem somente as jornalistas negras. As agressões também atingem a instituição jornalística na medida em que seus profissionais são acusados de disseminar informações falsas, uma vez que um dos principais pilares da instituição jornalística é a verdade. As alegações desestabilizam o jornalismo, que já vem enfrentando crises, sendo a desinformação o principal rival do jornalismo na contemporaneidade.

Desse modo, alcançamos o objetivo geral de compreender como os desdobramentos dos discursos de ódio são direcionados a jornalistas negras diante do fenômeno da desinformação. Além dos objetivos específicos que eram: entender as tensionalidades dos discursos de ódio atreladas ao fenômeno da desinformação nas redes sociais digitais; analisar a presença dos

discursos de ódio nos conteúdos veiculados nas redes sociais que apresentem desinformações relacionadas a jornalistas negras; identificar as narrativas de cunho desinformativo relacionadas a jornalistas negras nas redes sociais digitais; e discutir sobre os conteúdos dos discursos de ódio e o impacto na vida pessoal e profissional das jornalistas negras que foram alvos de ódio e afetadas pelo fenômeno da desinformação.

Desse modo, diante da investigação dos casos podemos identificar que as jornalistas negras ao ocuparem um espaço preenchido majoritariamente por homens e mulheres brancas, desestabilizam e geram incomodo, uma vez que a mulher negra desde o período colonial é vista como aquela que deve permanecer na margem. O imaginário contemporâneo da branquitude constantemente quer que as mulheres negras recordem da sua subalternidade. Porém, as mulheres negras seguem resistindo mesmo diante dos inúmeros ataques, xingamentos e agressões. Bianca, Maju e Gabi, permaneceram firmes no exercício de sua profissão.

Vale ressaltar que as hipóteses da pesquisa foram confirmadas. A primeira delas era de que as tensionalidades entre discurso de ódio e desinformação estão relacionadas, podemos verificar esse ponto diante dos casos analisados que ocorreu a incidência de discursos de ódio potencializados pelo fenômeno da desinformação, no entanto um não é condicionante a existência do outro.

A segunda hipótese apontava que os discursos de ódio relacionados às jornalistas negras são resultantes da desinformação, porém verificamos que a presença de discurso de ódio pode surgir mesmo sem a presença da desinformação, como no caso de Maju, que ao dar uma declaração verídica foi atacada. A terceira hipótese que foi confirmada estava relacionada ao fato do discurso de ódio e as narrativas desinformativas vinculadas às jornalistas negras legitimarem o lugar de subalternidade das mulheres negras. Podemos verificar nos casos analisados, uma vez que a presença do discurso de ódio potencializado pela desinformação tem como fator principal determinar a invisibilidade e o silenciamento das mulheres negras. E a quarta hipótese era que as violências sofridas pelas jornalistas negras nas redes sociais digitais estavam relacionadas a sua capacidade como profissionais, além da sua raça e gênero, comprovado por meio dos três casos analisados.

Os casos analisados emergem do mesmo contexto sócio-histórico, marcado pela pandemia de covid-19 e o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro. Para termos alcançado os objetivos desta pesquisa foi essencial realizar o percurso da Hermenêutica em Profundidade em conjunto com a Roleta Interseccional para compreendermos que os ataques sofridos pelas jornalistas negras são interseccionais de modo que as opressões não se sobrepõem, podem ser

analisadas de modo individual, no enquanto é necessário compreender que estão interligadas, a raça atrelada a misoginia, ligada a questões profissionais e de classe.

Compreendemos que nossa pesquisa apresenta limitações, uma vez que não é uma tarefa fácil apontar o que é discurso de ódio, agressão, ofensa ou xingamento. No entanto, mais do que classificar, é importante nomear esses ataques presentes no ecossistema digital que atinge em maior número as mulheres negras. Assim como Luciana Barreto que também escreve sobre discurso de ódio contra negros nas redes sociais, a finalidade deste estudo é desvelar esses ataques contra as mulheres negras para que possam ser formulados métodos de eficazes contra essa prática que segue ferindo e em muitos casos sangrando diversas mulheres negras.

## 7. REFERÊNCIAS

À COMUNICAÇÃO NO BRASIL, Direito. **Intervozes–Coletivo Brasil de Comunicação Social**. [intervozes.org.br/arquivos/interliv013dircom8.pdf](http://intervozes.org.br/arquivos/interliv013dircom8.pdf). Acesso em, v. 21, 2018.

**AGENCE FRANCE-PRESSE**. Imagem de Maju Coutinho sem máscara na praia é de maio de 2019, antes da pandemia de coronavírus. Checamos, 4 jan. 2021. Disponível em: <https://checamos.afp.com/imagem-de-maju-coutinho-sem-mascara-na-praia-e-de-maio-de-2019-antes-da-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 2 mar. 2025.

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e estado**, v. 15, p. 303-330, 2000. Disponível em: <https://x.gd/kgj2A>. Acessado em: 24 de jan.2025.  
Altres, Guillermo. **A longa história das notícias falsas**. Elpais, 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/08/cultura/1528467298\\_389944.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/08/cultura/1528467298_389944.html). Acessado em: 20 de julho de 2024.

ARENDDT, Hannah. Origem do totalitarismo. **São Paulo: Companhia das Letras**, 2012.

AYRES PINTO, Danielle Jacon; MORAES, Isabela. As mídias digitais como ferramentas de manipulação de processos eleitorais democráticos: uma análise do caso Brexit. **Revista de estudos Sociais**, n. 74, p. 71-82, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/48686>. Acessado em: 20 de julho de 2024.  
BAPTISTA, João Pedro et al. A ciência cognitiva e a crença em fake news: um estudo exploratório. **Eikon**, n. 9, 2021. Disponível em: <https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/eikon/article/view/990>. Acessado em: 27 de junho de 2024.

BARBOSA, Marialva; DE ANDRADE, Ana Paula Goulart; CONY, Marcos André Oliveira. Cenas dos próximos capítulos: a criação do consórcio de imprensa. **Razón y palabra**, v. 26, n. 114, 2022. Disponível em: <https://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/1947>. Acesso em: 15 mar.2025.

BARRETO, Luciana. Discursos de ódio contra negros nas redes sociais. **Rio de Janeiro: Pallas Editora**, 2023.

BENEDETTI, C. A. **A qualidade da informação jornalística: do conceito à prática. Série Jornalismo a rigor**. V.2. Florianópolis: Insular, 2009.

BORDIA, Prashant; DIFONZO, Nicholas. Rumor, Gossip and Urban. Legends. **Diogenes**, 2007, 54: 19. p. 19

**BRASIL**. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 20 dez.2024.

BRUGGER, W. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. **Direito Público**, v. 4, n. 15, 2007.  
BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. Editora Unesp, 2021.

CADWALLADR, Carole. **The great British Brexit robbery: how our democracy was hijacked.** *The Guardian*, 7 mai. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2017/may/07/the-great-british-brexite-robbery-hijacked-democracy>. Acessado em: 20 de julho de 2024.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. DO ÓDIO. 2016. Disponível em: Acessado em: 22 de junho de 2024.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, v. 49, p. 49-58, 2003. Disponível em <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2025.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. In: **E-Compós**. 2021. Disponível em: <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198>. Acessado em: 27 de junho de 2024.

Carta Capital. **As pistas do método ‘Cambridge Analytica’ na campanha de Bolsonaro**, 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/as-pistas-do-metodo-201ccambridge-analytica201d-na-campanha-de-bolsonaro/>. Acessado em: 20 de julho de 2024.

CASTORIADIS, Cornelius. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico: seminários 1986-1987: a criação humana I**. Editora Record, 2007.

Causin, Juliana. **Israel-Hamas: hackers abrem trincheiras virtuais, e ciberataques viram arma de guerra**. *Jornal O Globo*, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/10/23/israel-hamas-hackers-abrem-trincheiras-virtuais-e-ciberataques-viram-arma-de-guerra.ghtml>. Acessado em: 22 de junho de 2024.

**CEDRA – Centro de Estudos de Dados e Referências sobre a Atuação Estatal.**

Rendimento médio mensal (R\$) do trabalho principal segundo posição da ocupação, com contribuição para previdência social, por sexo e raça/cor. Disponível em:

<https://cedra.org.br/conjuntos-de-dados/rendimento-medio-mensal-r-do-trabalho-principal-segundo-posicao-da-ocupacao-com-contribuicao-para-previdencia-social-por-sexo-e-raca-cor/#/bolha?cat2=b&cat3=a&exclui>. Acesso em: 2 jan.2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo editorial, 2019.

COMISSÃO EUROPEIA. Uma abordagem multidimensional para a desinformação: relatório do Grupo Independente de Alto Nível sobre **FAKE NEWS** e desinformação online. União Europeia, 2018.

COMPROVA, Projeto. **É enganoso que imunogenicidade da CoronaVac ofereça risco; Anvisa pediu dados complementares e não questionou segurança**, 2021. Disponível em: <https://projetocomprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/e-enganoso-que-imunogenicidade-da-coronavac-ofereca-risco-anvisa-pediu-dados-complementares-e-nao-questionou-seguranca/>. Acesso em: 11 ago.2024.

COSTA, Alessandra Abrahão. **Liberdade de expressão vs. Discurso de ódio: uma questão de (in) tolerância**. Editora Dialética, 2021.

D'ANCONA, Matthew. Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. **Barueri**: Faro Editorial, 2018.

DANTAS, Juliana Bulhões Alberto et al. Crise, precarização e mudanças estruturais no jornalismo: reflexões sobre tendências teóricas. *Mediapolis: revista de comunicação, jornalismo e espaço público*, v. 5, p. 39-49, 2017. DOI: [https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_5\\_3](https://doi.org/10.14195/2183-6019_5_3). Disponível em: [https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/crise\\_precarizacao\\_e\\_mudancas\\_estruturais\\_no\\_jornalismo\\_reflexoes\\_sobre\\_tendencias\\_teoricas](https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/crise_precarizacao_e_mudancas_estruturais_no_jornalismo_reflexoes_sobre_tendencias_teoricas). Acesso em: 15 de julho 2024.

Darnton, Robert. A verdadeira história das notícias falsas. *Elpaís*, 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536\\_863123.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536_863123.html). Acessado em: 20 de julho de 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo editorial, 2016.

DE ALMEIDA PEREIRA, Édimo. O discurso de exclusão do negro no Brasil. *Scripta*, v. 13, n. 25, p. 33-50, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6160274>. Acessado em: 22 de junho de 2024.

DE LEMOS, Joelma Galvão. O que Sigmund Freud nos fala sobre o ódio?. **Psicanálise & Barroco em revista**, v. 17, n. 3, p. 177-190, 2019. Disponível em: <https://seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/9626>. Acessado em: 27 de junho de 2024.

DE PAULA, Claudio Paixão Anastácio; ARAUJO, Eliane Pawlowski Oliveira; SARAIVA, Priscila das Graças Perpétua. Comunicação, Informação e Imaginário no processo eleitoral brasileiro: o “Messias” Bolsonaro e o mito do rei pela graça de Deus. **Prisma. com**, n. 41, p. 100-122, 2020. Disponível em: <http://aleph.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/6442>. Acessado em: 20 mar.2025.

DECKER, Ben. **Adversarial narratives: A new model for disinformation**. Global Desinformation Index. Disponível em: [https://disinformafionindex.org/wp-content/uploads/2019/08/GDI\\_Adverserial-Narratives\\_Report\\_V6.pdf](https://disinformafionindex.org/wp-content/uploads/2019/08/GDI_Adverserial-Narratives_Report_V6.pdf), 2019. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. Four observations about hate speech. **Wake Forest L. Rev.**, v. 44, p. 353, 2009.

DIAS, André Bonsanto. **A verdade dita é dura: “histórias da verdade” do/no jornalismo e a ditadura militar no Brasil**. 2018. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense,

Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15830>. Acessado em: 10 de julho de 2024.

DIRESTA, Renee. **Invisible rulers: the people who turn lies into reality**. Hachette UK, 2024.

DIZIKES, Peter, Study: On Twitter, false news travels faster than true stories. MIT News Office, 08.03.2018. Disponível em: <http://news.mit.edu/2018/study-twitter-false-newstravels-faster-true-stories-0308>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

DUGNANI, Patricio. **O Ódio, o Mal Radical e a Mídia: O Azul, o Vermelho e a Intolerância Constante nas Redes Sociais**. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Patricio-Dugnani/publication/350487505\\_O\\_Odio\\_o\\_Mal\\_Radical\\_e\\_a\\_Midia\\_O\\_Azul\\_o\\_Vermelho\\_e\\_a\\_Intolerancia\\_Constante\\_nas\\_Redets\\_Sociais/links/606304de299bf17367798ea6/O-Odio-o-Mal-Radical-e-a-Midia-O-Azul-o-Vermelho-e-a-Intolerancia-Constante-nas-Redes-Sociais.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Patricio-Dugnani/publication/350487505_O_Odio_o_Mal_Radical_e_a_Midia_O_Azul_o_Vermelho_e_a_Intolerancia_Constante_nas_Redets_Sociais/links/606304de299bf17367798ea6/O-Odio-o-Mal-Radical-e-a-Midia-O-Azul-o-Vermelho-e-a-Intolerancia-Constante-nas-Redes-Sociais.pdf). Acessado em: 22 de junho de 2024.

FALLIS, D. What is disinformation? *Library Trends*, v. 63, n. 3, 2015. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/89818/63.3.fallis.pdf?sequence=2>. Acesso em: 06 junho de 2024.

FERREIRA, Evandson Paiva; SILVA, Regis Lopes. Indivíduo e conhecimento na modernidade: uma referência cartesiana para o ensino. **Ensino e Tecnologia em Revista**, v. 1, n. 1, p. 16-32, 2017. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/etr/article/view/5933>. Acessado em: 20 de junho de 2024.

FESTINGER, Leon. **Teoria da dissonância cognitiva**. Zahar, 1975.

FLANZER, Sandra Niskier. Sobre o ódio. **Interações**, n. 22, p. 215-229, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/354/35402210.pdf>. Acessado em: 22 de junho de 2024.

FLORIDI, L. *Information: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

FOGAÇA, Bárbara Memória de Almeida. **Caso Fabiane Maria de Jesus: uma análise dos impactos e efeitos da desinformação**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Piauí, 2023).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**; tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder** (R. Machado, Trad. Org.). Rio de Janeiro: Edições Graal.(Obra original publicada em 1979), 1984.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo (2005). **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: Editora UFS/Fundação Oviedo Teixeira.

Freud, S. (2011). **O Mal-Estar na Civilização**. In Edição Obras Completas (P. C. Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1930)

**G1**. É #FAKE que apresentadora Maju Coutinho foi fotografada em praia do Rio sem máscara durante o réveillon de 2021, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/01/03/e-fake-que-apresentadora-maju-coutinho-foi-fotografada-em-praia-do-rio-sem-mascara-durante-o-reveillon-de-2021.ghtml>. Acesso em: 2 mar. 2025.

\_\_\_\_\_. As pulsões e seus destinos. Edição bilíngue. **BOD GmbH DE**, 2013.

\_\_\_\_\_. **O seminário: Livro 1: Os escritos técnicos de Freud**. Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1953-54).

\_\_\_\_\_. **Reflexões para os tempos de guerra e morte**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, [1917b] 1996, v. XIV

\_\_\_\_\_. **Psicologia de grupo e a análise do ego**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, [1921] 1996, v. XVIII.

\_\_\_\_\_. **Além do princípio de prazer**. L&PM Editores, 2016.

FREITAS, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.

GALLAS, Daniel. **Vacinas aprovadas no Brasil: afinal, quem pagou pela CoronaVac?**, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55722632>. Acesso em: 10 out.2024.

GALVÃO, Ianne. Mapa da violência contra mulheres negras: reflexões sobre racismo e gênero na sociedade brasileira. *Revista de Direito*, v. 13, n. 02, p. 01-17, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/11520>. Acessado em: 04 de julho de 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Traduzido por: Denilson Luís Werle, 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HARNER, June E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**, 1979.

HJARVARD, Stig. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Matrizes*, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012.

HOOKS, Bell. **Olhares Negros: raça e representação**. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

hooks, bell. **The Will to Change: Men, Masculinity, and Love**. New York: Washington Square Press, 2004. Chapter 2 Understanding Patriarchy, p. 17-36.

**IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023

**IJNET**. Entrevista com Gabi Coelho. Mulheres jornalistas são maioria entre vítimas de ataques públicos, 2020. Disponível em: <https://ijnet.org/pt-br/story/mulheres-jornalistas-s%C3%A3o-maioria-entre-v%C3%ADtimas-de-ataques-p%C3%BAblicos>. Acesso em: 12 ago.2024.

KAISER, Brittany. **Manipulados: como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque**. HARLEQUIN, 2020.

KIFFER, A.; GIORGI, G. **Ódio político e políticas do ódio: lutas gestos e escritas do presente**. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019. 136 p. (Coleção Porque Política?, v. 5).

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2019.

Lacan, J. (1985). *O seminário: Livro 20: Mais, ainda*. Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1975)

LIICEANU, Gabriel. Do ódio. **Interações**, v. 11, n. 19, p. 0-0, 2016.

MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **Revista Gênero**, v. 16, n. 2, p. 55-69, 2016.

Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/85167101/13881-libre.pdf?1651234129=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEnegrecendo as redes o ativismo de mulhe.pdf&Expires=1743635004&Signature=c4iGqFO9SNfoQm69KkIC-I~sFdzGLuMPD-qcm948LUIk1QPjkDloTd6zeBPe7dpgynCZaUJ7Q38Et8NwrZtR8xJAborEgt~kiVvJhOqY~l~lnWrC7-SEo-9xV4DdrZpBCwCaW2LLaWqeJ2dN1VPkJWGP6A6XDZPYtrN3mmaqw18xPSfeekxvTy6Lw~jEJhu9b3fNqrAOc50957gZ8-S9xCbS245xZsYtEwccMCi6ZGVqmqozZIAchyai~XuLT0pWXcCah6nTAuVHdkz9S3MOh4F44LpQOQmuQBf01-8UPCTnhroCeXO~WLjkyDGY~4IJ-SMYB21Cd-OOq6jXtH5cfcg\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/85167101/13881-libre.pdf?1651234129=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEnegrecendo as redes o ativismo de mulhe.pdf&Expires=1743635004&Signature=c4iGqFO9SNfoQm69KkIC-I~sFdzGLuMPD-qcm948LUIk1QPjkDloTd6zeBPe7dpgynCZaUJ7Q38Et8NwrZtR8xJAborEgt~kiVvJhOqY~l~lnWrC7-SEo-9xV4DdrZpBCwCaW2LLaWqeJ2dN1VPkJWGP6A6XDZPYtrN3mmaqw18xPSfeekxvTy6Lw~jEJhu9b3fNqrAOc50957gZ8-S9xCbS245xZsYtEwccMCi6ZGVqmqozZIAchyai~XuLT0pWXcCah6nTAuVHdkz9S3MOh4F44LpQOQmuQBf01-8UPCTnhroCeXO~WLjkyDGY~4IJ-SMYB21Cd-OOq6jXtH5cfcg_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA). Acessado em: 15 mar. 2025.

Marcílio, Ricardo. Brexit: causas e consequências. Disponível em: <https://descomplica.com.br/d/vs/aula/ao-vivo-brexit-e-suas-consequencias-05-02-2018-17h-45/>. Acessado em: 20 de julho de 2024.

MIRZA, Heidi Safia (Ed.). **Black British feminism: A reader**. Taylor & Francis, 1997.

MORIN, Edgar. Por una reforma del pensamiento. 2015.

MOURA, Marco Aurelio. **O discurso do ódio em redes sociais**. Lura Editorial (Lura Editoração Eletrônica LTDA-ME), 2016.

MOURA, Ranielle Leal. **O jornalismo nas narrativas das crônicas de Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho**. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação, Arte e Design, Pontifícia Universidade Católica do

Nações Unidas Brasil. **O discurso de ódio "é um dos sinais de alerta de genocídio e de outros crimes atrozes," alerta Guterres.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/236831-o-discurso-de-%C3%B3dio-%C3%A9-um-dos-sinais-de-alerta-de-genoc%C3%ADdio-e-de-outros-crimes-atrozes-alerta> .Acessado em: 28 de junho de 2024.

PECORARO, Rosário Rossano. **Metafísica do choque, niilismo da arte: notas sobre o pensamento pós-moderno de Gianni Vattimo.** O que nos faz pensar, v. 13, n. 16, p. 5-24, 2003. Disponível em: [http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf\\_articles/OQNFP\\_16\\_01\\_rosario\\_rossano\\_pecorato.pdf](http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_16_01_rosario_rossano_pecorato.pdf). Acessado em: 20 de junho de 2024.

PILATI, Ronaldo. **Ciência e pseudociência: por que acreditamos naquilo em que queremos acreditar.** Editora Contexto, 2023.

PILATI, Ronaldo. **Por que acreditamos só no que queremos?** Entrevista concedida ao site Lupa, Vitor Terra, 2022. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/educacao/2022/07/15/por-que-acreditamos-so-no-que-queremos>. Acessada em: 27 de junho de 2024.

PINHEIRO, M. M. K.; BRITO, V. de P. Em busca do significado da desinformação.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana et al. Relatório de Recomendações para o Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo no Brasil. 2023. Disponível em: <https://researchrepository.ucd.ie/entities/publication/a45f4979-e942-4f20-ad7e-57a590269792>. Acessado em: 20 dez.2024.

PORTELA, Poema et al. Raça, gênero e imprensa: quem escreve nos principais jornais do Brasil. Rio de Janeiro: **GEMAA, IESP, UERJ**, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2023/05/TD-Raca-e-Midia.pdf>.Acessado em: 20 de junho de 2024.

POSETTI, Julie; MATTHEWS, Alice. Una breve guía de la historia de las ‘noticias falsas’ y la desinformación. **International Center for Journalists**, v. 1, p. 1-21, 2018. Disponível em: [https://www.icfj.org/sites/default/files/2019-06/HistoryPropaganda\\_Espanol2\\_final\\_5.pdf](https://www.icfj.org/sites/default/files/2019-06/HistoryPropaganda_Espanol2_final_5.pdf). Acessado em: 25 de julho de 2024.

PRADO, D; SANEMATSU, M. **Feminicídio: invisibilidade mata.** São Paulo: Editora Fundação Rosa Luxemburgo, Instituto Patrícia Galvão, 2017.

PÚBLICA, ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. **Acesso em:** 20 jan.2025.

QUADRADO, Jaqueline Carvalho; FERREIRA, Ewerton da Silva. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. **Revista Katálysis**, v. 23, p. 419-428, 2020.

RÊGO, A. R.; BARBOSA, M. **A construção intencional da ignorância: o mercado das informações falsas.** 1. ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

RÊGO, Ana Regina. **Por que acreditamos só no que queremos?** Entrevista concedida ao site Lupa, Vitor Terra, 2022. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/educacao/2022/07/15/por-que-acreditamos-so-no-que-queremos>. Acessada em: 27 de junho de 2024.

\_\_\_\_\_. **Articulação temporal e essência narrativa: o jornalismo para além do tempo presente.** *Contracampo*, Niterói, v. 37, n. 03, p. 149-168, dez. 2018/ mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Crises e impermanências do jornalismo em um cenário digital-expectativas no horizonte.** *Rihc. Revista Internacional de Historia de La Comunicación*, [S.L.], v. 2, n. 13, p. 29-52, 2019. Editorial Universidad de Sevilla.

RIBEIRO, Djamila. Simone de Beauvoir e Judith Butler: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 2015.

RIBEIRO, Márcio Moretto; ORTELLADO, Pablo. O que são e como lidar com as notícias falsas. **SUR–Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, n. 27, p. 201, 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2018/07/sur-27-portugues-marcio-moretto-ribeiro-pablo-ortellado.pdf>. Acessado em: 25 de julho de 2024.

Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8110>. Acessado em: 20 de junho de 2022.

RODRIGUES, Viviane Isabela. A trajetória histórica da violência de gênero no Brasil. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://x.gd/tBci1>. Acessado em: 04 de julho de 2023.

SAFERNET. Entrevista com Juliana Cunha. Safernet aponta que discurso de ódio cresceu nas duas últimas eleições, 2023. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/safernet-aponta-que-discurso-de-odio-cresceu-nas-duas-ultimas-eleicoes#mobile>. Acesso em: 2 mar. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth IB. **O poder do macho.** Ministério Público do Estado da Bahia, 1987.

SANTANA, BIANCA. **Atingidas pela desinformação: Bianca Santana.** Entrevista concedida ao Desinformante. 2020. Disponível em: <https://desinformante.com.br/atingidas-pela-desinformacao-bianca-santana/>. Acessado em: 10 jan.2024.

SANTANA, Gislane Pereira; SIMEÃO, Elmira Luiza Melo Soares. Notícias falsas: origens, meios de disseminação, contextos e enfrentamento. In: SEMINARIO HISPANO-BRASILEÑO DE INVESTIGACIÓN EN INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y SOCIEDAD, 8., 2019, São Paulo.

SANTOS, M. A.; SILVA, Mônica Tereza Mansur. Discurso do ódio na sociedade da informação preconceito, discriminação e racismo em redes sociais. In: **XXII Congresso Nacional do CONPEDI/UNINOVE-São Paulo-SP**. 2013. p. 82-99.

SARLET, Ingo Wolfgang. As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. **Revista brasileira de direito constitucional**, v. 9, n. 1, p. 361-388, 2007.

SCHEUFELE, Dietram A.; KRAUSE, Nicole M. Science audiences, misinformation, and fake news. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 116, n. 16, p. 7662-7669,

2019. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/abs/10.1073/pnas.1805871115>. Acessado em: 27 de junho de 2024.

SCHNEIDER, Marco. A era da desinformação: pós-verdade, fake news e outras armadilhas. **Rio de Janeiro: Garamond, 2022.**

SHINN, Terry. **Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento.** *Scientiae Studia*, v. 6, p. 43-81, 2008.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ss/a/SdNgtK9kS3nD5BW7vm3Nyfm/abstract/?lang=pt>. Acessado em: 20 de junho de 2024.

SHU, Kai et al. Combating disinformation in a social media age. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Data Mining and Knowledge Discovery**, v. 10, n. 6, p. e1385, 2020. Disponível em: <https://wires.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/widm.1385>. Acessado em: 25 de julho de 2024.

SILVA, Duciélma Rocha. Biopoder na concepção de Michel Foucault: o poder do Estado no controle da sociedade. **Periagoge**, v. 1, n. 1, p. 20-30, 2018.

SILVA, Rosane Leal da et al. Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. **Revista direito GV**, v. 7, p. 445-468, 2011.

SOLL, Jacob. **The Long and Brutal History of Fake News.** *Politico Magazine*, 2016.

Disponível em: <https://www.politico.com/magazine/story/2016/12/fake-news-history-long-violent-214535/> Acessado em: 20 de julho de 2024.

SOUSA, A., & Roure, S. (2023). **Os Discursos de Ódio na Contemporaneidade: Da Face Subjetiva à Face Política.** *Estudos E Pesquisas Em Psicologia*, 23(4), 1542–1559.

<https://doi.org/10.12957/epp.2023.80416>.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente. Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa.** Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>. Acessado em: 20 de junho de 2024.

SPONHOLZ, Liriam. O papel dos discursos de ódio (online) na ascensão da extrema direita: um aporte teórico. **Confluências| Revista Interdisciplinar De Sociologia E Direito**, v. 22, n. 3, p. 220-243, 2020. Disponível: [https://www.researchgate.net/profile/Mariana-Carvalho-40/publication/359629349\\_JORNALISMO\\_PUBLICO\\_EM\\_TEMPOS\\_DE\\_CRISE\\_cobertura\\_das\\_eleicoes\\_presidenciais\\_de\\_2018\\_pela\\_Agencia\\_Brasil\\_ABrEBC/links/6245dca057084c718b7906c0/JORNALISMO-PUBLICO-EM-TEMPOS-DE-CRISE-cobertura-das-eleicoes-presidenciais-de-2018-pela-Agencia-Brasil-ABr-EBC.pdf#page=221](https://www.researchgate.net/profile/Mariana-Carvalho-40/publication/359629349_JORNALISMO_PUBLICO_EM_TEMPOS_DE_CRISE_cobertura_das_eleicoes_presidenciais_de_2018_pela_Agencia_Brasil_ABrEBC/links/6245dca057084c718b7906c0/JORNALISMO-PUBLICO-EM-TEMPOS-DE-CRISE-cobertura-das-eleicoes-presidenciais-de-2018-pela-Agencia-Brasil-ABr-EBC.pdf#page=221). Acesso em: 22 de junho de 2024.

TAVARES, Camilla Quesada. **A crise do modelo tradicional do jornalismo: reconfigurações da prática profissional na redação da Gazeta do Povo.** 2018. Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16667/Tese%20Camilla%20Quesada.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 27 de junho de 2024.

TAYLOR, Emily et al. Follow the money: How the online advertising ecosystem funds COVID-19 junk news and disinformation. **Computational Propaganda Project (COMPROP) Working Paper**, v. 2020, 2020.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. Editora Jandaíra, 2022.

Vattimo, Gianni. **O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. **A sociedade transparente**. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.  
ZELIZER, B. Has Communication Explained Journalism? In: **Journal of Communication**. 43(4): 80–8, 1993.

**VEJA RIO**. Maju Coutinho confessa: “Tenho preguiça das redes sociais”. Disponível em: <https://veja.rio.abril.com.br/beira-mar/maju-coutinho/>. Acesso em: 2 mar. 2025.

Vilicic, Filipe. **Brittany Kaiser: “Campanha de Bolsonaro usou internet para desinformação”**. Revista Veja, 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/paginas-amarelas/brittany-kaiser-campanha-de-bolsonaro-usou-internet-para-desinformacao>. Acessado em: 20 de julho de 2024.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. (2017) Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Council of Europe report DGI. Disponível em: <https://shorensteincenter.org/wpcontent/uploads/2017/10/PREMS-162317-GBR-2018-Reportde%CC%81sinformation.pdf>. Acesso em: 20 junho de 2024.

YUAN, Shuzhou; MARONIKOLAKIS, Antonis; SCHÜTZE, Hinrich. Separating hate speech and offensive language classes via adversarial debiasing. In: **Proceedings of the Sixth Workshop on Online Abuse and Harms (WOAH)**. 2022. p. 1-10.